

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL

MAIARA DOURADO

MEMÓRIAS DA LUTA DE TROMBAS E FORMOSO: A CONSTRUÇÃO DA
SIGNIFICÂNCIA INTERPRETATIVA E MEMORIALÍSTICA DE UM EVENTO
POLÍTICO

GOIÂNIA
2014

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEOE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):		Maiara Dourado			
E-mail:		dourado.maiara@gmail.com			
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?		<input checked="" type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor		bolsista			
Agência de fomento:		Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás		Sigla: Fapeg	
País:	Brasil	UF:	M T	CNPJ:	
Título:		Memórias da Luta de Trombas e Formoso: A construção da significância interpretativa e memorialística de um evento político			
Palavras-chave:		Memória. Política. Narrativas.			
Título em outra língua:		Memories of The Struggle of Trombas and Formoso: The construction of interpretive significance and memorialistic of the political event			
Palavras-chave em outra língua:		Memory. Politic. Narrative			
Área de concentração:		Antropologia Social			
Data defesa: (dd/mm/aaaa)		23/04/2014			
Programa de Pós-Graduação:		Programa de Pós-graduação em Antropologia Social			
Orientador (a):		Profa. Dra. Cintya Maria Costa Rodrigues			
E-mail:		caiocintya@uol.com.br			
Co-orientador (a):*					
E-mail:					

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Maiara Dourado

Assinatura do (a) autor (a)

Data: 21 / 08 / 2014

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

MAIARA DOURADO

MEMÓRIAS DA LUTA DE TROMBAS E FORMOSO: A CONSTRUÇÃO DA
SIGNIFICÂNCIA INTERPRETATIVA E MEMORIALÍSTICA DE UM EVENTO
POLÍTICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social sob orientação da Profa. Dra. Cintya Maria Costa Rodrigues.

Orientador (a): Profa. Dra. Cintya Maria Costa Rodrigues

GOIÂNIA

2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

D739m Dourado, Maiara.
Memórias da Luta de Trombas e Formoso [manuscrito] :
A construção da significância interpretativa e memorialística
de um evento político / Maiara Dourado - 2014.
xv, 154 f. : il., figs, tabs.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cintya Maria Costa Rodrigues
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais, 2014.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, abreviaturas, siglas e tabelas.

Apêndices.

1. Trombas (GO) – Memórias 2. Trombas (GO) –
Conflitos de classes 3. Formoso (GO) – Conflitos de classes
4. Formoso (GO) – Memórias 5. Lutas de classes – Trombas
(GO) 6. Lutas de classes – Formoso (GO) I. Título.

CDU: 323.4(817.3)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado é resultado de um esforço coletivo e solidário de pessoas que acreditaram em mim e no meu trabalho. Nesse processo, eu canalizei as energias e tomei frente da pesquisa, mas não sem contar com a ajuda e o suporte de amigos, colegas, familiares e professores. Por isso, não ousou começar a descrever esta pesquisa etnográfica sem imprimir nessas linhas minha imensa gratidão aqueles que me apoiaram e demonstraram tamanho carinho e compreensão ao longo desses dois anos de trabalho. Assim, o primeiro dos agradecimentos não poderia deixar de ser aqueles que são protagonistas dessa história, os sujeitos e interlocutores da memória da Luta de Trombas e Formoso, esses bravos camponeses que me inspiraram e me conduziram, mesmo que em memória, a esta pesquisa. Sou grata ao exemplo de luta e ao desejo de conquista, de vitória. Sinto-me vitoriosa com este trabalho.

De modo especial, agradeço a Dona Carmina que me hospedou em sua casa, porém mais do que isso, hospedou-me em sua vida, oferecendo-me e ensinando o valor de uma amizade incondicional, sem limites de idade ou diferença entre gerações. Sou amiga de uma “senhorinha” de mais de 70 anos e não me sinto sua “neta”, como muitos me perguntavam ou afirmavam em Trombas, mas me sinto sua amiga, com todos os prazeres que esse adjetivo pode oferecer. De maneira igual, expressei minha gratidão ao Sr. Arão e à sua família que se esforçaram para que me sentisse parte dela, incluindo-me em seus almoços, festas de aniversário e tornando meu trabalho de campo um ambiente um pouco menos solitário. Sou grata também ao povo de Trombas e de Formoso, que me acolheu e me permitiu adentrar seu lugar e sua história.

Não posso esquecer - e na verdade nunca esqueceria - dos meus amigos, pela compreensão nos momentos de ausência, pelas lamentações nos momentos de crise, pelos choros e angústias causados pelo cansaço de dias de escrita ou falta de inspiração para eles e, sobretudo, pela força sempre ofertada. Destaco aqui meus companheiros de mestrado e pesquisa, Valleria, Chris, Marcelo, Nayala e Aline; meus amigos, irmãos “de vida”: Milena, Gabi, Ana Lúcia, Tati, Gisele, Tay, Luana, Pati, Pedroso, Thiago, Théo, Gabriel, Bruno, Adérito, Mário, Eduardo, Lara, Myla, Su, Luiz, Kamyla, MC que me deram todo o conforto e amizade que estiveram ao alcance deles. Agradeço imensamente a vocês.

A meus pais, Sandra e Antônio Carlos, e irmãos, Natália e João Gabriel, a quem devo tanto, por sempre me estimularem nos estudos e por sonharem os meus sonhos e me apoiarem no possível e no impossível. A vocês todo meu amor e gratidão.

Agradeço, também, a meus professores e mestres, tanto da Comunicação como da Antropologia, que me ajudaram nesse processo de mudança de área de estudo, de novos conhecimentos possibilitando esta entrada no mundo acadêmico, com todos os prazeres e desprazeres que ele possui. Ao Prof. Dr. Nilton José dos Reis Rocha, meu querido professor ainda da época da graduação em Jornalismo e que me deu todo suporte para migrar de área e me aventurar em novos universos e saberes. Aos professores da Antropologia que me abriram as portas para essa disciplina que é tão afeita à diferença e ao *Outro* e que me permitiu um novo olhar para com o mundo. Posso dizer hoje que a Antropologia é o meu lugar e vocês são responsáveis por me fazerem sentir assim. Meu eterno agradecimento a Prof. Dra. Mônica Pechincha, Prof. Dr. Alessandro José Prudêncio Ratts, Prof. Dr. Gabriel Alvarez, Prof. Dra. Maria Luiza Rodrigues, Prof. Dra. Telma Camargo da Silva e Prof. Dr. Roberto Cunha Alves de Lima pelas contribuições e ensinamentos ao longo da preparação e realização desta pesquisa.

Para o final dessas linhas, deixo a minha mais especial gratidão a Prof. Dra. Cintya Maria Costa Rodrigues, minha orientadora. Agradeço por ter aceitado me acompanhar nessa jornada de pesquisa, pela incansável disposição em me ajudar, em buscar bibliografia, em estudar a melhor forma de aclarar essa mente que, muitas vezes, via-se em crise e confusa em meio à profusão de informações e novidades que surgiam ao longo do desenvolvimento deste trabalho. E agradeço, acima de tudo, pela confiança e carinho em mim depositados.

Aos que não conhecem, ainda,
o heroísmo dos Posseiros,
desejo contar quem são
esses Heróis verdadeiros,
que lutam pela Justiça,
contra a ganância e a cobiça
dos desalmados grileiros.

(trecho do poema de cordel *ABC de Formoso* de Paulo Nunes Batista)

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre a construção memorialística do evento político de Trombas e Formoso, a fim de se compreender a constituição da significância simbólica e interpretativa do movimento camponês ao longo dos anos. Para isso, realiza-se um exercício de etnografia da memória, no qual o momento político de Trombas e Formoso é colocado em movimento do passado para o presente num esforço em se compreender de que maneira essa memória foi construída. O trabalho fundamenta-se em parte nas narrativas escritas sobre o evento e em depoimentos de pessoas que participaram ou testemunharam o evento no passado e/ou, ainda, daqueles que vivenciaram a Luta de forma indireta, à exemplo dos filhos e filhas dos participantes que nasceram durante o processo de desenvolvimento da resistência camponesa ou durante o período do regime militar. Os resultados da investigação informam a existência de uma memória interrompida e fragmentada pelo processo de ditadura militar, na qual o Golpe Militar de 1964 se apresenta como demarcador de uma ruptura narrativa do movimento político de Trombas e Formoso e ainda como catalisador de transformações políticas e culturais na região. Tais influências podem ser verificadas pelas difíceis manifestações pessoais para falar do evento, o que conduz a hipotetizar uma memória reprimida.

Palavras-chaves: Memória. Política. Narrativas.

ABSTRACT

This paper presents a study about the memorialistic construction of political event of Trombas e Formoso to understand the constitution of the symbolic and interpretative significance of the peasant movement over the years. Thus, was developed an ethnography of memory when the political moment of Trombas e Formoso was moved from the past to the present in an effort to understand how that memory was constructed. The work is based on written narratives about the event and testimonials of people who participated or witnessed the event in the past and, also, those who experienced the event indirectly like the sons and daughters of participants who were born during the peasant resistance or during the period of brasilian *Dictadura Militar*. This study reveals the existence of a broken and fragmented memory by the military dictatorship process. The *Golpe Militar* of 1964 influenced in the rupture of the historical narrative of the political movement of Trombas e Formoso and also in the political and cultural transformations in the region. Such influences can be verified by the difficulty among the people related to the event to speak about it, leading to hypothesize a repressed memory.

Keywords: Memory. Politic. Narrative

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Objeto de origem indígena encontrada na posse de Dona Carmina.....	41
FIGURA 2 - Objetos de origem indígena encontrada na posse de Dona Carmina.....	41
FIGURA 3 - Objeto de origem indígena encontrada na posse de Dona Carmina.....	42
FIGURA 4 - Vila de Trombas na década de 1950.....	58
FIGURA 5 - Título de eleitor de Filadélfio Ferreira dos Santos.....	92
FIGURA 6 - Antiga sede da Associação dos Trabalhadores Rurais de Trombas e Formoso, hoje, uma garagem.....	94
FIGURA 7 - Antiga casa de José Porfírio, hoje, um comércio.....	94
FIGURA 8 - Antiga igreja da Vila de Trombas, hoje, uma praça.....	95
FIGURA 9 - José Porfírio, 1956.....	123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1	24
1.1 Camponês, estudos e definição.....	27
1.1.1 Campesinato e capitalismo.....	29
1.1.2 Campesinato e Nação.....	36
1.2 Capitalismo no campo	37
1.3 Frentes e fronteiras.....	40
1.4 Marcha para o Oeste.....	45
1.5 A formação de núcleos centralizados políticos e administrativos: Brasília.....	48
CAPÍTULO 2	53
2.1. Narrativas do evento de Trombas e Formoso: na perspectiva bibliográfica	54
2.1.1 A reconstituição do lugar no momento da ocorrência do evento.....	56
2.1.2 Um percurso pelas linhas escritas da história.....	59
2.2 Por entrelinhas narrativas.....	78
CAPÍTULO 3	82
3.1. Memória política e política de memória.....	83
3.2. Trombas e Formoso, um lugar esquecido no tempo e no espaço.....	85
3.3. A Vila Dourada.....	90
3.4. Lugares de memória	93
3.5. As fugas e mudanças.....	95
3.6. Aspectos políticos de transição.....	99
3.7. O desligar de uma memória.....	102
3.8. Medo, trauma e silêncio.....	104
3.9. Transmissão do silêncio.....	107

3.10. Entre o orgulho e o trauma – interpretações das lembranças de quem viveu direta e indiretamente o movimento de Trombas e Formoso.....	111
3.11. Demanda pública de memória.....	114
CAPÍTULO 4	121
4.1. Da persona ao coletivo, a construção da pessoa política José Porfírio.....	124
4.2. Porfírio e PCB: relações de poder na constituição de um líder político.....	126
4.3. Porfírio, entre representações e narrativa.....	128
4.4. Comunismo.....	130
4.5. Regime Porfírio X Regime Democrático.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	144
ANEXOS	150

INTRODUÇÃO

Este estudo refere-se a construção memorialística do evento político de Trombas e Formoso. O objetivo, aqui, é tratar do movimento camponês nas discussões de memória, a fim de se compreender a forma em que se estabelece a significância simbólica, interpretativa e memorialística do evento ao longo dos anos. Várias questões significativas emergem quando o momento político de Trombas e Formoso é colocado em movimento do passado para o presente como parte de um exercício de discussão da memória coletiva e pessoal (Ricoeur, 2007).

Para isso, este trabalho fundamenta-se em parte das narrativas escritas da Luta de Trombas e Formoso, mas sobretudo, na sua oralidade, por meio dos depoimentos de pessoas que participaram ou testemunharam o evento no passado e/ou, ainda, daqueles que vivenciaram a Luta de forma indireta, à exemplo dos filhos e filhas dos participantes que nasceram durante o processo de desenvolvimento da resistência camponesa ou durante o período do regime militar. Faço esse recorte porque o Golpe Militar brasileiro de 1964, representa um marco de ruptura narrativa dessa memória e a instauração da ditadura militar, de certa forma, promoveu uma série transformações políticas e culturais que respingaram e respingam na forma como essa memória se apresenta hoje.

O evento de Trombas e Formoso caracteriza-se em uma experiência de luta que se configura pela resistência armada de camponeses do norte do Estado de Goiás, no Brasil, em meados da década de 1950, que se rebelaram contra o processo de expropriação de terra liderada por um grupo de grileiros fortalecidos pelo legitimado suporte do governo do Estado. O evento reconhecido como Revolta de Trombas e Formoso se apresenta como um dos mais importantes conflitos camponeses do país, sobretudo, por seu protagonismo e organização política e social, tendo em vista a conquista do título das terras mediante o embate com grileiros e o próprio Estado.

Em decorrência do Golpe Militar de 1964, o movimento foi desmantelado, vários líderes e participantes da Luta perseguidos e mortos e suas terras abandonadas mediante o processo de repressão e abafamento de um regime autoritário e ditatorial. Desse modo, pretende-se apresentar, neste trabalho, os reflexos e consequências de um processo de repressão política e social como o desencadeado na região de Trombas e Formoso, principalmente, sobre o aspecto de construção subjetiva e identitária dos camponeses participantes do evento, ainda vivos, e de seu filhos e filhas, herdeiros dessa história em um contexto político e social atual, o qual demanda por novas representações de memória em um

espaço público que se configura em um dito regime democrático. A memória da perseguição, do conflito e da pressão institucional e social, influenciaram nas difíceis manifestações pessoais para falar do evento, o que conduz a hipotetizar uma memória reprimida.

Assim, com o objetivo de se compreender o processo de constituição da memória política do evento político de Trombas e Formoso, esta dissertação estrutura-se em quatro capítulos onde tais questões serão discutidas:

No capítulo 1, será apresentado o lugar ocupado pela Luta dos camponeses de Trombas e Formoso no passado político e nas histórias dos movimentos sociais rurais brasileiros. Em termos antropológicos mais amplos, o diálogo com a Antropologia e Ciências Sociais brasileiras permitiram o conhecimento sobre o movimento camponês no Brasil (José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, Ricardo Abramovay, Ellen e Klaas Woortman, Otávio Velho, Giralda Seyferth, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Afrânio Raul Garcia Jr.) e a literatura internacional possibilitou a conexão com os escritos sobre campesinato no mundo (Partha Chatterjee, Eric Wolf).

No capítulo 2, realiza-se uma reconstituição memorialística do evento a partir da análise antropológica de textos escritos acadêmicos sobre a Luta de Trombas e Formoso. Este capítulo foi orientado por uma perspectiva antropológica interpretativa e memorialística em que autores como Clifford Geertz, Edward Said e Marshall Sahlins foram fundamentais. Além disso, se elaborou uma revisão bibliográfica de boa parte dos escritos acadêmicos mapeados, em sua maioria da área da História, tais como: Maria Esperança Fernandes Carneiro (1988), Janaína Amado (1993/1995), Paulo Ribeiro da Cunha (1997/2007), Carlos Leandro da Silva Esteves (2007), Cláudio Lopes Maia (2008), Renato Dias de Souza (2010); e ainda análise dos principais eixos percorridos por cada autor a partir de suas versões narrativas.

Já no capítulo 3, analisa-se antropologicamente as narrativas orais que constituem parte da memória do evento político de Trombas e Formoso. Cria-se neste espaço, a oportunidade de se ouvir as pessoas que, de alguma forma, estão ligadas temporalmente ao movimento. A ideia é compreender de que modo o passado é interpretado e (re) interpretado nesse processo de rememoração e ainda conhecer a forma como as políticas públicas de memória se articulam às memórias políticas, considerando, os efeitos que incidem sobre eventos, como o de Trombas e Formoso, que ocorreram efetivamente como ação e representação pelos praticantes reais, a cultura na ação da memória (SAHLINS, 1990).

Por fim, no quarto e último capítulo, trago a figura política de José Porfírio, líder camponês da Luta de Trombas e Formoso, o qual se insere na memória do evento político de

forma central e sob múltiplas interpretações oscilantes entre o caráter de herói e bandido. Trata-se de se compreender a construção da pessoa política desse líder camponês e as relações de poder que ali estão implicadas.

No entanto, antes de começar essa jornada etnográfica e me aprofundar no tema proposto, gostaria de apresentar alguns percursos percorridos neste processo de pesquisa. Seria uma forma de experimentar a imersão de campo por mim vivida e relatar minhas incursões enquanto pesquisadora em Trombas e Formoso que se inicia antes mesmo destes escritos. Este relato se apresenta, nesse momento, com a finalidade de explicar certas decisões metodológicas.

O trabalho etnográfico

O início desta incursão supera limites geográficos e adentra o universo escrito, oral, documental e simbólico ao qual remete e se insere a memória do movimento político de Trombas e Formoso. Meu trabalho de campo deu-se em duas etapas. Uma primeira que iniciou-se em 2008 e terminou em 2010, que resultou no meu trabalho de conclusão de curso em Jornalismo e que contou com pesquisas em arquivos e viagens curtas, de poucos dias e espessadas a Trombas, Formoso e Minaçu. E uma segunda etapa, na qual o trabalho de campo é retomado em 2013, no mestrado, e que me permitiu uma vivência mais intensa, quando me instalei na cidade de Trombas e Formoso por cerca de um mês e que culminou na realização desta dissertação. Ao total me encontro envolvida com essa história há mais de quatro anos. Nesse sentido, é preciso esclarecer certos percursos que foram pontos de partida para imersão na pesquisa e que fundamentaram e deram contorno à minha entrada em campo *trombasformosiano*¹. Começo narrando meu primeiro contato com o tema e, conseqüentemente, meu lugar de fala. Desde aí, assumo esse “falar de mim” no intuito de revelar-me no âmbito da pesquisa, a fim de expor minhas subjetividades e “afetamentos” que o campo provocou e provoca (FAVRET-SAADRA, 2005). A etnografia pressupõe esse “narrar de si” e o considera fundante para um pesquisa de compartilhamento e posicionamento do antropólogo enquanto sujeito social e parte intrínseca à pesquisa.

Ouvi falar da história de luta dos posseiros de Trombas e Formoso pela primeira vez, no ambiente informal dos corredores da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (Facomb/UFG), ainda quando estudante de graduação do curso de Jornalismo. Nessa época, a incipiente atividade militante por meio de projetos de

¹ Faço uso do termo *trombasformosiano* cunhado e utilizado pelo Prof. Dr. Roberto Cunha Alves de Lima durante apreciação de parte deste trabalho, ainda em processo de qualificação.

extensão e pesquisa voltados à Comunicação Comunitária e Compartilhada, e ainda a colaboração em jornais de militância combativa, levaram-me a descobrir importantes histórias de rebeldia popular e experiências de caráter contra-hegemônico. Nesse contexto, de forma não surpreendente, deparo-me com a história de camponeses do norte do estado de Goiás que organizaram um movimento de resistência contra a expropriação de suas terras, as quais depois de um período de luta armada e pressão popular, foram tituladas e entregues aos posseiros da região. A curiosidade e a usual ânsia de quem acabava de entrar na universidade e em um curso de jornalismo, foram alimentadas pela fantasia da investigação e do possível desvendar de um grande mistério.

É certo que não havia mistério, mas o discurso forte, um pouco romântico, mas bastante envolvente de quem me contava pela primeira vez aquela história - uma amiga também estudante de jornalismo, mas já atuante na área em um jornal carioca chamado *A Nova Democracia*², com o qual também colaborei com algumas reportagens –instigaram-me a buscar novos saberes sobre essa história da qual poucos conheciam. Eu era, ao mesmo tempo, inflamada pelo encantamento de contos heróicos e fantásticos, como o de Walter Valadares, militante do Partido Comunista Brasileiro que caminhou centenas de quilômetros até chegar a região já cercada por policiais com uma pequena trouxa, armamentos, capangas cheias de balas de fuzil, papel, tinta e um inusitado mimeógrafo nos braços, o qual serviria para rodar panfletos e material do partido entre os camponeses³. Tive acesso a algumas entrevistas veiculadas pelo mesmo jornal com antigos militantes do Partido Comunista Brasileiro que narravam essa e outras histórias, a qual faziam parte da narrativa da *Revolta de Trombas e Formoso* - nome como a conheci e cunhado por membros e militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – o que aumentava, gradativamente, meu interesse e desejo por essa história.

O desejo não era involuntário e minha origem denunciava isso. Nascida e criada no interior do Mato Grosso e imersa numa lógica de produção agrícola atolada no sistema do agronegócio, a história de resistência e luta de pequenos camponeses no norte do estado de Goiás e em meados dos anos de 1950, foi, confesso, bastante instigante. Sabia e conhecia, talvez não de forma substancialmente aprofundada, as diferenças entre “grandes e pequenos proprietários” na questão da terra, até porque vim de uma família, na qual meu pai - um pequeno produtor de leite - era dono de uma propriedade que conseguia andar, por toda sua extensão, a pé.

² Ver <http://www.anovademocracia.com.br>

³ Ver <http://www.anovademocracia.com.br/no-29/499-trombas-e-formoso-o-triunfo-campones>

No entanto, fui mantida por um longo período de tempo distanciada da realidade do meio rural, quando passei a morar na cidade para estudar. Foi um momento em que minha relação com a terra se dava pelas minhas raras idas ao sítio e a conversas entrecortadas que ouvia entre meu pai e minha mãe referentes à problemas de administração, o baixo preço pago por litro de leite, até a formação de uma cooperativa a qual, até hoje, meu pai faz parte.

Porém, o contato com a história da *Revolta de Trombas e Formoso* se tornou uma espécie de provocação e um forçado convite para sair da superficialidade e compreender à fundo a conflituosa questão fundiária do país, ou melhor, parte de um contexto ao qual me insiro e faço parte.

É preciso dizer que não era somente a grandeza do movimento camponês que me instigava e chamava à pesquisa, mas o contraditório silenciamento e, de certa forma, desconhecimento que pairava sobre sua memória. Lembro-me de abordar pessoas, por várias vezes de maneira aleatória, perguntando sobre o que conheciam sobre o evento. Eram tantos “você conhece algo sobre a Revolta de Trombas e Formoso?” seguidas de espassadas e raras respostas positivas e, quando assim, sobre rasos comentários, que duvidei de mim mesma e entendi que, na verdade, a pergunta deveria ser outra: “Por que pouco se conhece sobre a Luta de Trombas e Formoso?” ou “Por que pouco se fala sobre ela?”

Há uma recusa em se reconhecer a história de povos camponeses no âmbito da Nação, sobretudo, o insurgente, o rebelde (GUHA, 1999). A historiografia colonialista da qual se alimenta essa ideia de Nação, vê a insurgência como “a articulação de uma espontaneidade pura que enfrenta a vontade do Estado”, sem se levar em conta a vontade e a razão de quem se põe em situação de luta (GUHA, 1999, p.37). No entanto, esses traços de silêncio formam uma matriz experiencial da presença, na qual o conhecimento emana desse silêncio, que emerge da falta de palavras, da escassez narrativa ou histórica (KIDRON, 2009).

O conhecimento do movimento político de Trombas e Formoso começa em mim a partir da ausência dessa história e, desde então, transformo as perguntas em estímulos de pesquisa, que se inicia no campo da Comunicação, intercala-se com a História e as Ciências Sociais, mas ganha corpo e dinamicidade quando experimento o trabalho antropológico, o que tentarei apresentar aqui.

O primeiro encontro

O interesse transformado em pesquisa deu início ao percurso desta trajetória que começa pelo desenvolvimento do projeto de extensão *Trombas e Formoso: a vitória dos camponeses* desenvolvido na Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG. A ideia era criar ferramentas comunicacionais que possibilitassem o reavivamento dessa memória.

Para isso, produzimos um vídeo-documentário, de modo a reconstituir esta narrativa a partir das lembranças dos camponeses que participaram do processo de resistência.

O projeto previa, inicialmente, somente a realização de um filme-documentário, mas ampliou-se e foi transformado em meu trabalho de conclusão de curso junto com parte da equipe do projeto. Desse modo, criamos uma plataforma multimeios, um site onde hospedamos o Memorial da Revolta de Trombas e Formoso⁴, no intuito de reunir e agregar todo material encontrado e produzido ao longo da pesquisa, incluindo não só o documentário, mas fotos, documentos, biografias de participantes da luta e uma linha do tempo sobre acontecimentos que perpassaram essa história.

É importante ressaltar que durante a investigação e realização dessa primeira etapa do trabalho, ao mesmo tempo que se identificou o desconhecimento generalizado da população não só de Goiânia, mas também, das cidades de Trombas e Formoso, sobre a memória do movimento camponês, foi possível também, mapear registros em jornais da época, documentos históricos - como inquéritos policiais de camponeses presos, relação de processos de requerentes de terras e, sobretudo, as narrativas orais dos camponeses ainda vivos . Esse material comprovava a continuidade e o interesse em lembrar e registrar o evento, delimitando-o como de significância para a investigação mais aprofundada da memória local e suas relações com outros acontecimentos nacionais e políticos da época.

Assim, foram realizadas pesquisas em vários acervos do Estado de Goiás como nos do Jornal Cinco de Março, O Popular, Assembleia Legislativa, além da doação do acervo documental do pesquisador Cláudio Maia, o qual reuniu documentos oriundos de diversos arquivos e de diferentes tipos, como atas de reuniões, inquéritos policiais, sobretudo de reportagens de jornais locais e nacionais da época. Reunimos cerca de 200 documentos referentes a Luta dos posseiros de Trombas e Formoso.

Para a construção do documentário, a ideia era a realização de um trabalho que pudesse remontar os pedaços de uma história pulverizada pelo tempo e espaço, pela repressão e abafamento social e político. O objetivo era reunir as narrativas dos camponeses ainda vivos que pudessem ser registradas e condensadas em um curta-metragem. Era consenso, por parte da equipe, a realização de um trabalho sob uma outra perspectiva de realização fílmica, a qual vislumbrava esse *Outro* não apenas como objeto de registro, mas como co-produtor de sua própria obra, tomando-o como parte da equipe para a constituição do projeto.

⁴ Ver www.trombaseformoso.org.br. No momento o site encontra-se em processo de reformulação.

Durante a realização do filme *Trombas e Formoso: memórias de uma Luta*⁵(2010), personagens do evento se aproximaram de forma efetiva da produção, tornando-se parte da equipe realizadora, sugerindo locações, indicando entrevistados e entrando, inclusive, enquanto equipe nos créditos do filme. De modo que antigos camponeses e narradores do evento, como o Sr.Arão e *Dona* Carmina - Arão de Souza Gil e Carmina Castro Marinho – estabelecessem, naquele presente espaço-temporal, novos papéis e representações mediante suas histórias.

Foram entre seis e sete viagens para Trombas, duas para Minaçu e uma para Formoso, entre os anos de 2008 e 2010. O contato inicial se deu pelo Sr.Arão, que nos foi apresentado pela direção da Associação de Anistiados de Goiás, a Anigo. Participante do movimento camponês e também irmão de José Porfírio, um dos líderes do movimento, Sr.Arão tratou de nos introduzir à comunidade local, assim como à outros participantes do evento. Ainda assim, no intuito de nos apresentar a população e mostrar o trabalho que estava sendo realizado, foram feitas várias sessões para exibir fragmentos do que já estava sendo filmado, tanto em Trombas como em outras cidades como Goiânia, Formoso e Minaçu.

Um carro de som passava pelas ruas da cidade realizando o convite à população de Trombas. Em uma local com menos de 4.000 habitantes⁶, o método nos pareceu bastante eficaz, já que em cerca de 30 minutos era possível caminhar à pé por todo o perímetro urbano do município. Os *visionados*, como chamávamos essas exibições, eram organizados a cada viagem à Trombas, reativando a memória de muitos moradores e convidando-os a ajudar no processo de realização do filme. Após a apresentação das filmagens, eles faziam observações, sugeriam novos personagens e levantavam discussões sobre o tema, numa tentativa de construir o que Jean Rouch chamou de *antropologia compartilhada* (FREIRE, 2006).

No entanto, essa mesma aproximação tanto com os participantes do movimento quanto com a comunidade local nem sempre era positiva. A última viagem à Trombas, em novembro de 2010, marcou o fim de uma etapa do projeto, com a exibição do documentário *Trombas e Formoso: Memórias de uma Luta* (2010). A apresentação do filme ocorreu durante uma quermesse, pouco antes do início do leilão que arrecadaria fundos para o caixa da igreja da cidade.

⁵ Ver <http://vimeo.com/21406095>

⁶ Segundo Censo Demográfico 2010 do IBGE, estima-se o número de 3.434 habitantes no município de Trombas.

O evento reuniu grande parte da população, o que mostrou ser uma boa oportunidade para apresentar um retorno ao grupo com informações e dados que a equipe de pesquisa retirou quando de sua estadia entre eles. Durante os exatos 18 minutos e 53 segundos de vídeo, ficou evidente a dispersão dos presentes na quermesse. A comoção veio somente em seguida, ao final do filme e início do leilão. O aparente desinteresse de quem ali estava, a dispersão dos presentes, parecia nos dizer algo e dar sinais de representações do passado. Pareciam não se ligar à uma história, que até então, a equipe julgava de suma importância para a própria autocompreensão dos cidadãos. Nesse momento, comecei a exercitar a dúvida - experiência de pesquisa tão cara que me possibilitou novas perguntas e inquietações.

Qual seria o significado desse evento histórico e político para quem vivia na mesma região à época do evento e quem vive hoje sobre novos contextos? Os habitantes de Trombas sentem-se herdeiros e parte do evento de Trombas e Formoso? Há identificação e autoreconhecimento com a história do evento? Há uma preocupação com o passado? Como é a relação desses sujeitos com o passado? Muitas perguntas ficaram e a realização desse trabalho, com toda certeza, não findará ao final dessas linhas.

No entanto, o episódio parecia nos dar sinais, indícios de que o filme, o site e as histórias ali colocadas poderiam não ser tão significativas para aqueles que viviam hoje um outro contexto histórico e social. Uma relação que pensávamos ser, até então, bem-sucedida colocou em questão a força da ligação de um passado com um presente e nos apontava para a ideia de mudança cultural justaposta aos processos de memória ali desenvolvidos.

Assim, inquietações e questões formuladas e reformuladas durante pesquisa anterior posicionam o surgimento desta pesquisa e redirecionam meus caminhos enquanto pesquisadora, já que migro da Comunicação para Antropologia, na busca por novas formas de apreensão da memória do evento político de Trombas e Formoso. Dessa forma, foi por meio de uma nova inserção no campo da pesquisa, sob nova perspectiva etnográfica e de maior imersão antropológica que desenvolvo o trabalho em questão.

O reencontro

Trombas é uma cidade ladeada por córregos e rios e possui uma geografia acidentada marcada por uma imponente serra em formato de uma tromba de elefante que motivou o atual nome do município, mas que foi cunhada com o nome de Serra Dourada. A cidade ao pé da serra abriga uma das mais importantes histórias de luta camponesa do estado de Goiás e do Brasil, no entanto, poucas pessoas sabem disso, inclusive seus próprios moradores.

Depois de pouco mais de dois anos sem retornar à Trombas, senti-me como se fosse a primeira vez na cidade. Mais do que isso, ao descer na rodoviária, em 18 de fevereiro de

2013, senti-me forasteira, estranha e estranhada por olhos curiosos que procuravam saber quem era a mulher, de mochila nas costas e com clara aparência de que não era dali. A curiosidade é bem comum em uma cidade pequena como Trombas, com menos de 4 mil habitantes, e que aumentava quando viam-me hospedar na casa de Dona Carmina, uma das minhas interlocutoras e com quem mais estreitei laços desde minha última pesquisa. Uma figura bastante influente na cidade e que fez com que esse estranhamento logo se transformasse em familiaridade. Dona Carmina era viúva de Nelson Marinho, o qual foi preso e duramente torturado por sua participação e envolvimento na Luta dos posseiros de Trombas e Formoso, na época também presidente de um dos Conselhos de Córrego⁷ da região.

Dona Carmina me acolheu em sua casa e se fez mais do que uma simples interlocutora mediante sua experiência de Luta e participação no movimento, mas uma espécie de guia e produtora local. Ela militou em tempos da Organização, apesar de sempre se mostrar reticente em dizer muito sobre sua participação, ainda resquício do medo e restrição do tempo da ditadura militar, uma época na qual a perseguição, prisões e torturas se fizeram recorrentes na região.

Morei por um mês com Dona Carmina, o que me permitiu uma profunda imersão no universo do campo, convivendo com pessoas, participantes ou não do movimento dos camponeses, nasceram e foram criadas na cidade de Trombas, o que as colocavam também dentro da história. A construção de um cotidiano, fez com que essa imersão e ambiência etnográfica me permitisse entender certas questões sociais da cidade que invadiam a realidade individual das casas de moradores de Trombas, resultado de uma projeção e transformação de questões do passado para o presente.

É curioso dizer, mas caminhar pelas ruas da cidade de Trombas com Dona Carmina sempre me traziam muita segurança pela sua influência e presença enquanto figura respeitável. A caminhada se tornava encantadora quando a cada passo que dávamos um vizinho, um comerciante, uma criança, uma pessoa qualquer, levantava a mão, balançava a cabeça e pedia benção àquela bela senhorinha de 73 anos. Isso ocorria sempre e a conversa durante a caminhada se tornava quase impossível tamanha as interrupções para breves diálogos como:

⁷ Conselhos de Córrego eram instâncias menores da Associação de Trabalhadores Rurais de Trombas e Formoso. A Associação centralizava e gerenciava a vida política e social da região, enquanto os Conselhos tinham a função de organizar de forma localizada os camponeses, a partir do local de moradia dos mesmos, já que muitas das posses se concentravam à beira de um mesmo córrego, abundante na região. Córrego é o nome dado a um pequeno curso de água corrente, menor que um riacho e que é bastante comum nessa localidade. No entanto, mais do que um sentido geográfico, córrego carrega um sentido simbólico no contexto da Luta.

- “Benção Dona Carmina?”
- “Deus te abençoe, meu filho”.

Dona Carmina me acompanhou em boa parte das entrevistas em Trombas e me apresentou para alguns antigos moradores que viveram na antiga vila na época da organização dos posseiros. A proximidade também já estabelecida em tempos anteriores com Sr.Arão, possibilitaram-me fácil acesso no dia-a-dia de filhos e filhas e familiares de antigos camponeses participantes da Luta. Dona Carmina e Sr.Arão foram fundamentais para o processo de constituição de uma lista de possíveis narradores de memória, não só da cidade de Trombas, como também, do município de Formoso, do qual falarei mais à frente ainda nesta parte introdutória.

Ambos pareciam fazer parte de uma rede de *compadres* e *comadres*. Era nítido a cumplicidade e amizade entre os camponeses ainda vivos, como pude observar quando visitei Dona Joaquina, também participante da luta, em uma pamonhada em sua posse. Sua relação com Dona Carmina era bastante forte e próxima, passaram por muita coisa juntas durante os conflitos na região. Elas são cunhadas e membros da família Marinho, uma das mais antigas da cidade, oriunda do Maranhão, assim como Sr.Cosme e Sr. Filadélfio, também ligados por vínculos de parentesco, já que além de amigos, são cunhados.

O cotidiano da casa de Dona Carmina – experiência que depois viria a se estender ao cotidiano do espaço total da cidade - deram pistas de como conduzir a etnografia. Foram fatos corriqueiros, do dia-a-dia, que apontaram para certas problemáticas do lugar e, conseqüentemente, para o andamento da pesquisa. Nesse contexto diário, conheci pessoas como Jane, manicure de Dona Carmina, que quase toda semana, ia à sua casa para fazer suas unhas e que se tornou importante por seus inúmeros questionamentos sobre minha pesquisa e comentários enfáticos os quais me traziam pistas e *insights* interessantes que, de alguma forma, orientaram este trabalho. Claro que minha presença na casa de Dona Carmina despertou curiosidade nas pessoas, já que desde a morte de seu marido e casamento de seus filhos, vivia sozinha. Me tornei uma espécie de neta de Dona Carmina a fim de simplificar e resumir minha relação de interlocução, perante os frequentes questionamentos externos.

O encontro com os narradores da Luta de Trombas e Formoso

Durante minha preparação para entrada de campo, listei e elaborei alguns objetivos, que hoje entendo mais como eixos direcionais para constatação, verificação e conferência de viabilidade dentro da pesquisa, isso porque era preciso contar com elementos surpresas e o inesperado que já se esperava dentro do trabalho de campo, como novas pistas e possibilidades como as deixadas por Jane. No caso, o início da investigação sobre a memória

da Luta dos camponeses de Trombas e Formoso foi marcada pela minha ansiedade em fechar uma lista de entrevistados, identificando os mais antigos moradores das cidades de Trombas e de Formoso, sendo ou não participantes da luta e da organização camponesa e ainda seus filhos e filhas, no intuito de buscar o cerne do processo de transmissão de memória do movimento.

No entanto, a tentativa de se construir essa relação de possíveis interlocutores me levaram a compreender certos fenômenos sociais da cidade e ainda a descobrir elementos que implicaram em mudanças sociais e culturais na região. No meu rito de passagem da Comunicação para a Antropologia, foi nesse momento que senti na pele o fazer etnográfico além da pesquisa embasada na entrevista, mas inserida em um processo de imersão e vivência profunda do campo.

Minha primeira incursão foi conversar com antigos camponeses participantes da Luta já entrevistados durante a realização do documentário com intuito de mapear novas possibilidades de diálogos com testemunhas dessa história, no caso, antigos moradores da vila que viverem o período do movimento camponês, mesmo que estes não viessem a ter algum envolvimento com a organização dos posseiros e ainda filhos e filhas de camponeses participantes da luta. Esses nomes foram listados a fim de coletar relatos de portadores da memória do movimento.

É importante ressaltar que o número de interlocutores que viveram entre as décadas de 1950 e 1960 na região era bastante reduzido. A maioria encontravam-se em idade avançada, muitos faleceram, e ainda haviam os que, com a eclosão do Golpe Militar em 1964, fugiram da região, muitos sem nunca mais voltar. Na busca por aqueles que viveram o período da Luta e que ainda eram residentes na região de Trombas e Formoso foi possível identificar um maciço processo de fuga e abandono das terras por conta da perseguição empreendida pelo Estado durante o governo militar. Segundo relatos as prisões, torturas e perseguições só cessaram depois da prisão de José Porfírio, principal líder do movimento e nesse período deputado estadual, e com a apreensão das armas usadas durante o processo de resistência na região.

No intuito de pensar o esquema de transmissão de memória do movimento de resistência dos posseiros, se tornou imprescindível o contato com filhos e filhas de antigos posseiros, com interesse em abordar a trajetória intergeracional da memória da luta dos camponeses. No entanto, me defrontei com uma geração de filhos e filhas que não mais residiam em Trombas e em Formoso. Em pouco tempo foi possível identificar certos fenômenos de carência em desenvolvimento social e econômico na cidade de Trombas, que

não se restringia só à ela, mas também à Formoso e à uma considerável parte de cidades do norte do estado de Goiás, imprimindo quase uma característica à região.

A cidade de Trombas possui três vias de emprego, uma cerâmica que emprega entre 30 e 40 funcionários; a prefeitura, abrigando a maioria dos empregos da cidade e ainda o comércio, em grande parte com pequenas lojas ou mercadinhos. No mais, a economia volta-se para a pecuária por meio de pequenas propriedades. A cidade possui ainda três escolas, uma para alfabetização infantil, outra de nível fundamental e uma terceira de nível médio. A falta de oportunidades e perspectivas para continuação em um ensino superior ou de melhores empregos e condições de vida, faz com que muitos jovens migrem para outras cidades a fim de novas possibilidades de vida, fenômeno que perdura até hoje. Desse modo, a formação de uma lista de interlocutores de memória foi reduzida aos poucos filhos e filhas de antigos participantes da luta de Trombas e Formoso ainda residentes na região, que somados a seus pais e antigos moradores chegou-se a um total de 22 entrevistados.

Há um outro fator que agravou a sintetização dessa lista, no caso, a resistência de muitos dessa geração posterior à luta em falar sobre o tema, sempre alegando não saberem muita coisa, ou quase nada, ou ainda de que na época eram muito pequenos ou não eram nascidos. Eu explicava que o sentido da entrevista não era avaliar o nível de conhecimento sobre o movimento, mas de entender como ocorreu esse processo de transmissão, no entanto, mesmo assim, muitos se recusaram, fato que sinalizou novas pistas.

Essa resistência e recusa em ceder entrevista foi reforçada por certa repreensão dos próprios camponeses sob a mesma afirmação de que essa geração posterior à Luta nada sabia dizer sobre ela. Muitos dos participantes do movimento diziam não passar à seus filhos e familiares as histórias de luta e mobilização empreendidas no processo de resistência de Trombas e Formoso, resquício de um tempo no qual as conversas eram sussuradas e invadidas pelo terror das perseguições. No entanto, ainda assim, existiam as lembranças, das quais na época muitos não compreendiam mas que com o tempo vieram a compreender. Foi esse mesmo tempo que permitiu aos que ainda não eram nascidos, conhecer parte dessa história, mesmo que sob forma vaga e superficial, sem compreender as dimensões do evento.

No entanto, esse conhecimento nem sempre se dava dentro do âmbito familiar, já que com a Anistia e o processo de abertura política, a história da luta dos camponeses passou a ser demandada pela mídia, de forma esparsa, ou ainda por instituições ou ONGs de ordem política, como a Associação de Anistiados de Goiás (Anigo), organizações como Tortura Nunca Mais e, de forma mais atual, a Comissão da Verdade. Essa demanda pela história exigiu dos camponeses uma retomada de suas lembranças e um processo de rememoração que

fizeram com que seus filhos de uma forma ou de outra se relacionassem com o que aconteceu, mesmo que de forma superficial.

Formoso, entre posseiros e grileiros

Dentre os itens elencados no meu roteiro de trabalho estava marcado “Formoso” como lugar a ser etnografado. Desde a finalização de minha última pesquisa certas ausências me levaram a buscar na atual investigação, de certo modo, suprir falhas do trabalho anterior. No caso, o pouco aprofundamento abordado na última pesquisa às relações que se estabeleceram em Formoso, fizeram-me abranger ao campo de pesquisa a cidade e entender melhor os processos de memória que se deram ali. Intrigava-me a posição que Formoso exercia dentro do contexto da Luta ao pensar sobre sua relação com a vila de Trombas, na época dos conflitos com os grileiros e depois da ditadura militar.

Durante período dos conflitos entre grileiros e camponeses, Trombas ficou conhecida como *capital dos posseiros* e Formoso, segundo Abreu (2002), como terra de “João Soares⁸, homem forte dos grileiros e chefe dos jagunços”, vivendo sob jugo do mesmo (ABREU, 2002, p.12). Abreu (2002) descreve Formoso nesse tempo como agitada e nervosa e investida de um intenso fluxo de jagunços ou policiais que chegavam e saíam sob ordem de Soares. Essa relação de contraposição de Trombas como sede dos posseiros e Formoso como sede dos jagunços me levaram a crer num processo de rivalidade entre as duas vilas, mesmo durante o período de trégua entre grileiros e posseiros na disputa pelas terras entre os anos de 1956 e 1957, quando novas relações se estabeleceram de comércio e intenso fluxo de posseiros entre uma vila e outra. Dona Carmina, Cosme - um dos participantes da Luta - e mais alguns outros interlocutores afirmavam que Formoso não teve participação no processo de resistência. “Aqui tinha muita polícia”, lembrou Cosme, que na época vivia em Trombas mas hoje vive em Formoso e ainda que houveram posseiros da região, da Mata de Formoso e de Coqueiro de Galho que entraram para o movimento.

Formoso foi emancipada em 1963 e antes disso era pertencente ao município de Amaro Leite, hoje Mara Rosa. Sua história tem como pioneiro e fundador da cidade, João Soares, também chefe dos jagunços da região. Dentre os camponeses e antigos moradores de Formoso, poucos souberam me dizer sobre a influência de Soares sob a população. No entanto, em alguns escritos de historiadores locais sobre a luta dos posseiros, foi possível

⁸ É reconhecido como fundador de Formoso, por ter sido o primeiro comerciante e político do local. É importante informar sobre a existência de um outro João Soares, homônimo do fundador de Formoso que fazia parte do grupo de posseiros que integrava os principais líderes do movimento. Nesse caso, existiam dois João Soares, o do grupo de grileiros e o Soarão – como ficou conhecido- que fazia parte do grupo dos posseiros.

identificar sua importância mediante título de fundador da cidade, mesmo que somente sob breves citações.

Minhas incursões em Formoso duraram uma semana e meia, tempo no qual consegui conversar com os moradores mais antigos da cidade e alguns antigos camponeses que participaram da Luta que ali residiam, além de filhos e filhas dos mesmos. Em Formoso, tive como guia o Sr. Filadélfio - Filadélfio Ferreira dos Santos – conhecido de viagem anterior à cidade durante a realização do documentário, na época ele e seu irmão Lourenço foram nossos únicos entrevistados em Formoso. O foco sob os participantes da Luta não nos permitiram ir além do roteiro. Meu objetivo, desta vez, era trazer para a pesquisa da memória, a narrativa e lembranças de quem viveu aquele período, o que me levou a buscar também de antigos moradores da cidade.

Filadélfio chegou em Trombas em 1954 junto com a família ainda moço. Tiraram posse às margens do córrego do Sapato, empreendendo uma luta por esse espaço, que motivou seu envolvimento no processo de resistência dos posseiros em Trombas. Em 1972, se mudou para Formoso por conta dos estudos dos filhos, cidade onde vive até hoje. Sua relação com ambas as cidades, mesmo que em contextos temporais diferentes, o permitiram testemunhar interessante mudança cultural na região e tê-lo como guia e interlocutor tornou meu trabalho privilegiado.

Por ele, foi-me apresentado uma série de personagens que sob o mesmo esquema que em Trombas, também passaram a formar a lista de narradores da história de Trombas e Formoso e foi por meio dessas pessoas que formei uma rede de contatos que se entrelaçavam e montavam parte da memória da Luta de Trombas e Formoso. A opção por realizar trabalho de campo primeiro em Trombas e depois em Formoso, permitiu-me chegar na última com um olhar mais apurado e já melhor direcionado por perspectivas que orientaram a pesquisa.

Dessa modo, minha busca em Formoso focou-se, ademais dos processos de memória e transmissão, em tentar entender o processo de emancipação de Trombas e de Formoso e em como a população e autoridades da cidade conduziram esse processo, se houve aprovação ou não e ainda de que forma seus moradores se posicionaram mediante o período de ditadura militar.

Ao fim dessas longas linhas introdutórias, me justifico e volto a chamar a atenção do leitor para a importância em se compreender o contexto em que me insiro nesta pesquisa e no modo como foi desenvolvida, quais os percursos, movimentos e trajetórias percorridos. É na descrição etnográfica que me posiciono enquanto pesquisadora, mas sobretudo, enquanto ser político.

CAPÍTULO 1

Trombas e Formoso: O passado político do movimento camponês

O movimento político de Trombas e Formoso caracteriza-se como um evento de repercussão nacional reconhecido pelos escritos que o interpretaram. Trata-se de um evento inserido em um contexto mais amplo de lutas agrárias e de disputas por terras no Brasil, caracterizado pelo que se denominou de Ligas Camponesas. Para a historiadora, Janaína Amado - uma das primeiras pesquisadoras no Brasil a estudar a história da Luta de Trombas e Formoso - o movimento de Trombas e Formoso pode ser considerado um marco político inaugural de uma longa e trágica trajetória de conflitos em torno da terra que marcaram a história do Brasil nas últimas décadas. “O movimento social conhecido como “revolta do Formoso” ou “revolta de Trombas” foi “a primeira revolta contemporânea de posseiros no Brasil”(AMADO, 1993, p.8).

Para o sociólogo José de Souza Martins, o movimento de Trombas e Formoso foi um dos principais conflitos no Brasil rural em áreas nas quais a “frente pioneira” (organizada em bases capitalistas no interior da fronteira econômica) sobrepõe-se à “frente de expansão”⁹. Essas áreas de superposição estão amplamente espalhadas pelo país em um contexto atual¹⁰, mas são também indicados pelo autor casos mais antigos de conflitos ou movimentos sociais, como a região do Contestado, a região de Porecatu, de Pato Branco e Francisco Beltrão, todas na região sul (Santa Catarina e Paraná), a região do Vale do Murici (em Minas Gerais) e claro, a região de Trombas e Formoso (em Goiás) (SOUZA MARTINS, 1975).

A antropóloga Margarida Maria Moura menciona o conflito de Trombas e Formoso em sua publicação ao tratar da exclusão conceitual e política dos camponeses em análises acadêmicas e partidárias e o frequente descaso com as lutas camponesas no país. “A luta camponesa no Brasil tem sido frequentemente ignorada, o que torna muitos ativistas e pensadores políticos em uma espécie de observadores envergonhados do campesinato brasileiro”(MOURA,1986,p.51). Ainda neste quadro de exclusão conceitual, e

⁹ Os conceitos “frente pioneira” e “frente de expansão” serão tratados mais adiante, ainda neste capítulo.

¹⁰ É importante considerar que essa sobreposição de fronteiras pode resultar em conflitos por terra e/ou criação de movimentos sociais agrários.

consequentemente histórica, a autora cita algumas revoltas ligadas ao campo pouco conhecidas pela sociedade, como a Revolta do Contestado, entre 1912 e 1916, classificada por Moura (1986) como a maior guerra popular da história contemporânea do Brasil com 20 mil rebeldes e o envolvimento de metade dos efetivos do Exército brasileiro; a Revolta de Canudos que também envolvera o Exército e milhares de camponeses, contabilizando em um prazo de cerca de um ano, cinco mil camponeses mortos e inúmeras derrotas às forças militares. E, por fim, “a Revolta do Formoso, que por mais de uma década, entre 1950-60, plantou um território livre dominado por camponeses no Estado de Goiás e permanece assunto pouco conhecido”(MOURA, 1986, p.51).

É perceptível um desconhecimento generalizado sobre o evento de Trombas e Formoso. Trata-se de uma memória excluída do contexto escolar no seu local de origem e no estado de Goiás¹¹ e que pouco se faz lembrada pela imprensa em dias atuais, mantendo-se viva por antigos camponeses e população local da região que são constantemente demandados por instituições políticas e partidárias, acadêmicas ou ainda ligadas aos direitos humanos. É importante pontuar que essa retomada da memória ocorre mediante a abertura dos processos de indenização organizados por entidades formadas por anistiados do período da ditadura militar, as Comissões de Anistiados. Durante esse período, camponeses acostumados a falarem pouco sobre o desenrolar da Luta, sobre sua participação ou ainda sobre os tempos vividos em prisões ou fugas foram, de certa forma, forçados a reunir provas e dar depoimentos sobre os abusos e perseguições sofridas durante o período de repressão da ditadura militar.

Durante o trabalho de campo, reencontrei e retomei muitas conversas com Dona Carmina e defronto-me com o receio em se revelar um passado e, ao mesmo tempo, a sensação de obrigatoriedade em retomá-lo, pelo menos em parte: "Naquele tempo a gente tinha que engolir as provas e agora a gente tem que vomitar elas¹²". E ainda um cenário de demanda pública: “As pessoas quase nem sabem disso [Luta de Trombas e Formoso], as pessoas quase não comentam, começou mais depois que saiu aquele jornal, saiu aqueles

¹¹ São escassos, para não dizer inexistentes, materiais bibliográficos e didáticos destinados as escolas de nível básico e médio, que tenham o evento camponês de Trombas e Formoso como conteúdo na grade curricular de disciplinas como história ou história regional.

¹² Dona Carmina faz referência ao tempo em que tinha que esconder, queimar ou dar fim em jornais e panfletos de conteúdo comunista, quando militares se encontravam acampados em sua casa à espera do marido, Nelson Marinho, além de cartas e fotos recebidas ou enviadas por ele. O fato é que, hoje, o que um dia foi queimado e destruído passa a ser demandado enquanto documento ou prova de que participaram do movimento e foram perseguidos politicamente. No caso, a demanda a qual Dona Carmina se refere se deve à elaboração do processo de anistia, indenização e reparação por danos sofridos durante a ditadura militar.

filmes, daí sempre eles vêm e aí de vez em quando, muitos deles, pedia a gente dar entrevista pra eles e só.”¹³

Dentre as instituições e veículos que requisitam a retomada dessa memória, é importante citar a criação de entidades como a Comissão Nacional da Verdade (CNV) instituída em 16 de maio de 2012, pela Lei 12528/2011. A CNV tem por finalidade investigar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, período que inclui o processo de ditadura militar no Brasil (1964-1985). Ao mesmo tempo que o Estado se propõe a criar uma comissão que investiga e desenterra falhas do passado, ela emerge sob fortes críticas ao modo como o governo brasileiro a retoma, sendo concebida com um mandato de apuração de somente dois anos, os quais foram prorrogados por sete meses, devendo ser finalizado em dezembro de 2014 e com um número irrisório de membros, ao todo sete, e uma imensa quantidade de casos a serem investigados.

O historiador Jair Krischke em entrevista concedida ao site *IHU On-Line*¹⁴ afirma que “no ambiente político brasileiro, há uma prática de ‘fazer não fazendo’. Quer dizer, a Comissão da Verdade foi criada, mas na verdade não gera efeitos, não resulta em nada, o que é muito grave”. Krischke se refere a desabilidade da CNV e da falta de autonomia para atuação das comissões estaduais de verdade, isso porque quem pode, por exemplo, intimar alguém para depor ou dar um parecer, respaldada pela lei, é a Comissão Nacional. Assim, as comissões estaduais baixadas por decreto não contam com o amparo e a legitimidade da legislação, apresentando grave limitante, sendo travadas e enfraquecidas pela própria instituição que a habilita.

Além disso, há críticas com relação ao bloqueio de acesso aos arquivos das Forças Armadas e a ineficiência da CNV e do próprio governo federal – tendo este a possibilidade de intervir junto às Forças Armadas - para se chegar ou se fazer chegar a esses arquivos, já que a instituição militar coloca entraves para a reabertura dos processos decorrentes do período militar. Outra crítica em torno da Comissão estaria na ausência de uma força punitiva que colabore com a ideia de “se fazer justiça”. Desse modo, a Comissão Nacional da Verdade instituída no Brasil caminha e sinaliza para uma conclusão insatisfatória. No entanto, considero-a de importância simbólica para este trabalho, pois demarca um espaço político de

¹³ Depoimento concedido por Carmina de Castro Marinho durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013.

¹⁴ Ver em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/525636-comissao-nacional-da-verdade-foi-usurpada-entrevista-especial-com-jair-krischke>

disputas importante, já que por uns são tidas como memórias que devem ser resgatadas, porém, politicamente freadas por forças que não querem que essas memórias sejam revividas.

O objetivo deste capítulo é apresentar esse lugar simbólico que ocupa a memória da Luta de Trombas e Formoso, identificar o seu lugar no passado político e nas histórias dos movimentos sociais rurais brasileiros e compreender o modo como a sua reconstituição memorialística permite retomar questões sobre a organização política camponesa, exaustivamente discutida pelas Ciências Sociais brasileiras e internacionais e, atualmente, pouco lembrada. Para isso, será problematizado e discutido o processo de construção identitária do campesinato no Brasil e no mundo, e ainda o processo de formação fundiária no país que veio a desembocar nos conflitos e lutas camponesas da contemporaneidade.

Além disso, se desenvolverá, aqui, argumentações que irão localizar e contextualizar histórica e temporalmente o evento de Trombas e Formoso, trazendo episódios e fenômenos políticos e sociais ligados diretamente com o movimento camponês, como a Marcha para o Oeste, a construção de Brasília, a formação das fronteiras e das frentes de expansão, isto é, questões políticas e sociais que marcaram o cenário da época.

1.1 Camponeses, estudos e definições

Para tratar desse evento em específico, senti necessidade de situar teoricamente a categoria principal envolvida no conflito, no caso o campesinato, através de autores das Ciências Sociais brasileiras e internacionais, tanto da Antropologia como da Sociologia. Entre eles destaco Ellen e Klaas Woortmann, Margarida Maria Moura, Partha Chatterjee, Otávio Velho, Giralda Seyferth, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Carlos Rodrigues Brandão, Eric Wolf, José de Souza Martins, Ricardo Abramovay, Afrânio Raul Garcia Jr. Essa problematização conceitual localizará a Luta de Trombas e Formoso dentro das discussões sobre campesinato e política, e ainda suas interfaces frente ao Estado e a ideia de Nação e suas reconfigurações e efeitos quando o Capitalismo invade o espaço do campo.

É possível dizer que as mesmas razões que conduzem o camponês à marginalidade no campo da representação política, seja ela acadêmica ou histórica, são as mesmas que o levam a uma subalternização nas ações ativas políticas. Em configurações tradicionais, o camponês é enquadrado a um universo de isolamento e subsistência. Essas são referências comuns à economia camponesa, muito lembradas e caracterizadas em conceituações de campesinato. O primitivo, o pré-político, o sem história, o social e culturalmente inferior, integram ainda o

estigmatizado quadro político, cultural, histórico e simbólico construído em um processo de categorização do camponês.

Reitera-se, nesses moldes, a ideia de um “ofício subalterno” (MOURA, 1986), ao escreverem sobre uma categoria de pessoas que aceitaria “irreflexivamente o que lhe é dado” como lhe atribuiu Hegel (HEGEL apud CHATTERJEE, 1993) ou ainda como “la clase agrícola con ‘pocas oportunidades de pensar en sí misma’ y ‘inclinada a la servidumbre’” (HEGEL apud CHATTERJEE, 1993). É perceptível a forte ênfase conceitual e ideológica do camponês voltada a uma construída incapacidade política e falta de ação autônoma, com o intuito de desqualificar e reduzir o grupo frente a processos muito claros de subalternização como o capitalismo, a modernidade e seus reflexos nacionalistas.

Este pensamento advém de uma abordagem política - que pode ser equivocada - carregada de profunda relação com teorias promulgadas por Marx, mais especificamente em sua obra *Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*, na qual apresenta o famoso caso do *saco de batatas*, que interpreta e relaciona camponeses, quando agrupados a uma imensa massa, ou melhor, a batatas em um saco. Nessa teoria, o campesinato é colocado na impossibilidade de fazer valer seus interesses, seja em seu próprio nome, seja por um governo representativo, é tido como incapaz de realizar, por conta própria, ações políticas que visem a transformação social, estando esses em níveis de inércia política e organizacional enquanto classe (ABRAMOVAY, 1992).

No entanto, o fato da Luta de Trombas e Formoso tratar-se de um movimento político camponês com efeitos positivos - já que conquistou o título das terras por meio de uma organização e resistência formada por posseiros da região e pressão frente ao Estado - leva a refletir sobre as representações construídas sobre o camponês não ativo politicamente para organizar movimentos sociais. Assim, considero importante analisar a questão do campesinato a partir de duas perspectivas: da Nação e do Capitalismo, já inspirada no pensamento de Ellen Woortmann (1995): “É necessário pensá-los [os grupos camponeses] em contextos como o feudalismo, o capitalismo, o Estado ou nação” (WOORTMANN E, 1995, p.46). Não de forma isolada, mas bastante conectados, esses fenômenos podem nos oferecer subsídios para compreender o processo de construção política do campesinato no contexto histórico e memorialístico da Luta de Trombas e Formoso.

A questão econômica tem sido foco de análise dentro dos estudos das sociedades camponesas, apresentando um domínio privilegiado dentro destas pesquisas. Nesse sentido, Godoi (1999) ressalta e propõe um contraponto, um redirecionamento para pesquisas

antropológicas sobre sociedades camponesas¹⁵ – no caso, sua pesquisa refere-se, especificamente, ao campesinato nordestino, mas pode-se ampliar para os estudos de campesinato brasileiro como um todo - concentrando-se nas formas de organização política desses grupos, levando-se em conta, o peso político nas configurações camponesas, além da família como unidade de produção e consumo e as relações sociais em que se baseiam.

Tais relações sociais e a própria estrutura organizacional interna das unidades camponesas podem avançar para o campo político desses grupos, de modo que a forma de organização social desses grupos atue como a própria organização política dos mesmos. É o que ocorreu dentro do movimento de Trombas e Formoso, a politização empregada a este evento se funde e se confunde com a vida social desenvolvida naquela região¹⁶. Sobre as questões políticas que recaem sobre a forma de atuação e organização do movimento de Trombas e Formoso - caracterizado, aqui, como um evento político - é possível dizer que a politização dos camponeses da região começa a emergir quando ocorrem as primeiras reações e resistência à expropriação das terras por eles ocupadas.

1.1.1 Campesinato e capitalismo

Abramovay (1992) ao levantar questões sociais da agricultura no capitalismo avançado, busca compreender como este desenvolveu-se no campo, mas sobretudo, como esse fenômeno recai sobre a definição do *ser camponês* e como o campesinato se apresenta dentro desse cenário econômico e político. Para isso, recorre aos paradigmas dos clássicos marxistas, no qual constata que o campesinato enquanto categoria social está ausente na obra de Marx – e não por etnocentrismo, nem por viver em um país onde o campesinato já havia declinado – mas por uma lógica que conduzia sua obra. Na concepção de Marx e na estrutura d'O a posição do camponês fica um tanto apagada, visto que a socialidade pregada por ele está polarizada em classes sociais: proletariado e burguesia. Sendo assim, “se, do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente em classe operária e burguesia, campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo” (ABRAMOVAY, 1992, p.35).

¹⁵ Não somente Godoi fará esse reclame, Klaas Woortmann também o faz quando declara que o campesinato no Brasil foi construído como uma economia e chama a atenção para a ideia de uma campesinidade, destacando seus aspectos sociais, seu modo de vida e reprodução (WOORTMANN K, 1990). Além de autores clássicos da discussão sobre campesinato como Chayanov.

¹⁶ Sobre tal ocorrência me aprofundarei mais no próximo capítulo.

Isso porque é difícil definir a natureza e a origem dos rendimentos do grupo camponês, ou seja, será que se ele obtiver lucro, já é um capitalista? Se receber um salário, é um operário? No paradigma marxista do estudo da questão agrária há um esforço permanente de encontrar na diferenciação social – ou seja, as classes sociais - dos produtores, a essência da vida agrária de qualquer país capitalista e não exatamente na identidade social desse grupo.

Assim, Abramovay (1992) ao analisar interpretações clássicas e neoclássicas de perspectiva marxista sobre o campesinato, de autores como Lênin e Kautsky, verifica que qualquer categoria social não incorporada às duas classes básicas (proletariado e burguesia), só possuirá uma existência social fugaz e inócua, de certa maneira, e chega a uma definição necessariamente negativa: “ele é alguém que não vende força de trabalho, mas que não vive basicamente da exploração do trabalho alheio.” (ABRAMOVAY, 1992, p.52).

Neste sentido, então, no mundo capitalista, o camponês, enquanto categoria, é caracterizado como um resquício, cuja integração à economia de mercado significará fatalmente sua extinção. Abramovay (1992) parece demonstrar o campesinato enquanto uma forma social que está sempre no limiar entre a estabilidade e a transformação e, no limite, a extinção. “A existência camponesa apóia-se sobre um conjunto de condições que o próprio desenvolvimento social econômico e político tende a eliminar” (ABRAMOVAY, 1992, p. 57).

O pensamento não muda em um contexto de Estado-Nação, esse invento “moderno” e estritamente relacionado com a emergência desse modo de produção denominado capitalismo (GRUNER apud BUTLER&SPIVAK, 2007). Em um contexto mundial sobre campesinato, Chatterjee (1993) levanta a relação do Estado-moderno e o campesinato e a considera ambígua e cheia de tensões, isso porque “a institucionalização de um regime moderno de poder coincide ou é sucedâneo a um processo de extinção do campesinato” (CHATTERJEE, 1993, p.158).

No entanto, apesar das previsões, o campesinato não desapareceu - mesmo que não se pudesse falar, de forma tranquila, de sua manutenção nas sociedades contemporâneas - isso porque as discussões não se limitaram aos marxistas, autores como Chayanov e Tepicht trataram o tema e, sobretudo, a economia camponesa como objetos de um conhecimento racional e positivo (ABRAMOVAY, 1992). A existência do campesinato viria responder a uma necessidade social. No entanto:

o que estabelece o critério desta necessidade não é, ao contrário do que ocorre em Marx, a relação com o outro e a superação de si próprio no quadro desta relação. Ao contrário, é no interior mesmo do organismo camponês (mais do que na sua inserção social) que serão aqui procurados os elementos que fazem dessa forma social “mais

velho e mais universal modo de produção conhecida na história”. (Galeski, apud Shanin, 1973:63) (ABRAMOVAY, 1992, p. 52)

Para Abramovay (1992), a economia camponesa trata-se de um sistema econômico não-capitalista que comprova a capacidade do camponês de sempre criar e recriar sua própria existência, como afirmado por Chayanov. Diferente de uma empresa capitalista, num estabelecimento camponês a lei básica que o rege é o equilíbrio entre trabalho e consumo, o eixo norteador desta relação é orientado pela necessidade familiar. O volume de trabalho só aumenta caso aumente o número de membros na família. Assim, é possível afirmar que no organismo econômico camponês há uma valorização do conjunto familiar e é nesse núcleo que ocorre o processo de tomada de decisões e de “exploração” do trabalho.

Desse modo, a família camponesa não corresponde aos princípios geradores da racionalidade capitalista e não funciona exatamente sobre a lógica da economia mercantil. Essa racionalidade econômica ressaltada por autores neoclássicos é criticada por Abramovay (1992) ao não se colocar limites à ela, já que não corresponde à estrutura camponesa que vive em um ambiente social, no qual as relações entre as pessoas se dão de forma muito particular (ABRAMOVAY, 1992, p.101).

Desse modo, a racionalidade econômica do campesinato é definida por Abramovay (1992), necessariamente, como *incompleta* porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida. A incompletude da economia camponesa estaria em não corresponder a totalidade da economia capitalista, não apresentando aspectos e elementos fortes da mesma, mas ainda assim se relacionando com ela. Nas sociedades camponesas, a economia não existe fora da vida social, ou seja de maneira autônoma, ela se estabelece de forma personalizada aos vínculos sociais que se dão nesses grupos.

Nesse sentido, retoma-se a contribuição desenvolvida pela Antropologia clássica a qual via nos camponeses membros de uma sociedade parcial, com uma cultura parcial, o que não pressupõe um isolamento, mas sim a capacidade de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas, diferenciadas da sociedade hegemônica (ABRAMOVAY, 1992, p.101). E ainda: “A parcialidade da sociedade camponesa vem exatamente de que, embora organizada em torno de códigos sociais próprios – cuja organização escapa à razão estritamente econômica – ela se relaciona com o mundo exterior, também através dos vínculos econômicos dados pela venda de mercadorias” (ABRAMOVAY, 1992, p.102).

No entanto, mesmo essa inserção no mercado funciona de maneira incompleta e parcial, isso porque o seu funcionamento exige relações impessoais entre agentes deste meio e ainda rapidez e integração entre diferentes mercados, fatores que não existem nas sociedades camponesas. O ambiente camponês é caracterizado pelos laços pessoais e pela fusão das operações mercantis com outros âmbitos da vida, não necessariamente econômicos.

Desse modo, os mecanismos e modos de operação do mercado facilmente se confundem com certas obrigações pessoais dos camponeses, como a de vender sempre a um mesmo comerciante - o que pressupõe certos aspectos morais próprios do campesinato como a fidelidade - ou ainda o compromisso em se fornecer produtos para comunidade com fins ritualísticos, o que nem sempre se faz por meio da venda, mas muitas vezes, por doação, o mesmo ocorre entre parentes e membros da família.

Desse modo Abramovay (1992), entende que é em torno da família que se desenvolve os sistemas de produção e consumo camponês mas é no mercado, no cenário econômico, que acontece a socialidade camponesa. “É portanto na maneira como vende os produtos de seu trabalho e compra os elementos necessários a sua reprodução, nas estruturas determinantes de suas relações mercantis, que reside o segredo de sua organização econômica interna” (ABRAMOVAY, 1992, p.103). É importante frisar que “mais que um tipo econômico, o camponês representa, antes de tudo, um modo de vida” (ABRAMOVAY, 1992, p.101). A família e a comunidade, de certa forma, emprestam sentido à atividade camponesa.

A antropóloga Ellen Woortmann (1995) intensifica esse sentido da família camponesa ao tratá-la como uma instituição importante para regulamentação do comportamento e da preservação dos valores culturais do camponês, já que o campesinato é estudado na Antropologia brasileira, tradicionalmente, como uma unidade de produção e de consumo. Woortmann E. (1995) pouco se ocupa da família camponesa enquanto unidade produtiva e se preocupa mais com os valores e busca compreender a reprodução camponesa, de geração a geração, através das relações de parentesco.

A pesquisadora reclama um outro tipo de análise sobre o campo de estudo do campesinato, o qual, comumente, tem enfatizado a produção econômica da família camponesa. Para a autora, a família também deve ser compreendida por sua produção social, como instituição e como valor, ou as relações entre famílias. De acordo com Woortmann, nos três autores básicos para construção teórica do campesinato (Chayanov, Tepicht, Galeski), a família é um referente central, mas nenhum deles se detém às relações interfamiliares que são ignoradas ou tratadas apenas de forma superficial.

Como dito, Woortmann E.(1995) se distancia de uma análise do campesinato enquanto simples unidade produtiva e de consumo, aspecto temático tão caro à Sociologia brasileira, que de certa forma, debruçou-se e debruça sobremaneira às questões econômicas dos grupos camponeses. No entanto, a subalternidade colocada a esse grupo, pode-se dizer – a partir dos estudos e análises já aqui apresentados – se dá dentro de um contexto de poder, de relações de força empreendidas pelo universo econômico capitalista e todos os seus inventos sucessivos, como o estado nacional. Desse modo, mantenho ainda essa linha de discussão, na qual pretendo entender a relação dos camponeses com os processos promovidos pelo capitalismo que refletem no comportamento e no modo de vida camponês. Nesse sentido, adentro os estudos sobre o campesinato brasileiro.

Para o antropólogo Otávio Velho (1969), o campesinato está incorporado na estrutura capitalista e vice-versa, promovendo o uso indiscriminado, ou até mesmo, invertido do seu termo e expressão. Exemplo disso é a apropriação do termo camponês para designar o pequeno agricultor como “empresário” de sua própria produção (VELHO, 1969, p.97). Existem vários desvios na noção de ser camponês, que “vão desde a subestimação da penetração do capitalismo no campo brasileiro, levando à proletarização rural, até a pregação mais ou menos ingênua de projetos de reforma agrária em que a pequena propriedade é privilegiada e considerada um ideal a ser assegurado”(VELHO, 1969, p.97).

Seyferth (s/d¹⁷), ao analisar as representações sobre a identidade camponesa em um contexto de industrialização, conclui que o capitalismo não pressupõe, como regra, o desaparecimento dos camponeses. “No caso desse campesinato, a demanda de mão-de obra pela grande indústria regional significou uma transformação da economia camponesa que ampliou o processo de diferenciação interna da população rural” (SEYFERTH, s/d, p.1).

Velho (1969) compreende a identidade camponesa dentro de um jogo dos extremos, tendo em uma ponta o máximo de “campesinidade” e em outra o máximo de “proletarização” (VELHO, 1969, p.94). Para isso, se baseia em três elementos de análise: a terra, a mão-de-obra e o sistema nacional. O autor trabalha com o que denominou de “casos-limites”, no qual em um nível extremo de proletarização, a terra é escassa, mão-de-obra abundante e há alta integração no sistema nacional e internacional.

Em um caso-limite oposto, no qual a campesinidade atinge seu nível máximo, a terra é abundante, mão-de-obra escassa, e não há uma integração ao sistema nacional e internacional. No entanto, não se trata de “oposição pura e simples entre camponeses e proletários, mas um

¹⁷ Sem data.

continuum com dois casos-limite entre os quais teriam de ser colocadas todas as situações em que diferentes categorias internas ao campesinato, como parceiros, meeiros, arrendadores, entre outros, podem ser encontrados em nosso interior em graus diversos de autonomia de trabalho” (VELHO, 1969, p.102). Desse modo, para Velho (1969), o conceito de camponês parece caminhar nesse *continuum* camponês-proletário, de modo que sua concepção passa por contradições de um processo e o encontro de inúmeras possibilidades e se enquadra nas subjetivações e especificidades de cada caso, permitindo assim a coexistência de concepções, como “camponês sem terra” ou “proletário com consciência camponesa” (VELHO, 1969, p.102).

Em uma reflexão um pouco mais contemporânea do campesinato brasileiro (1989), a antropóloga Giralda Seyferth, não se distancia muito do pensamento de Velho e considera também a classificação camponesa dentro de um *continuum* onde existem aqueles camponeses fortes¹⁸ que se situam no extremo mais camponês e o camponês fraco¹⁹, no caso, no extremo oposto, no limite mínimo da condição camponesa, este estaria mais próximo do proletariado puro, que não possui sequer uma fração de terra para plantar para si, mas que ainda se dedica a uma atividade do campo. “Todas as demais subcategorias de colono-fraco²⁰ ficam no meio-termo entre camponês e proletário, dependendo da intensidade da sua atividade agrícola que, por sua vez, está relacionada à quantidade de terras possuída pela família. “(SEYFERTH, Ss/d, p. 10)

Para a autora, as várias identidades camponesas, ideologicamente definidas, têm uma correspondência nos aspectos econômicos da diferenciação social. De certo modo, numa comunidade rural marcada pela mudança social, existem aqueles que são mais camponeses que os outros, dependendo da quantidade de terra que possuem. Nesse contexto, a categoria *camponês* ou *colono* - como se autodenominam os sujeitos da pesquisa que essa autora desenvolveu no sul do Brasil - pode ser multiplicada em muitas outras: camponês forte,

¹⁸ Seyferth num contexto de representação camponesa de pequenos proprietários rurais do município de Guabiruba e do distrito de Dom Joaquim no sul do Brasil, mais especificamente, em Santa Catarina, classifica como *colono ou camponês forte*, aqueles que são os "verdadeiros" camponeses porque têm uma só ocupação: a agricultura, e que se diversifica, não se funda em um só tipo de produção. No caso, o colono -forte possui uma colônia-padrão com área entre 20 e 30 hectares, que obtêm pelo menos uma safra anual (cultivo comercial) e mais a produção de subsistência com base na policultura e criação de animais, cujos excedentes são comercializados em pequenas quantidades. (Seyferth, s/d, p.9)

¹⁹ No mesmo contexto do colono forte, o colono fraco são aqueles que possuem terras de lavoura em pequena ou média quantidade (nos padrões locais) e por isso têm membros da família que trabalham como assalariados nas indústrias locais ou de cidades próximas. (Seyferth, s/d, p.9)

²⁰ Categoria identificada na região sul do Brasil.

camponês fraco, camponês arrendatário, camponês operário, camponês alugado. No caso, essas classificações traduzem as condições objetivas de reprodução social diretamente relacionadas à questão fundiária (SEYFERTH, s/d).

Para Queiroz (1976), a integração do campesinato à sociedade moderna urbana também se apresenta como um dos grandes reflexos dessa relação campesinato e capitalismo. A chamada Revolução Agrária, que antecede a Revolução Industrial, possibilitou a criação de empresas agrárias, cujo objetivo era a produção e a venda e que promoveu a decadência da policultura, tão característica do grupo camponês, sendo substituída pela monocultura. Da coexistência à subordinação, as unidades produtivas camponesas passaram a ser subordinadas às grandes empresas agrárias que cresciam exponencialmente. Esse crescimento conduziu o campesinato a um outro fenômeno digno de nota: “a subordinação do campesinato à sociedade urbana” (QUEIROZ, 1976, p.20).

Essa subordinação passa por uma integração campo e cidade que se dá, segundo Queiroz (1976), de duas maneiras: “tornando os camponeses fornecedores da cidade, onde vão vender o excedente de suas colheitas, mas também, dando-lhes indivíduos do meio urbano como “patrão” (QUEIROZ, 1976, p.21). O caráter de subordinação socio-econômica e política do campesinato se mantém, em contato com o mundo externo e inserida na sociedade global. “Pode-se dizer, pois que nem no passado, nem no presente, chega a alcançar poder político e prestígio” (QUEIROZ, 1976, p.21).

Para Queiroz (1976), o campesinato brasileiro está em vias de desaparecimento. “Persistindo em algumas regiões devido a condições locais, mas em outras sob franca decadência, obedecendo a uma tendência capitalista, de lucro e voltada ao mercado” (QUEIROZ, 1976, p.29). O camponês brasileiro, sob análise da autora, era um consumidor de seus próprios produtos e só adquiria mercadoria quando realmente necessário, mas o consumo se desequilibra dentro da lógica capitalista a ponto de consolidar o consumidor enquanto status de prestígio social, a partir daí ser camponês se complexifica. O que o determinaria? A terra, o consumo, sua inserção no mercado?

Pode-se dizer que essa complexa configuração do campesinato contemporâneo brasileiro deve-se a esse avanço do capital e que, no campo ideológico, se enfatiza “a imagem do camponês idealizado e cheio de virtudes morais, porém, é apenas uma das facetas dos discursos, que também apontam para a dominação exercida por outras classes sobre o campesinato e para as dificuldades de manter a condição de pequeno proprietário agricultor”(SEYFERTH, s/d, p. 3).

De um modo geral, Velho (1969) e Seyferth (s/d) discutem certos desvios no conceito de ser camponês em decorrência da penetração e avanço do capitalismo no campo, da conseqüente proletarização do trabalhador rural e acrescento as questões mais antigas, mas ainda atuais, de conflitos de terras. Isso muda por completo a ideia de campesinato. A situação no campo e as lutas que ali vêm ocorrendo há incontáveis anos, declara o fim do que Souza Martins (1989) chamou de “tempo da inocência” e anuncia o “tempo da política”. Tempo esse no qual:

“os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados, têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da História” (SOUZA MARTINS, 1989, p.12).

1.1.2 Campesinato e Nação

Em um aspecto ideal de Nação, a tendência política que se seguiu, inclinava-se para a racionalização de uma ideia sobre os camponeses enquanto encarnação do pré-moderno e do atraso, de modo que virtudes e modos de vida fundamentados “na simplicidade, na naturalidade e na autenticidade cultural” eram alvos de destruição e rápido desaparecimento em meio ao processo de modernização do campo (CHATTERJEE, 1993, p.159).

Chatterjee (1993) em uma análise do campesinato em um contexto nacional e nacionalista, desconsidera a possibilidade de apropriação e absorção por parte do Estado-Nação do Outro camponês em uma unidade homogênea e única, como idealiza o poder nacional, já que “a própria unidade resultou sempre fragmentada e carregada de tensões” (CHATTERJEE, 1993, p.161).

Esse autor apresenta, assim, “a necessidade de uma crítica tanto da historiografia colonialista como da nacionalista, que mostre o campesinato como sujeito da história, dotado de suas próprias formas distintivas de consciência, e capaz de outorga-lhes sentido ao mundo e atuar sobre ele em seus próprios termos” (CHATTERJEE, 1993, p.161). Talvez, a dificuldade esteja em admitir que o movimento camponês sempre teve consciência, mas que esta nunca foi unificada, já que haviam lutas internas, mas ainda assim, com capacidade de integração.

O ideal nacionalista implica na construção de uma identidade camponesa fragmentada e baseada em um isolamento do mundo externo e por uma resistência à modernidade. Não absorvido pelo Estado-Nação, o camponês não alcançaria o status de agente da história, isso porque dependeria do cumprimento de metas sociais impelidas pela “sociedade moderna”,

dentro de um contexto de projeto nacional moderno (Wolf, 1994). Ao atingir essas metas, atingiria a modernidade, do contrário, veria uma sociedade detida num ponto de transição, ou seja, do subdesenvolvimento ou atolado no tradicionalismo. Torna-se, assim, nítida, a relação/embate Nação, capitalismo e campesinato. (WOLF, 1994).

1.2 Capitalismo no campo

Nesse percurso analítico, pode-se dizer até agora que, a formação do campesinato brasileiro é perpassada pela capitalização da terra, fenômeno antigo, mas que promove transformações recorrentes nas relações sociais, políticas e culturais do campo. Desse modo, desenvolvo algumas discussões a fim de compreender a constituição agrária do Brasil e do estado de Goiás - espaço específico do momento social camponês que analiso - e de que modo o capitalismo se instala em uma região desse estado. Porém, não ousou me aprofundar sobre o tema, apresento uma breve discussão, a qual se faz necessária para ilustrar e desenhar o quadro temático e simbólico no qual se insere o movimento político de Trombas e Formoso.

Assim, começo afirmando a complexidade de análise da situação fundiária no Brasil se tomarmos o período de 1822 a 1850, já que inexistia qualquer legislação que normatizasse a ocupação das terras devolutas, o que intensificou a formação de grandes posses. “Imperava-se a lei do mais forte no processo de ocupação dos terrenos públicos” afirmou Barsanufu Gomides Borges (SILVA, 2004, p.16). Inicia-se aí, a cultura do latifúndio.

A primeira lei veio somente em 1850, com a Lei de Terras, que estabeleceu o acesso a esta por meio da compra, ordenando-se juridicamente a propriedade privada da terra no Brasil e excluindo qualquer possibilidade de o trabalhador rural pobre ter acesso à mesma. Segundo Souza Martins (1975) a terra assume caráter capitalista quando surge a Lei de Terras (Lei de N°601).

O autor leva em conta dois fundamentos principais da questão agrária brasileira que se estabelece pela combinação de duas instituições sociais: a propriedade capitalista da terra e o trabalho livre. A Lei de Terras foi promulgada mediante a situação de emancipação do trabalhador cativo, que se fez em decorrência da necessidade em se expandir o mercado consumidor e aumentar a força de trabalho. As imensas faixas de terra livre significaram a possibilidade de ocupação por parte de escravos emancipados, “obrigando” o Estado a criar uma lei que restringisse o acesso desses ex-escravos a essa abundância de terras. Nesse momento, a terra só poderia ser ocupada mediante o ato de compra.

A economia brasileira não suportou o novo regime trabalhista e fundiário já que não estava capacitada para dar conta de um verdadeiro trabalhador assalariado. No caso, o trabalhador livre não se tornou de fato um trabalhador assalariado, já que parte do seu trabalho era pago através da permissão de se cultivar em terras do fazendeiro como agricultura de subsistência, resultando em uma crise social nas áreas rurais que inicia-se quando “as contradições da realização do lucro representam uma pressão sobre as terras da economia de subsistência, ou seja, empregadas na produção direta dos meios de vida (SOUZA MARTINS, 1975, p. 53). A partir daí, a terra se torna “terra de negócio” quando o trabalhador se apossava dela para transformá-la em “terra de trabalho” (SOUZA MARTINS, 1991; GARCIA JR, 1993; GARCIA JR, 1990; WOORTMANN K, 1990).

Como consequência dessa pressão capitalista e crise nas áreas rurais, Souza Martins (1975) apresenta três tipos de respostas sociais surgidas nessas circunstâncias. “Primeiro, migração para as terras da “frente de expansão”. Segundo, migração para as cidades onde, em muitos casos, as pessoas se tornam desempregadas ou subempregadas. Terceiro, explosão de movimentos sociais” (SOUZA MARTINS, 1975, p.53). Na tentativa de problematizar o movimento de Trombas e Formoso seria preciso combinar essas respostas, sobretudo a primeira e a terceira, a fim de se compreender o tipo de reação ali desenvolvida.

Isso porque o avanço às novas fronteiras desenvolveram, de alguma forma, a explosão de conflitos pela terra e, conseqüentemente, a organização de grupos organizados e movimentos sociais, é o que pode ter caracterizado o cenário político em que ocorreram os acontecimentos na região de Trombas e Formoso. Nesse caso, é preciso considerar a violência empreendida pelo “capital” e como afirmou Souza Martins (1991), as grandes inquietações no campo determinadas pelo processo de expropriação da terra, em decorrência da situação econômica e política brasileira da época (SOUZA MARTINS, 1991, p.14).

Segundo o pensamento de Martins (1991), o lavrador do campo é antagonizado e violentado pelo capital. Este capital “procura expropriar o lavrador, ou pelo menos submeter o seu trabalho, que procura divorciá-lo dos instrumentos de trabalho da terra, para que, ao invés do lavrador trabalhar livremente para si mesmo, passe a trabalhar para ele (SOUZA MARTINS, 1991,p.16). Esse capitalismo articula, em espaços distintos, mas a um só tempo, a exploração e expropriação, processos clássicos na história do capitalismo.

O quadro clássico do capitalismo nos mostra o capital se expandindo à custa da expropriação e da proletarização dos trabalhadores do campos, uma coisa produzindo necessariamente a outra. Em nosso país esse processo não é assim tão claro nem assim tão simples. O capital se expande no campo, expulsa, mas não proletariza necessariamente o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa

novos territórios, reconquista a autonomia do trabalho, pratica uma traição às leis do capital (SOUZA MARTINS, 1991, p.18).

O autor com a afirmação acima não cristaliza e nem atomiza a condição do camponês mediante a estrutura capitalista, isso porque os lavradores do campo têm sua própria concepção de direito proclamado e garantido pelo Estado em favor das classes dominantes. As terras devolutas, interditadas há de mais cem anos ao avanço dos posseiros, têm sido sistematicamente ocupadas em nome desse direito popular de propriedade. (SOUZA MARTINS, 1991)

Souza Martins (1991) coloca a questão da expropriação enquanto problema político e entende o problema da posse da terra como um problema de resistência à expansão do capitalismo. “Hoje, em nosso país, as lutas populares no campo, em grande parte, têm concretamente esse caráter, são anticapitalistas, estão profundamente enraizadas na deterioração e na crise do direito da propriedade” (SOUZA MARTINS, 1991, p.19).

Para o autor, quando a pressão é combinada com a falta de alternativa surge o conflito. No entanto, a história das lutas camponesas no Brasil tem demonstrado que mesmo quando não há falta de alternativas, os camponeses ameaçados optam pela luta pela terra, “pelo questionamento seja dos supostos direitos dos alegados proprietários, seja da própria legitimidade desses direitos” (SOUZA MARTINS, 1997).

Porém, é preciso ponderar certas generalizações sociológicas já que a oposição de grupos subalternizados a dominação e a pressão institucionalizada resulta em reações diversas que podem garantir ou não manifestações de insubordinação. O caso dos camponeses de Nazaré Paulista pesquisado por Rodrigues (1999), os quais foram forçosamente deslocados de suas posses em decorrência da construção da Represa de Atibainha, pode explicar essa diversidade de reações, nem sempre conflitivas. Apesar da perda de terras, famílias deslocadas e todos os transtornos oriundos da construção da represa, a reação dos camponeses do local não foram, unanimemente, de constestação, as condutas foram diferenciadas e oscilavam, ora acreditando, ora desacreditando nos fatos que desencadearam no deslocamento e na expulsão dos camponeses de suas terras.

Segundo Rodrigues (1999), mesmo com o anúncio oficial da empresa responsável pelas obras, a crença sobre o evento só ocorreu com a chegada dos técnicos e das máquinas já delineando e delimitando o terreno. “Não crer significou tanto a incerteza quanto ao futuro que se delineava nessas condições [mediante o deslocamento forçado], quanto um querer permanecer, uma vontade de não sair do sítio, uma recusa em aceitar a perda do patrimônio familiar” (RODRIGUES, 1999, p.48). Nesse sentido, a oscilação entre o crer e o não-crer

impediu uma reação de contestação, de forma rápida. A contestação e a contrariedade a construção da represa veio tardiamente, não resultando em uma reação de confronto, conflitiva.

1.3 Frentes e fronteiras

A fronteira é aqui caracterizada como a frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios considerados não-ocupados, mas é preciso afirmá-los diante de uma ocupação viva e presente por povos indígenas. Os mitificados “vazios demográficos” por tanto tempo reforçados e que invisibilizaram a presença de populações indígenas que povoaram as regiões de fronteira no Brasil em tempos ainda pré-coloniais, precisam ser desconstruídos e refeitos por narrativas como a de uma das interlocutoras deste trabalho.

Dona Carmina lembra da época em que chegou na região, em 1951, mais especificamente, na região do córrego do Sapato - que delimita Trombas de Formoso - e viu ainda criança alguns índios em um local que julgava inabitado: “Os índios passavam e a gente ficava com medo, eles andavam muito, aqui mesmo. A gente via eles no Rio Santa Tereza, quando ia para Porangatu, via muito eles nas passagens”, conta Dona Carmina. Na época, a região de Trombas e Formoso possuía poucos habitantes, começava a receber as primeiras famílias no local e ainda contava com muitos indígenas na região.

Durante minha pesquisa de campo, conheci a antiga posse de Dona Carmina, localizada no pé da Serra Dourada. Nesse visita, ela me mostrou algumas pedras lapidadas que se assemelhavam a objetos, utensílios com finalidade de uso que desconhecia, mas que os desenhos, cavidades e relevos bem definidos e delineados, apesar do desgaste do tempo, denunciavam objetos manufaturados por mãos humanas. Ao me apresentar as “pedras”, me disse: “Isso era dos índios”. Não era raro, segundo Dona Carmina, encontrar esses objetos ao arar o terreno quando iam plantar.



Figura 1: Objeto de origem indígena encontrada na antiga posse de Dona Carmina



Figura 2: Objetos de origem indígena encontrada na antiga posse de Dona Carmina



Figura 3: Objeto de origem indígena encontrada na antiga posse de Dona Carmina

Segundo Souza Martins (1997), a fronteira é - no que se refere aos grupos dos chamados “civilizados” que situam-se “do lado de cá” - um cenário de intolerância, ambição e morte. Já com relação aos diversos grupos étnicos que estão “do outro lado”, nas respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefine continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos (SOUZA MARTINS, 1997).

Desse modo, é possível dizer que a história do deslocamento da fronteira carrega as marcas da destruição, da resistência, da revolta, mas também, do sonho e da esperança, podendo considerar a história da fronteira no Brasil, uma história de lutas étnicas e sociais. “O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. Nesse conflito, a fronteira é, essencialmente, o lugar da alteridade” (SOUZA MARTINS, 1997, p.150).

É o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si como os grande proprietários de terra de um lado e os camponeses pobres, de outro ou ainda os índios e os civilizados. “Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro”. Segundo o autor, esse desencontro e o conflito se deve às diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses

grupos, mas também, às temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História (SOUZA MARTINS, 1997, p.150).

Segundo Souza Martins (1975), no Brasil existem duas fronteiras: a fronteira demográfica e a fronteira econômica. Os posseiros estão, de modo geral, situados entre ambas e podemos denominar essa zona como “frente de expansão”, ou seja, cuja a atividade econômica (extrativa ou agrária) não se baseia numa característica apropriação capitalista da terra. As frentes de expansão representam o lugar simbólico de grande parte das lutas camponesas brasileiras. Mesmo sem uma estrutura bem definida de mercado, as frentes de expansão se integram à formação capitalista e caracterizam-se, talvez, como fenômeno central do desenvolvimento de conflitos no campo.

Nessas faixas de terra não se produz mercadoria, isso porque a terra não caracteriza-se enquanto empreendimento econômico. No caso, se faz o uso privado da terra, mas essa não assume valor de mercadoria. A figura central da frente de expansão é o posseiro (SOUZA MARTINS, 1975). A complexidade do conceito de frentes de expansão está na situação de desencaixe da vida social nessas áreas com o empreendimento capitalista que ali se desenvolve, isso porque a estrutura do capital não alcança a estrutura social da frente de expansão, absorvendo somente a renda gerada pela terra (SOUZA MARTINS, 1975).

“As tensões que marcam a frente de expansão são tensões entre a sociedade capitalista que se faz presente na fronteira econômica e a sociedade tribal à qual se disputa, mediante o empenho dos que estão situados na frente de expansão, a terra necessária à preservação dessa frente (SOUZA MARTINS, 1975, p.47).

Na contramão das frentes de expansão está a frente pioneira que se instaura como empreendimento econômico e se estabelece como antagonista da frente de expansão pela relação com a terra, pelo valor o qual a frente pioneira toma a terra, como propriedade privada, isto é, por renda capitalizada. O antagonismo está no contexto das relações sociais pela descontinuidade de valor e simbolismo em torno do elemento terra, oscilando entre a ideia de propriedade e uso, compra e ocupação. As tensões se estabelecem no nível do pensamento e das expressões simbólicas da terra (SOUZA MARTINS, 1975).

Nesse sentido, o capitalismo no campo caracteriza-se não pela instauração de relações sociais de produção impregnadas por fatores de compra e venda de força de trabalho em troca de dinheiro, mas pela instauração da propriedade privada da terra, ou seja, a capitalização da terra e a mediação da renda entre produtor e sociedade.

Ao buscar na literatura brasileira estudos referentes ao tema *fronteira* Souza Martins (1997) se deparou com as duas já referidas concepções abordadas por grupos de estudiosos de áreas diferentes: a de *frente pioneira*, sob a qual os geógrafos se debruçaram desde os anos de

1940 e *frentes de expansão*, definidas por antropólogos como frentes de deslocamento da população e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado.

Na Antropologia, a fronteira foi, durante muito tempo, tratada como uma situação-limite da civilização, na qual o antropólogo estava preocupado com o impacto da expansão branca sobre as populações indígenas.

“Esse antropólogo não vê a frente de expansão como sendo apenas o deslocamento de agricultores empreendedores, comerciantes, cidades, instituições políticas e jurídicas. Ele inclui nessa definição populações pobres, rotineiras, não-indígenas ou mestiças, como garimpeiros, vaqueiros, seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça antiquada e no limite do mercado” (SOUZA MARTINS, 1997, p.152).

A diferença estava nesses dois pontos de vista, no qual de um lado, estavam os geógrafos falando de uma frente pioneira como forma de reprodução do capital, no caso extensiva e territorial, sendo a terra, uma mercadoria, portanto, uma renda capitalizada. E de outro, os antropólogos falando, originalmente, da frente de expansão que não pode ser classificada caracteristicamente como capitalista. Essa expansão seria uma expansão de rede de trocas e de comércio, na qual quase sempre o dinheiro está ausente (SOUZA MARTINS SOUZA, 1997). Essa diferença se torna ainda mais nítida quando se delimita as falas de geógrafos a partir das frentes pioneiras numa perspectiva de fronteira econômica e antropólogos a partir das frentes de expansão por um viés demográfico, das frentes demográficas.

Como já mencionado, entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. No entanto, “sua dinâmica não se situa num único mecanismo de deslocamento demográfico”(SOUZA MARTINS, 1997, p.175). A frente de expansão, tradicionalmente, se move em decorrência das características próprias da agricultura de roça, na qual se combina períodos de cultivo e períodos de descanso da terra. Depois de um tempo plantando em um pedaço de terra, os camponeses se deslocam para um novo terreno. Assim, a fronteira avança em direção à mata e baseada na agricultura familiar. No entanto, “A tendência observada até agora é a de aceleração do deslocamento da frente de expansão, ou mesmo seu fechamento, em decorrência da invasão das terras camponesas por grileiros, especuladores, grandes proprietários e empresas” (SOUZA MARTINS, 1997, p.175).

No contexto aqui tratado, do movimento camponês de Trombas e Formoso só haviam duas opções: integrar-se ao mercado, pagando o arrendo, ou seja, parte de sua produção aos supostos donos das terras ou serem expulsos das terras. Isto é, empurrados para “fora” da

fronteira econômica ou para “dentro” como assalariados. Segundo Souza Martins (1997), a tendência para os trabalhadores do campo é sempre a migração, ao encontrar terras livres, o fluxo migratório continua, mesmo para pontos mais distantes.

1.4 Marcha para o Oeste

O quadro histórico construído sobre frente de expansão e a frente pioneira de alguma maneira nos leva a crer que a primeira foi a forma característica de ocupação do território durante longo período. No entanto, “começou a declinar com a chamada Marcha para o Oeste, em 1943, e a intervenção direta do Estado para acelerar o deslocamento dos típicos agentes da frente pioneira sobre territórios novos, em geral já ocupados por aqueles que haviam se deslocado com a frente de expansão” (SOUZA MARTINS, 1997, p.178).

“A partir de 1943, a frente pioneira que, em outras regiões se movia impulsionada pelos interesses imobiliários do grande capital, das empresas ferroviárias e da grande agricultura de exportação como o café, no Sudeste, na Amazônia passa a depender da iniciativa do governo federal. Ela se torna característica de ocupação das novas terras” (SOUZA MARTINS, 1997, p.181).

Souza Martins cita como grandes episódios desse impulso a Fundação Brasil Central, Expedição Roncador-Xingu, ambas oficiais, nos anos de 1940; a construção da rodovia Belém-Brasília, nos anos de 1950 e a política de incentivos fiscais da ditadura militar a partir dos anos de 1960.

Nesse quadro, o deslocamento da frente pioneira sobre as terras já ocupadas pela frente de expansão - financiado pelo Estado - foi acelerado e “deu à superposição dessas distintas frentes de ocupação territorial uma violenta dimensão conflitiva” (SOUZA MARTINS, 1997, p.181/182). A partir daí, ocorreram despejos violentos e dramáticos de posseiros das terras que ocupavam, com ou sem ordem judicial, muitas vezes, apoiados por documentos falsos, como ocorreu com os posseiros da região de Trombas e Formoso.

Nesse movimento, em grande parte espontâneo das frentes de expansão, ousou dizer que a Marcha para o Oeste caracteriza-se como uma forma institucionalizada do movimento de fronteiras como ação do avanço do capitalismo. A Marcha para o Oeste trata-se de uma política de interiorização, no sentido litoral – interior, implementado pelo governo brasileiro do Estado Novo²¹. Nesse contexto, ferrovias e rodovias foram construídas e nove colônias

²¹ Período ditatorial liderado pelo presidente Getúlio Vargas, que durou de 1937 a 1945. Foi instaurado por um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Vargas à frente do governo central, tendo a apoiá-lo importantes

agrícolas nacionais foram criadas, em 14 de fevereiro de 1941, sendo a primeira implantada em Goiás (PESSOA, 1999). A Marcha é enormemente facilitada pela abertura de estradas em Goiás, especialmente a que alcançaria Ceres, construída por Bernardo Saião, e que se constituiria mais tarde no trecho inicial da Belém-Brasília a partir de Anápolis. É também estimulada pela criação da Colônia Agrícola de Ceres, e, mais remotamente, pela transferência da capital do governo federal para Goiânia e a organização da Fundação Brasil Central (VELHO, 2009).

A interiorização do Estado tinha justificção de fácil aceitação popular, mediante a conjuntura de conflito mundial: a segurança. Mas as verdadeiras razões da Marcha para o Oeste, especialmente quanto à criação das colônias agrícolas, eram a abertura de frentes fornecedoras de produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes localizados no Sul e Sudeste do Brasil e a contenção de conflitos sociais já verificados em outras regiões do país, direcionando os excedentes populacionais para os ditos “vazios demográficos” existentes. Foi como parte desse processo que o Estado de Goiás foi incorporado ao processo produtivo nacional, como fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas e, principalmente, como absorvedor dos excedentes populacionais de outras regiões do país (PESSOA, 1999).

Nesse contexto, o fluxo de migrações internas se tornou intenso e foram estimuladas por propagandas do governo que indicavam a oportunidade de se conseguir um lote de trinta hectares, com acesso a empréstimos, facilidades no uso de máquinas e ainda assistência técnica, médica e educacional (Maia apud DAYRELL, 1974, p. 90). Esta propaganda, realizada através do rádio, atraiu para região camponeses de várias partes do Brasil, sobretudo do Nordeste, esperando conseguir um pedaço de terra, livre da intermediação de fazendeiros, arrendo e com todas as condições de produção (MAIA, 2008, p.11). As propagandas serviram para estimular a população dos extremos, das bordas do Brasil, a migrarem para o centro do país.

Nesse aspecto, é exemplar o caso do senhor José Gomes, morador de Formoso desde os tempos da luta dos posseiros. Em seu depoimento, narrou seu deslocamento do Ceará, com

lideranças políticas e militares. O governo do Estado Novo foi centralizador, ou seja, concentrou no governo federal a tomada de decisões antes partilhada com os estados, e autoritário, ou seja, entregou ao Poder Executivo atribuições anteriormente divididas com o Legislativo. Sua ideologia recuperou práticas políticas autoritárias que pertenciam à tradição brasileira, mas também incorporou outras mais modernas, que faziam da propaganda e da educação instrumentos de adaptação do homem à nova realidade social. Era esse o papel do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), destinado não só a doutrinar, mas a controlar as manifestações do pensamento no país. Fonte: CPDOC-FGV em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo> e <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/EstadoNovoFascismo>

a esposa, no início da década de 1950 até o norte do estado de Goiás, motivado pela notícia sobre a existência de terras “sem dono” na região.

“A gente estava lá na terra dela [a esposa], em Missão Velha- CE, e sobrevoou um aviãozinho teco-teco e soltou panfletos que diziam o seguinte: “Senhores nordestinos, venham para Goiás, onde tem céu e terra. O sonho do governador é habitar o norte de Goiás”. Lá [Ceará] é uma terra muito difícil, então quando ele [o governador] fala “céu e terra”, é porque ele sabe que o nordeste é *caroaga* seca e aqui a chuva não falha, então ele avisou isso. Eu pensei comigo: é para lá que eu vou. Eu fui criado e trabalhava no sistema pai de escravo, trabalhava muito e ganhava pouco” (Depoimento concedido por José Gomes durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Outro caso exemplar é o do senhor Chiquinho Ataíde, oriundo de Santo Antônio do Brejo, na Bahia, que migrou junto com a família para Ceres, mais especificamente, para Colônia Agrícola de Ceres. Moraram na cidade por dois anos, depois foram pra Trombas, em 1954, primeiro ele e o irmão e depois o restante da família. Na época, em Ceres, não conseguiram tirar posse. “Quando meu pai chegou e nós fomos tirar, já não tinha mais a posse. Outras pessoas já tinham se apossado, daí viemos pra cá [Trombas]”, conta Chiquinho.

Apesar de todo discurso de estímulo ao movimento de fronteira, o governo do Estado Novo não esperava um movimento tão massivo de pessoas que ocuparia e desenvolveria metade do país em um curto período de tempo. A surpresa desencadeou a insuficiência e ineficiência estrutural por parte do governo para disponibilizar novas áreas com “medidas elementares”, tais como saneamento, educação e transporte, que eram pré-requisitos e suporte para a ocupação. Tal fato fez com que os camponeses buscassem novas terras, terras devolutas, como as do norte do estado de Goiás.

Velho (2009) entende a Marcha para Oeste do Estado Novo como uma forma de reavivamento do movimento bandeirante, mais especificamente “uma reencenação” do último, através do cultivo de um “espírito bandeirante” (VELHO, 1976, p.146). No movimento bandeirante, o território tinha que ser definitivamente ocupado e a ênfase, segundo Velho (1976), dentro da política de Estado era sobre a pequena propriedade, já que esta apresentava-se como característica do bandeirante estabelecido, em contraste com a grande propriedade “feudal”, o que determinou o tipo de ocupação que tinha em mente e que completaria o quadro.

“No litoral o Brasil não podia desenvolver a pequena propriedade, pois isto seria um obstáculo à expansão territorial. Porém o bandeirante – como não estava de fato primariamente interessado na terra mas na mobilidade – quando se estabelecia, fazia-o em pequenas propriedades” (VELHO, 1976, p.144)

Getúlio Vargas, presidente do Brasil durante o período do Estado Novo, falava frequentemente dos males do latifúndio, tal como a sua baixa produtividade e das vantagens da pequena propriedade para a criação de abundância e riqueza (VELHO, 1976, p.50 apud Neiva, 1943:237). Porém, pouco se preocupou em substituir um pelo outro através de uma confrontação direta, a *fronteira* desocupada era tida como o lugar para o desenvolvimento da pequena propriedade e, conseqüentemente, de um novo ator social a ela associado. Essa retórica a respeito das fronteiras e de ocupação do interior difundido por Vargas no período do Estado novo parecia soar quase demagógico ou até reacionário, quando, de certa forma, representava uma maneira de canalizar tensões longe da “estrutura agrária” já estabelecida, o latifúndio, dando-lhe a oportunidade de se transformar sem ser destruído (VELHO, 1976). De modo até cômico, o antropólogo chamou isso de “política de novos rótulos em velhas garrafas” (VELHO, 1976, p.150).

1.5 A formação de núcleos centralizados políticos e administrativos: Brasília

Ainda dentro da política de colonização e interiorização do Brasil nesse período entre os anos de 1940 e 1950, a construção de Brasília significaria, nesse contexto, “a expressão máxima e o coroamento da Marcha para o Oeste” (PESSOA, 1999, p.47). A construção de Brasília ficou em pauta por algum tempo, entrando na primeira constituição republicana de 1891, na qual foi firmada a demarcação e transferida para União uma área de 14.400 km quadrados do Planalto Central para uma eventual transferência da capital. Passou ainda por discussão em comissões parlamentares, outras constituições até se concretizar no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) (PESSOA, 1999; VASCONCELOS, 1978).

Segundo Velho (1976), a construção de uma nova capital no centro do país era vista como uma maneira de trazer mais gente e progresso para o vasto interior despovoado, de explorar os recursos naturais e como instrumento de “unidade nacional”. Nessa época, diversas estradas foram iniciadas de maneira a ligar a nova capital às principais cidades do Centro-Sul, como a que ligaria Brasília a Belém, 2.100 km de estrada.

A estrada Belém-Brasília ou como ficou conhecida Transbrasiliana, não só tornou a transferência da capital praticável como motivou a vinda de muitos migrantes em busca de trabalho. Foi o caso do senhor Cosme, um dos meus interlocutores de pesquisa, que saiu ainda jovem do Maranhão e veio para a região de construção da Estrada e, posteriormente, veio se instalar em Trombas em busca de posse, em 1953. A dificuldade na terra de origem e as escassas oportunidades de melhoria de vida, fizeram com que Cosme buscasse outros rumos.

“A gente saiu à procura de emprego. Pelo menos, eu sai com destino para essa Belém-Brasília, que estava em topografia, fazendo terraplanagem. Baseado nos conhecidos, eu fui pra lá, trabalhar, trabalhei lá.” No entanto, para Velho (1976), tanto Brasília como a estrada Transbrasiliana (Belém-Brasília) eram injustificáveis, não era “economicamente viáveis” e os recursos que engoliriam deveriam ter sido utilizados nas partes já ocupadas do país.

É importante ressaltar que antes de uma construção física e política de uma nova capital como parte de experiência de interiorização do país, Brasília foi uma construção simbólica, na medida em que significava uma utopia para várias formas de pensamento. A ideia da nova capital carregava conteúdos diversos: *nacionalistas*, adotando um centro político concretizador e difusor da nacionalidade como potência; *modernistas*, tendo modelos de beleza e sociabilidade e *milenarista*, como símbolo de plenitude. A construção de Brasília agregava, também, utopias políticas tanto da direita como da esquerda, da primeira no sentido de planejamento da sociedade brasileira e da segunda, pela materialização da integração nacional (DA SILVA, 1997, p. 55).

Dessas simbologias e utopias, o nacionalismo se destaca, talvez, por Brasília ter sido a forma mais “agressiva” e construtiva de expressar o ideal nacionalista brasileiro. Isso porque apresenta como uma de suas proposições centrais, a conquista do sertão, partindo da crença de que trata-se de um país partido, uma nação incompleta quando se mantém um fosso entre o litoral e o sertão, mesmo que o seu encontro possa representar uma violência. O sertão, esse “lugar de transitoriedade, em que paraíso e inferno alternam-se, o sertão é onde a força é destilada da fraqueza; no sertão está o coração da realidade brasileira, a reserva de energia do país” (DA SILVA, 1997, p.56).

A partir daí, Da Silva (1997) teve certeza que para toda uma linha do pensamento brasileiro, só quando o litoral e sertão se encontrassem estariam compostas as bases da identidade brasileira. Para o autor, esses ideais de unitarismo e centralismo são preceitos de inspiração militar e que orientaram essa unidade da nação-território. “Fixar a capital no centro de gravidade do sistema geopolítico é básico para a integração”(DA SILVA, 1997, p.57). Para Da Silva (1997), criou-se utopias diversas para sustentar a ideia de construção de Brasília que foram disseminadas no imaginário social brasileiro. Utopias que integravam mitos fundadores, ideologias nacionalistas e aspectos da modernidade (DA SILVA, 1997)

Com referência ao processo de construção de Brasília, é possível dizer que, em certo momento, as narrativas da transferência da capital do Rio de Janeiro para Planalto Central e a Luta dos posseiros de Trombas e Formoso se inter cruzam. A escolha de Goiás para abrigar Brasília despertou o interesse da imprensa nacional pelo estado, mas sobretudo, certa

resistência por parte da imprensa e do corpo político carioca. Sob essa conjuntura, os grandes veículos de comunicação nacional passaram a ressaltar aspectos especialmente negativos dessa transferência numa campanha de oposição à retirada da condição de capital do Rio de Janeiro.

Da Silva (1997) discorre sobre uma matéria publicada no jornal *Tribuna da Imprensa*, pertencente a Carlos Lacerda em 22 de janeiro de 1957, a qual estampa em primeira página uma foto de um avião atolado na lama da primeira pista do aeroporto da cidade em construção sob a seguinte legenda: “Brasil afundou em ‘Brasília’ ao peso do avião de Kubitschek”. O jornal ao descrever o início da construção da capital expõe sua ótica antimudancista, se posicionando como grande inimigo da nova capital. (DA SILVA, 1997)

Sobre os acontecimentos em Trombas e Formoso não foi diferente, ao tomarem conhecimento do conflito na região, inúmeros repórteres foram enviados a fim de relatarem a violência e a insegurança que imperava no estado – sede da futura capital do país. Trombas teve ampla repercussão nos jornais, não limitando-se apenas ao Estado de Goiás, alcançando notoriedade também no Rio de Janeiro e São Paulo. A imprensa, ora assumia a defesa de interesses do Estado, ora a defesa de interesses da oposição. “Mas a grande preocupação da maioria dos relatos jornalísticos estava em acusar o governo de Goiás de não exercer um controle sobre a polícia. A exposição do interior do estado levava à uma situação parecida à de “certos faroeste, em que, por muito pouco, um homem poderia ser morto”(MAIA, 2009, p. 31).

Em 14 de abril de 1956, foi publicada na revista carioca *O Cruzeiro*, uma das matérias de conteúdo mais alarmante sobre os acontecimentos na região de Trombas e Formoso. Sob o sugestivo título: “Está correndo sangue no futuro Distrito Federal”, a matéria revelava o confronto entre a Polícia e os posseiros, apontando a primeira como sanguinária, corrupta e torturadora e os posseiros como homens simples, explorados por grileiros e que contaram com a morosidade do Estado para produzir os seus títulos (MAIA, 2009, p.195).

A cobertura da revista *O Cruzeiro*, claramente favorável aos posseiros não fugia à regra da maioria das publicações no Rio de Janeiro que também pareciam empenhadas em afirmar um Estado inoperante e refém de sua própria polícia. Maia (2009) discorre ainda sobre uma outra publicação assinada pelo jornalista Danton Jobim pelo jornal *Diário Carioca*, em 13 de abril de 1956, de claro exagero quanto às dimensões do conflito em Trombas e Formoso ao ressaltar a possibilidade da Vila transformar-se em uma nova Canudos, num verdadeiro massacre de homens simples em busca de um lugar para viver. No entanto, Jobim aplicava o mesmo nível de carga negativa sobre o governo do estado de Goiás, relatando

sobre o violento papel da Polícia na expropriação dos posseiros e da falta de controle de José Ludovico²² sobre as tropas da Polícia que agiam seguindo ordens dos grileiros (DIÁRIO CARIOCA, 13/04/1956 apud MAIA, 2009, p.196)

Para Maia (2009), o conflito camponês chegou a atingir tons de ameaça à transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília. As manifestações de jornais e revistas como *O Cruzeiro*²³ e *Diário Carioca*, expondo um “Estado inoperante e com uma Polícia que, armada, agia ao seu bel prazer contra homens simples e de bem” repercutiu em todo o Brasil e na própria Capital Federal (MAIA, 2009) p.196). Num momento em que o país se preparava para decidir definitivamente sobre a construção da nova Capital no Estado de Goiás, o episódio foi um dos fatores que forçou um posicionamento do Governo e a consequente, medição e entrega dos títulos das terras.

Diante das movimentações da imprensa carioca, no mesmo momento em que Brasília se tornava realidade, o Governo não teve dúvidas de colocar de prontidão seus agentes públicos para responder a cada matéria que se publicava na Capital da República. Em 15 de abril, o jornal *O Popular* (15/04/1956, p. 3) publicou uma carta do Delegado do DOPS, Juvenal Amaral, rebatendo as várias críticas que lhe foram feitas pela matéria da revista *O Cruzeiro* (14/04/1956). Ele, na carta, negava ter sido responsável pela prisão do irmão de José Porfírio, fato que teria gerado a morte do farmacêutico de Trombas, e também dizia não ter sido suspenso de suas funções por suborno, acusação feita pela mesma revista. (MAIA, 2009, p.197)

Foi neste quadro de insegurança frente ao projeto de Brasília que o governo teve que tomar suas decisões sobre Trombas. Após o mal-sucedido esquema estratégico de quase extermínio dos posseiros, o que provocou inúmeras mortes em um momento em que a imprensa nacional tinha os olhos voltados para a região, “a opção de José Ludovico foi organizar as suas ações em duas frentes: consolidar na imprensa uma posição de distanciamento dos eventos e dos interesses locais, procurando atribuir ao Estado uma posição de árbitro na questão; manter, em Trombas, os posseiros sob controle, através de um grande contingente policial que, se não atacava diretamente as posições dos posseiros, controlava as suas ações, através de ameaças e promessas” (MAIA, 2009, p.199).

Mediante toda essa conjuntura política que antecede e/ou acompanha o surgimento e desdobramento da Luta dos posseiros de Trombas e Formoso, pode-se dizer que mais do que uma luta camponesa, Trombas e Formoso abrigou um forte movimento político, no qual

²² Governador do Estado de Goiás entre os anos de 1955 e 1959.

²³ Em anexo 1 disponibilizo a reportagem “Tributo de Sangue” da revista *O Cruzeiro* na íntegra.

influenciou e foi influenciado pelas dinâmicas sociais e também políticas desenvolvidas no país da época da construção da atual e definitiva capital.

CAPÍTULO 2

A construção narrativa de um evento político: uma análise dos escritos sobre a Luta de Trombas e Formoso

Após situar os contextos aos quais o movimento político de Trombas e Formoso se relacionou proponho, neste capítulo, compreender e reconstituir este evento. O propósito é mostrar que o evento de Trombas e Formoso, também objeto de reflexão acadêmica no passado, foi construído academicamente através de análises específicas e que essas construções também participaram da interpretação de sua representação e memória.

Para isso, faço uso dos textos escritos acadêmicos, a fim de se compreender, também, os processos políticos implicados nas memórias em suas várias dimensões, seja ela oral ou escrita, popular ou institucional, interna ou externa. Aqui, apresento uma revisão bibliográfica de boa parte dos escritos acadêmicos mapeados e ainda análise dos principais eixos percorridos por cada autor a partir de suas versões narrativas que se assemelham, mas se diferenciam.

A memória escrita enquanto uma expressão social, política e cultural passa por interpretações diversas e ao construir tal expressão busca um significado que a explique e, não apenas um, mas uma teia de significados e análises que caracterizam a cultura (GEERTZ, 2012). Nesse sentido, para Geertz (2012), a análise dessas teias deve ser feita por uma ciência interpretativa que busca analiticamente os seus significados.

Os textos escritos, que serão aqui apresentados, são interpretações que buscam dar sentido ao evento de Trombas e Formoso e, assim como definiu Geertz (2010), são textos construídos, modelados, claramente, num ato de imaginação (GEERTZ, 2012, p. 11). Desse modo, objetiva-se aqui, compreender de que forma essas narrativas foram escritas, quais as relações de poder que por elas perpassaram, para que esses textos e interpretações fossem construídos.

A produção de narrativas e de discursos, nesse caso, escritas, “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que

têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2010, p.8).

A Antropologia se faz importante nesta análise interpretativa não só pela tradução e interpretação a que se propõe quase que essencialmente, mas por buscar explicações para fenômenos culturais. Para Wolf, é tarefa da Antropologia, explicar o mundo em que vivemos, ou seja, “tentar uma explicação, e não somente a descrição, integração descritiva ou a interpretação” (FELDMAN-BIANCO&RIBEIRO, 2003, p.327).

2.1 Narrativas do evento de Trombas e Formoso: na perspectiva bibliográfica

A seleção das obras e autores que serão discutidos nesta parte do capítulo se baseou no fato de serem trabalhos que tiveram como suporte pesquisas acadêmicas. Entre os autores escolhidos selecionei as interpretações de Maria Esperança Fernandes Carneiro (1988), Janaína Amado (1993/1995), Paulo Ribeiro da Cunha (1997/2007), Carlos Leandro da Silva Esteves (2007), Cláudio Lopes Maia (2008), Renato Dias de Souza (2010). Todos esses autores possuem trabalhos realizados em uma perspectiva historiográfica e não das Ciências Sociais.

Acredito que a partir da revisão e rediscussão literária e acadêmica percorrida sobre a Luta de Trombas e Formoso, seja possível demonstrar a necessidade da realização de análise antropológica sobre a memória desse acontecimento camponês, já que os estudos já feitos sobre o tema, em sua maioria, pautaram-se na interpretação histórica do evento. A construção de um trabalho a partir da perspectiva antropológica, vem no sentido de elaborar outro tipo de análise, com maior foco nas relações estabelecidas entre os sujeitos da memória para constituição da mesma, além de suas repercussões.

Apesar de ser mencionado em algumas produções sociológicas e antropológicas, como foi mencionado no capítulo anterior, é importante ressaltar que a experiência de luta de Trombas e Formoso ainda é tema de pouca discussão dentro da historiografia de Goiás e do país, o que sinaliza e demarca o espaço construído para a memória do evento e que pode ser relacionado a um certo silenciamento no decorrer dos anos que se seguiram, tendo sido mantido em estado de latência por muito tempo. Apesar da repercussão nacional e local e de sua importância histórica já demonstrada por inúmeros autores, é quase raro nos depararmos com a abordagem do evento no contexto escolar, em aulas de história ou ainda na narrativa oficial da história goiana.

Mesmo que este trabalho não aprofunde nestas questões, elas figuram como indagações que merecem a reconstituição crítica de sua memória. Segundo Sahlins (1990), “o evento transforma-se naquilo que lhe é dado como interpretação”. E essa interpretação varia e muda no tempo histórico (SAHLINS, 1990,p.15). Se no passado, a Luta de Trombas e Formoso foi um evento de importância e repercussão nacional, em sua trajetória histórica, seus signos e significados mudaram a partir de suas relações sociais, em um processo no qual sua narrativa está sempre em ação, sendo vivenciada ou não pelas pessoas. Desse modo, só adquire significância histórica quando apropriada pelo, ou através, do esquema e ordem cultural, em vigência (SAHLINS, 1990). No entanto, é preciso dizer que, mesmo este evento estando em constante mudança e transformação cultural, ele se reproduz e persiste no tempo e na história. Um passado inescapável em um presente irreduzível, ou seja, em ação simbólica, já diria Sahlins (1990).

Para esta reconstituição crítica do passado, me fundamentarei na análise interpretativa dos textos dos autores já citados, partindo da teoria interpretativa de Geertz (2012), a qual compreende a cultura como um texto, portanto, passível de interpretação. Assim sendo, pretendo interpretá-los dentro do contexto no qual se encontram, de maneira que façam sentido a alguém que esteja à parte dessas narrativas. Isso porque para o autor, cultura é contexto, algo dentro do qual os escritos podem ser descritos de forma inteligível e que nos permitam ver do ponto de vista de quem escreve (GEERTZ, 2012, p.10). É necessário irmos ao cerne do que nos propomos interpretar.

Se a interpretação antropológica está construindo uma leitura do que acontece, então divorciá-la do que acontece, do que, nessa ocasião ou naquele lugar, pessoas específicas dizem, o que elas fazem, o que é feito a elas, a partir de todo o vasto negócio do mundo - é divorciá-las das suas aplicações e torná-la vazia (GEERTZ, 2012, p.13).

Nesse sentido, Said (2005) nos chama atenção, no exercício da interpretação e da análise narrativa, para um esforço em “extrair, estender, enfatizar e dar voz ao que está calado, ou marginalmente presente ou ideologicamente representado” nos textos a serem depurados (SAID, 2005, p.104). Para esse fim, nos convida a realizar o que ele chamou de “leitura em contraponto”, que significa ler um texto entendendo o contexto social, político e cultural ao qual está envolvido e ponderando, ainda, os processos e relações de poder ao qual está relacionado. “Ao ler um texto, devemos abrí-lo tanto para o que está contido nele quanto para o que foi excluído pelo autor. Cada obra cultural é a visão de um momento, e devemos justapor essa às várias revisões que depois ela gerou”(SAID, 2005, p.105).

É preciso reforçar que os autores aqui citados apresentam diferentes métodos de agenciamento de dados e interpetração narrativa, no entanto, as pesquisas estão inseridas em um contexto metodológico bastante marcado pelo materialismo histórico, alguns mais, outros menos. Nessa perspectiva, é possível sistematizarmos os trabalhos que serão aqui discutidos em dois grupos de estudos: os que partem da compreensão de uma autonomia de ação por parte dos camponeses na organização do movimento de luta em Trombas e Formoso (AMADO, 1993/1995; ESTEVES, 2007; MAIA, 2008; SOUZA, 2010) e outro grupo que supracitam a ação intervencionista do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, na organização política da luta (CARNEIRO, 1988; CUNHA, 2007).

2.1.1 A reconstituição do lugar no momento da ocorrência do evento

O movimento de Trombas e Formoso teve como cenário a região de Goiás denominada Médio-Norte²⁴. Na época, esse espaço geográfico brasileiro era pouco habitado, até a construção da rodovia Transbrasiliana, em 1948, período em que as terras sofreram intensa valorização, passando a ser alvo dos latifundiários locais. Em muitos relatos, a região foi descrita como *terra sem dono*. “Podia chegar aí e tirar um lugar, uma posezinha e morar onde quisesse²⁵”, dizia *Dona Joaquina*, moradora da região desde o início da década de 1950 e participante do evento camponês. Eram terras devolutas.

A ocupação da região de Trombas e Formoso já havia sido iniciada antes do término da rodovia de Bernardo Sayão²⁶. Atendendo às expectativas criadas pela Marcha para Oeste, uma imensa faixa de terras devolutas, superior a 14 mil alqueires, conduziu enorme fluxo migratório que, segundo Maria Esperança Fernandes Carneiro (1988), chegou a atingir a média de seis famílias por dia.

Assim como em Trombas e Formoso, a ocupação das terras do Médio-Norte goiano no final da década de 1940 e início da década 1950 não foi somente mais um simples avanço da

²⁴Região composta por 26 municípios como Porangatu, Niquelândia, Minaçu, Uruaçu, Mara Rosa, entre outros. Ver anexo 2.

²⁵ Depoimento cedido para documentário Trombas e Formoso: Memórias de uma Luta (2010) produzido pelo coletivo Magnífica Mundi.

²⁶ Bernardo Sayão foi o engenheiro responsável pelas obras da estrada Transbrasiliana (Belém – Brasília). Também conhecido como "Desbravador da floresta", Sayão foi encarregado pelo presidente Juscelino Kubitschek (JK) a ligar, numa extensão de 2.240 quilômetros, a capital e o Norte do país. Em 1944, Sayão concluiu os 142 quilômetros de estrada que passariam a ligar a então Colônia Agrícola de Ceres à cidade de Anápolis. Em 1954, foi eleito vice-governador do Estado de Goiás, com votação superior à do próprio governador eleito. (informações retiradas do site Museu Virtual de Brasília <http://www.museuvirtualbrasil.org.br/>)

fronteira agrícola de Goiás. Para Maia (2009), representou a possibilidade de acesso à terra pelo pequeno produtor, o que marcaria incisivamente a região com um conflito agrário.

O conflito teve início quando um grupo de fazendeiros liderado por João Soares passou a exigir dos posseiros, que ali já estavam instalados, o pagamento do arrendo da terra por escrito - um documento atestando a desistência da terra e firmando o pagamento do arrendo. Os posseiros se recusaram a assinar qualquer contrato, apesar de pagarem a taxa cobrada, cerca de 30% da produção de arroz.

A recusa desencadeou sucessivas ações de coerção desempenhadas pelos fazendeiros que se diziam donos das terras, resultando na reação dos posseiros e, conseqüentemente, no conflito armado. A organização ganhou força, recebeu apoio de estudantes, parlamentares estaduais e federais, intelectuais, militantes políticos, principalmente do PCB, que chegaram a enviar membros do partido para auxiliar na luta armada. Com a chegada de militantes do PCB, as bases e alianças que caracterizaram o conflito de Trombas e Formoso foram formadas. Os posseiros e o Partido Comunista de um lado, e os grileiros e o Estado de outro.

Ainda durante as ações da luta armada, em 1955, foram criadas a Associação de Lavradores e instâncias menores, nucleares e pulverizadas por toda a região, que ficaram conhecidas como “Conselhos de Córrego²⁷”. A Associação assumiu caráter gerenciador mediante aos Conselhos e organizava a vida política e social da região. Por meio das práticas dos mutirões realizada pelas famílias de posseiros desde a chegada na região, criaram uma rede de auxílio mútuo tanto para o plantio, colheita e venda dos gêneros nos mercados locais, quanto para a construção coletiva da resistência contra as ameaças de expulsão e roubo das colheitas.

“As práticas de mutirão deram origem a uma nova forma de organização muito eficiente no dia-a-dia dos posseiros, seja para resolver questões relativas ao plantio, seja para mobilizar o maior número possível de famílias para a resistência: os “Conselhos de Córrego”. (ESTEVEVES, 2007, p.68)

Sr.Arão, também participante do conflito armado, resgata ainda parte dessa organização camponesa em depoimento cedido ao documentário *Trombas e Formoso: Memórias de uma Luta* (2010).

“Em Trombas tinha o Conselho Geral, agora cada córrego tinha um Conselho de Córrego. Então qualquer coisa que precisasse reunia todos os conselhos. Às vezes o

²⁷ Córrego é uma denominação popular e regional de um pequeno curso de água, o qual era abundante na região. Daí, deduz-se a aproximação dos posseiros a proximidade de córregos de água. Cada conselho era formado próximo a um córrego, que abrigava as suas margens um certo número de posseiros. No caso, trata-se de um referencial geográfico, político e simbólico do movimento camponês.

Conselho Geral convocava todos os outros conselhos de c6rrego pra tomar uma medida conforme fosse, pra p6r o piquete conforme o lugar, dar tarefa pra dividir.” (Depoimento de Ar6o de Souza Gil para document6rio Trombas e Formoso: Mem6rias de uma Luta, 2010)

A interven76o do governo do Estado de Goi6s na gest6o de Jos6 Ludovico (1955-1959) foi bastante truculenta, com o envio de tropas e violenta repress6o, com o ir6nico nome de “processo de pacifica76o”. A resolu76o veio em 1960, com a press6o da opini6o p6blica e a promessa de legaliza76o das terras. Sem sa7ida, o governador Mauro Borges fechou a negocia76o, realizou a demarca76o das terras e a entrega dos t7tulos.

Iniciou-se, ent6o, um intenso processo de desenvolvimento na regi6o.

Foi come7ando a criar um armaz6m, algu6m pondo um armaz6m, pondo uma venda, a entrar uns faisqueiros pra ficar no lugar pra comprar uns mantimento. Desse jeito foi desenvolvendo e a pecu6ria tamb6m foi come7ando. O pessoal cada um comprando um gadinho pra come7ar a criar, foi desse tempo (Depoimento Ar6o de Souza Gil no document6rio Trombas e Formoso: Mem6rias de uma Luta, 2010).



Figura 4: Vila de Trombas na d6cada de 1950

Ainda depois da titula76o das terras, Jos6 Porf7rio, considerado l7der do movimento campon6s de Trombas e Formoso, se candidatou 6 deputado estadual de Goi6s pelo PTB. A vit6ria veio em 1962, com 4.663 votos, de acordo com levantamento do jornal O Movimento. Foi a primeira vez, na hist6ria do Brasil, que um campon6s se elegeu deputado. Porf7rio foi ainda presidente de dois congressos de camponeses, em 1962, no estado de Goi6s e, em 1963,

em Belo Horizonte. Ele representava as aspirações do campesinato de Goiás, tomando como bandeira a “Reforma Agrária Radical”, na lei ou na marra.

Porém, logo em seguida ocorre o Golpe Militar de 1964 e houve uma intensa perseguição empreendida pelo novo governo do Estado de Goiás. Muitos participantes foram presos, outros fugiram e outros ainda são considerados desaparecidos. Paulo Cunha (1997), um dos principais pesquisadores de Trombas e Formoso acredita que com o Golpe Militar iniciou-se “uma nova fase da República Socialista de Trombas a ser escrita, uma história que ainda hoje está na memória do povo”²⁸ (CUNHA,1997, p.102).

2.1.2 Um percurso pelas linhas escritas da história

A escrita carrega o poder de reter o passado, histórias, narrativas e faz o trabalho da construção do tempo, além de garantir a transmissão de saberes que, por meio dela - e não só dela - atravessa gerações. Este instrumento de registro transporta do passado para o presente os enunciados que produziu, sem necessariamente estar em seu lugar de produção, caracterizando-se como um instrumento móvel num espaço ilimitado. No entanto, a escrita pode tornar-se a enunciação principal e fundadora e passar a determinar e a fazer a história (DE CERTEAU, 2002).

Na construção da história, o que não está escrito, a oralidade, também é parte constituinte desse processo, sobretudo, quando está relacionada a grupos sociais de tradição oral, como é o caso dos camponeses. De Certeau (2002), define, mediante a estrutura científica que se fixou no século XVII, a oralidade como “a comunicação própria da sociedade selvagem, primitiva ou tradicional” (DE CERTEAU, 2002, P.211). “Por muito tempo, a ausência da escrita foi pensada como uma das características identificantes que separavam os chamados “primitivos” - que a Antropologia adotou como seu objeto - dos “civilizados”, o objeto natural das outras ciências humanas” (CASTILLO, 2008).

Desse modo, é possível identificar na relação oralidade e escrita, sua construção a partir das relações de poder, que influem sobre ela, a todo momento. Isso porque a oralidade, a fala é instituída e fixada na escrita, obrigada a ser escutada de um outro lugar e de uma forma diferente. Nesse espaço de diferença, o autor questiona o funcionamento da “palavra”²⁹

²⁸ A origem mítica da existência da "República ou território livre de Formoso e Trombas" se deve ao processo autônomo de governo e o ápice da participação democrática que se desenvolveu nessa região. (CUNHA,1997).

²⁹ A “palavra” a qual , De Certeau (2002), nesse momento, se refere é a oralidade.

nas nossas sociedades da escrita (DE CERTEAU, 2002). Essa questão é importante porque De Certeau (2002) pressupõe na escrita, por vezes, esse lugar de subalternização do Outro, já que o processo de transformação da oralidade em escrita é sempre residual, que escapa e não consegue expressar a totalidade ou a “essência” do que se diz.

Assim, a escrita da palavra nem sempre desvela verdades por meio da transparência destes textos, “são aí transformados segundo as leis de uma representação científica da época”. Estes textos formam “discursos sobre o Outro”, uma interpretação do discurso oral do mesmo. Há relação de poder entre “eles” [o Outro] e “nós” [os que escrevem]. Assim, De Certeau (2002) também se interroga, na análise do discurso sobre essa alteridade, o que lhe é ocultado e o que lhe é explicado, o que ele “exila para fora do campo ocupado pelo trabalho ocidental, transformando, muitas vezes, a palavra em objeto exótico”(DE CERTEAU, 2002, p.213).

No entanto, não se pode negar a importância do uso da escrita no processo de transmissão e registro dos saberes, mesmo dentro de culturas de tradição oral, como no universo sócio-cultural do candomblé, no qual a força está na palavra pronunciada, como apresentou a antropóloga Lisa Earl Castillo em sua pesquisa etnográfica. Castillo (2002) constata e reflete sobre o uso da escrita nos terreiros de candomblé e identifica formas textuais que podem ser consideradas positivas nesse meio cultural, sobretudo, em seu uso público, como na divulgação das atividades do terreiro por meio panfletos e correio eletrônico (CASTILLO, 2008).

Nesta etapa de análise dos textos dos que escrevem sobre o evento de Trombas e Formoso, atentarei-me a elaboração dessa escrita e ao modo como as narrativas orais dos participantes do evento serão abordadas e, principalmente, aos resíduos por elas deixados nessa transformação da oralidade para a escrita. Essa escrita que é também uma interpretação e a qual devo re-interpretar, atenta ao que está oculto e ao que está explicado.

Um dos primeiros trabalhos acadêmicos sobre a luta dos posseiros de Trombas e Formoso foi realizado pela pesquisadora Maria Esperança Fernandes Carneiro com o livro *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. A autora por meio da história oral, faz uma “reconstituição histórica a partir da visão de classe dos camponeses participantes, ou seja, a partir da visão que tinham de sua posição no processo de produção e das contradições de sua classe com as demais” (CARNEIRO, 1988, p.7). Carneiro (1988) entrevistou diversos camponeses e líderes do movimento com intuito de se reconstituir a história, na tentativa de se apreender toda sua dinâmica e amplitude, mas se fixando fundamentalmente na oralidade enquanto fonte de fatos históricos.

É importante destacar que na pesquisa de Carneiro, publicada em 1988, cerca de 30 anos depois do início dos conflitos na região e pouco mais de 20 anos após o golpe militar brasileiro, não se pôde nomear os camponeses entrevistados, sendo utilizado somente as iniciais dos nomes dos interlocutores, com exceção de Geraldo Marques, a fim de resguardá-los de qualquer receio de represália, já que o medo ainda se fazia presente na época de sua pesquisa. O fato não se repetiu em trabalhos menos antigos como o da Janaína Amado, publicado no início dos anos de 1990. O processo de reabertura política estava iniciando, mas mesmo assim, ainda parecia cedo para a exposição e para a superação do medo de muitos camponeses.

Carneiro (1988) revela de forma clara o viés teórico de seu trabalho, apresentando teorias e reflexões de inspiração marxistas para explicar o desenvolvimento do capitalismo no campo e questões ligadas à luta pela terra. A autora toma como base o capitalismo e seus avanços no meio rural e como responsável pelos conflitos e o desenvolvimento da luta no campo. Para isso, expõe um referencial teórico com contribuições de Karl Marx, Karl Kautsky, José de Souza Martins, Maria Nazareth B. Wanderley e Francisco de Oliveira.

Desse modo, é possível identificar um “quadro teórico” (CARNEIRO, 1988, p.9) sobre os fenômenos ligados à luta pela terra, como o avanço do capitalismo no campo e a consequente subordinação da terra ao capital. Para isso, narra quase didaticamente, um passo a passo dos processos e percursos da expansão do capital no campo e suas consequências, tanto na perspectiva do trabalhador quando proletarizado; quanto para terra quando transformada em mercadoria, a qual se torna alvo da ideia de *posse*, ao contrário do que se era tradicionalmente praticado pelos camponeses numa relação de *uso*. Nesse sentido, a autora traz conceitos como *frente pioneira*, *frente de expansão*, *fronteira econômica*³⁰ na tentativa de apresentar e caracterizar o processo de expansão capitalista no campo.

A autora debruça-se ainda sob o histórico da ocupação no Brasil, a fim de compreender a formação da estrutura agrária desenvolvida no país, assim como da ocupação e formação fundiária no Estado de Goiás e, especificamente, da região de Trombas e Formoso.

³⁰ Para definir tais conceitos Carneiro (1988) se apóia nas reflexões de José de Souza Martins, que compreende *frente de expansão* como faixas de terra que não tem valor de mercadoria, não podem ser compradas e não visam lucro, portanto, não assumem características de propriedade capitalista. Geralmente são terras devolutas, privatizadas pelos ocupantes ou posseiros para dela tirarem o necessário para subsistência. Em contraposição à frente de expansão, *frente pioneira* “exprime um movimento de expansão capitalista” (CARNEIRO, 1988, p.33) e se instaura como empreendimento econômico, como empresas imobiliárias, comerciais, bancárias, que loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, ou seja, se inserem dentro da economia de mercado. “Na frente pioneira, a terra não é ocupada, é comprada” (MARTINS, 1975, p.47). Frente pioneira caracteriza um movimento de pessoas que prevê a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. “Ela se apresenta como fronteira econômica” (MARTINS, 1975, p.45).

Para isso, ordena, de forma temporal, o processo de acumulação de capital por fases, uma primeira fase marcada pelo trabalho escravo que vai até 1889 e a segunda que se inicia com a abolição da escravatura e o uso progressivo do trabalho assalariado, chegando a década de 1980 (CARNEIRO, 1988). Desse modo, percebe-se uma clara e rígida estruturação temporal e cronológica.

Ainda nesse sentido, percebe-se uma preocupação em situar histórica e geograficamente a luta dos posseiros de Trombas e Formoso. Para isso, traz para a discussão importantes episódios que marcaram o processo de colonização do Estado de Goiás inserido em um contexto de avanço do capitalismo e formação de novas frentes de expansão, como a construção da rodovia Transbrasiliana, obra de Bernardo Sayão, a criação da primeira colônia agrícola do país, a Colônia Agrícola de Ceres e a transferência da capital para Goiânia, o início da construção de Brasília, já mediante a determinação da mudança da capital federal para o planalto central (DA SILVA, 1997; VASCONCELOS, 1978). Foram essas e outras ações que se destacaram como parte do programa do governo de Getúlio Vargas, conhecido como *Marcha para o Oeste* que “consistiu na transferência espacial de toda uma população migrante para áreas desérticas na tentativa de integração das mesmas no processo produtivo nacional”(CARNEIRO, 1988, p.94).

A autora dedica-se à reconstituição histórica da Luta de Trombas e Formoso e traz de forma bastante detalhada a configuração do movimento camponês por meio das falas e trechos de entrevistas e diálogos com camponeses e participantes da Luta, que se tornavam bastante recorrentes ao longo do texto. Desse modo, o trabalho é construído, sobretudo, por meio da interlocução de seus participantes e de forma menos expressiva pelos suportes documentais, como registros de cartório e materiais como jornais e revistas. É importante ressaltar a forma como a autora aborda a participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sob o qual dispense três subtítulos, dando considerável relevância para a intervenção do partido sobre a luta camponesa e, ainda, atribuindo a um deles o nome “O Partido Comunista toma paternidade da nossa causa” assim, entre aspas, relacionando-o como parte do depoimento de um camponês não identificado.

Dessa maneira, apresenta-se uma visão quase tutelar sobre o movimento de Trombas e Formoso, no sentido da construção de uma relação hierárquica, na qual contém um posicionamento de guarda e vigia do PCB sobre a organização dos camponeses, partindo do pressuposto de incapacidade de atuação autônoma desses posseiros, sem o suporte de uma instância maior de cunho político e intelectual como o Partido Comunista. Essa relação pode

ser revelada, sobretudo, por meio dos depoimentos de Geraldo Marques, um dos membros do partido inserido no universo camponês, que viveu tal qual os demais posseiros da região.

O posicionamento conscientizador e formador direcionado ao PCB e o caráter alienado apontado ao camponês demonstram a relação paternal colocada por Carneiro. “Os posseiros não enxergavam a exploração do João Soares, era tido como Deus e controlava toda a região” (Depoimento de Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p.129). “Os camponês queria a terra mas não sabia organizar bem, pelo medo dos comerciantes. “(depoimento Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p.129).

O caráter de alienação atribuído ao camponês é constantemente reforçado pelo depoimento de Geraldo Marques pela forma como levanta o medo desenvolvido pelo comunismo.

“Bom, a aceitação do povo quando a gente dizia que era comunista foi muito difícil. Mas era engraçado, tudo que o Partido propunha, desde a organização da resistência, visando o coletivo, a criação da Associação dos Trabalhadores Rurais até a luta armada, a maioria dos camponeses concordava. Só não concordava com o comunismo. Os camponeses mesmo sabendo que o comerciante João Soares era o maior grileiro da região, preferia acreditar nele e nas conversas dele, que comunismo leva pro inferno, do que na gente” (Depoimento Geraldo Marques apud CARNEIRO, 1988, p.128).

No entanto, Carneiro (1988) entende que o movimento passou por um processo de superação de certas regras do comando regional do PCB. “É interessante observar que o movimento assumiu posições mais avançadas do que aquelas propostas pelo próprio Partido Comunista Brasileiro e que rejeitou toda e qualquer proposição que não se adequasse à realidade local e também aquelas que não expressavam as reais reivindicações dos trabalhadores rurais brasileiros” (CARNEIRO, 1988, p.188), o que desembocou na cisão da Associação com a instância estadual do Partido.

Ao mesmo tempo, Carneiro (1988) apresenta depoimentos, sobretudo de Geraldo Marques, o qual marca o tom de toda a narrativa histórica por ela construída, que enfatizam o caráter organizacional e se preocupa em descrever as relações entre camponeses e entre camponeses e a Associação de Trabalhadores Rurais, a fim de demonstrar a singularidade da organização, a importância dos mutirões e seu caráter autônomo frente ao Estado. De forma geral, o livro conduzido pelos depoimentos de camponeses apresenta uma memória sem grandes tensões e conflitos internos, isso porque os toma como receptáculos de dados históricos, o que nos leva a pensar em uma construção bastante idealizada e de pouca problematização.

Se por um lado Carneiro (1988) se liga aos fatos históricos impregnados nos depoimentos de antigos posseiros da região, Amado (1993) em seu trabalho *Eu quero ser uma*

pessoa: Revolta Camponesa e Política no Brasil, analisa as subjetividades dos camponeses e a questão identitária construída por eles. É possível entender as diferenças entre os trabalhos das duas autoras ao relacionarmos a compreensão sobre o processo de expulsão e migração de terras no Brasil. Para Carneiro (1988) ele se caracteriza como parte do avanço do capitalismo, estando submetido, sobretudo, às motivações econômicas, já Amado (1993) vai além e entende a terra não somente como benefício econômico, mas como elemento de vida, como forma de bem viver.

Nesse sentido, Amado (1993) utiliza como argumento a ideia de que os posseiros de Trombas e Formoso a partir de suas experiências históricas e vividas nas práticas diárias desenvolveram uma complexa noção do significado de ser camponês que está intimamente ligado à “ser alguém” e “ser uma pessoa”. Para a autora, “esta noção funcionou como uma espécie de bússola para os posseiros”. (AMADO, 1993, p.1), isso porque aponta para as motivações que levaram pequenos trabalhadores rurais a migrarem em busca de terras, mas sobretudo, em busca de dignidade.

A autora apresenta o trabalho em questão como resultado de uma pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no caso um relatório de pesquisa que parte da história de vida de dois importantes personagens da luta de Trombas e Formoso. Ita e Nego Carreiro são tomados como pontos de partida para se compreender as problemáticas em torno da construção de identidade desses migrantes e posseiros, narrando suas trajetórias de vida, a odisséia até se chegar à Trombas e a insurgência dos primeiros conflitos e sua consequente fuga. O início da pesquisa de Amado (1993) se dá a partir da reflexão de um de seus diálogos com Nego Carreiro, que mesmo ao final dos conflitos e ao se ver sem a posse da terra, obrigado a se retirar da região e entregue às mesmas condições de miséria de seu início de vida, não demonstrava arrependimento. “Eu penso que eu respondi a eles. Mostrei que eu era alguém. Eu mostrei que eu era uma pessoa.” (Depoimento Nego Carreiro apud AMADO, 1993, p.7).

Desse modo, Amado (1993) amplia as perspectivas em torno dos constantes deslocamentos e mudanças para áreas de fronteiras por parte das populações rurais, não reduzindo-a à uma mera decisão econômica. Afinal, “se assim é, como então explicar a atitude de milhares de trabalhadores rurais que continuam a migrar para lá, mesmo conhecendo os fracassos econômicos dos que os antecederam? (AMADO, 1993, p.7). É preciso ir além, de acordo com Amado (1993) e enxergar aspectos elementares da vida nessas escolhas e processos de mudança.

Para isso, a autora estabelece quatro eixos para se tentar compreender a concepção de “ser alguém” ou “ser uma pessoa”. Eles são: 1) o “antes”, que implica a compreensão da vida antes da migração para Formoso e Trombas, que pode ser encaixada nas categorias “não ser nada” e “não ser ninguém”, na ideia de anti-identidade; 2) o “estar mudando”, momento de passagem, de transição entre o “antes” e o “depois”, que pode se resumir pela expressão “estar chegando”; 3) o “depois”, que é a percepção da experiência de luta vivida em Trombas e Formoso, caracterizada pela categoria “ser dono do próprio destino”; e por fim, 4) o “depois do depois”, em que traz a compreensão da vida após a experiência de Trombas e Formoso, resumida pela expressão “a vida muda”. No entanto, Amado (1993) não leva em conta o desmantelamento social e político causado pelo Golpe Militar que desfez muitos dos planos de avanço na região.

Deve-se considerar que nesse processo de afirmação e ressignificação de sua posição no mundo, por parte dos camponeses, o “eu”, “o ser pessoa”, “ser alguém” dentro de grupos sociais historicamente subjugados, só se torna possível quando estes se vêem inseridos num contexto de organização coletiva. Para Mauss (2003), o individual não se separa do coletivo, já que “a noção de pessoa” se produz socialmente e caracteriza-se como uma construção e prática social. Assim, é preciso compreender nessa prática, o valor moral a que ele se aplica, já que ele é acrescido à ideia de *persona*, juntamente ao sentido jurídico, o qual está relacionado ao significado institucionalizado pelo Estado de “ser cidadão”. Desse modo, o camponês no seu corpo coletivo, sendo acionado seu sentido moral, adquire “um sentido de ser consciente, independente, autônomo, livre, responsável” (MAUSS, 2003, p.390/391).

Para analisar cada eixo, Amado (1993) trabalha com depoimentos de antigos posseiros e participantes da Luta de Trombas e Formoso, além de narrar e descrever as práticas sociais desses posseiros em cada uma dessas etapas, o que compõe de certa forma, uma ordem espaço-temporal para se contar a história da luta, talvez não com o mesmo interesse de reconstituição histórica como proposta anteriormente por Carneiro (1988), mas sob um viés um pouco mais subjetivo, da construção do ser camponês, do “ser pessoa”. Dessa vez, a autora se preocupa menos com a intervenção do PCB e se vale das relações e do acesso à terra e de que modo isso implica na construção da própria identidade camponesa. Amado (1993) apresenta por meio da experiência de luta de Trombas e Formoso o percurso de mudança e transformação de percepção e compreensão de si mesmo, desenvolvido pelo camponês ao se defrontar com a possibilidade de acesso à terra, que vai além do material “terra”, provando uma outra lógica desse elemento, que parece vital.

‘A vida muda. [...] Hoje eu penso que ter a terra ainda é muito importante, mas não é tudo. [...] Nós também precisa de crédito, de garantia de preços mínimos pros nossos produtos, de uma boa política agrícola, [...] nós precisa de sindicato forte, governo pra apoiar os pobres, democracia, [...] muita coisa. Pra proteger e garantir uma vida decente na terra’ (Sebastião Bailão apud AMADO, 1993, p.32).

Amado (1993) traz para análise importantes aportes para pensar o conceito de “ser pessoa”, que em sua construção num contexto brasileiro pode ser manipulada tanto em uma situação legal, de leis, de cidadania como também em uma outra, na qual implica a “ideologia do favor”, ou o conhecido comportamento desviante, ao qual deram a famigerada alcunha de “jeitinho brasileiro” e que ainda traz consigo o tráfico de influências, baseado num sistema de hierarquia “de quem conhece quem”. Assim se mostram duas vertentes opostas em valores e práticas, nos quais cidadania baseia-se na igualdade, na lei, no impessoal e o “favor” baseia-se na hierarquia, no pessoal e íntimo, em um sentido que apresenta uma cidadania feita por indivíduos e o “favor” por pessoas.

“Embora opostas, as duas noções se entrelaçam, influenciando toda a sociedade e criando diversas e complexas relações que cruzam o “moderno” com o “tradicional”, o “econômico” com o “moral”, o “legal” com o “pessoal”, etc. Neste trabalho, realço o fato de que, no Brasil, para “ser alguém” não basta ser cidadão. É preciso ser “pessoa” (AMADO, 1993, p.34).

Para Amado (1993), no caso do movimento de Trombas e Formoso, buscou-se dois tipos de reconhecimento nesse ideal de construção de “pessoa”, um referente à luta pela cidadania plena, inserida dentro de uma perspectiva nacional e da ideia de que ser camponês é ser cidadão, o que fez com que esses camponeses lutassem pelo reconhecimento e legalização de suas terras, utilizassem o poder judiciário para processar os grileiros, entrassem para o processo eleitoral como eleitores ou candidatos e ainda reivindicassem rodovias, escolas e hospitais. E em um outro processo de reconhecimento e conquista de identidade, os camponeses se valeram de uma noção de “ser uma pessoa” diferente do restante da sociedade. Não era interesse conquistar cargos públicos ou obter ressalvas perante a lei, mas vislumbrava-se obter os mesmos direitos de pessoa em suas pequenas comunidades.

O trabalho da autora não fundamenta-se em uma construção histórica rígida do processo de luta de Trombas e Formoso, mas na forma como esse processo de luta colaborou para a identificação e construção de “pessoa” de quem dela participou direta ou indiretamente. Amado (1993) ao falar de um “projeto camponês”, enfatiza não só o acesso à terra, mas um modo de vida.

Seguindo esse mesmo rumo das subjetividades, Amado apresenta ainda como extensão de um trabalho maior, um artigo que toma como base a Luta dos posseiros de

Trombas e Formoso. Dessa vez, utiliza uma entrevista referente ao movimento camponês, analisando a questão da mentira na história oral. Amado rejeita a abordagem da entrevista como uso exclusivo para obtenção de dados históricos e amplia essa perspectiva para a dimensão simbólica.

No artigo *O Grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral*, o foco do estudo centra-se em uma das entrevistas desenvolvidas pela pesquisadora durante seu trabalho sobre a “Revolta do Formoso”, um camponês que nunca chegou a ocupar posição de destaque no movimento, mas que conhecia profundamente a região. A autora analisa o caráter inventivo e criativo da memória e como ela se entrelaça com o simbólico abrindo para novos significados, o que em um primeiro momento foi dado como um depoimento “mentiroso”. “A Revolta do Formoso foi uma coisa; outra, diferente, foram as memórias que Fernandes construiu a respeito da revolta” (AMADO, 1995, p. 131). Na experiência de recordar, não há nada que distinga a recordação de fatos verdadeiros da recordação de fatos absurdos” (FRENTESS&WICKHAM, 1992).

A autora traz à tona uma discussão dentro do contexto da memória que coloca de um lado o fato e, do outro, a representação, sendo o primeiro, tema caro à História e a última à Antropologia. Porém, somente juntos – fato e representação - é que se pode distinguí-los. Segundo Portelli (2002) representações e fatos não existem em esferas isoladas. “As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade do seres humanos e são envoltos em sua linguagem” (PORTELLI, 2002, p.111). Afinal, o que são os fatos senão elementos da subjetividade de um sujeito, de um grupo?

A autora, em seus dois trabalhos, se afasta da ideia de uma reconstrução dos fatos a partir dos depoimentos e amplia seu uso em uma interpretação bem elaborada das narrativas e da memória. Amado faz jus à escola da História Oral, da qual faz parte e apresenta importantes contribuições como o livro *Uso e Abusos da História Oral*, organizado pela pesquisadora e garante no campo da história oral, uma prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações.

Em um outro campo de discussão, Paulo Ribeiro da Cunha (2007) traz para o centro da pesquisa, a relação e participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na Luta de Trombas e Formoso. Em seu livro *Aconteceu longe demais: A Luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)*, resultado de sua pesquisa de dissertação de mestrado em História, defendida em 1994, Cunha (2007) intercruza a história

da organização dos posseiros da região com a história do PCB, estabelecendo um vínculo de interdependência do movimento camponês com o partido.

Partindo de uma perspectiva marxista, Cunha (2007) analisa o movimento dos posseiros buscando definir o conceito de campesinato e seu envolvimento político, relegando a categoria camponeses fraca estrutura e dificuldade em se inserir num contexto político de maior dimensão. Cunha (2007) considera a atuação política do campesinato de modo circunstancial, capaz de julgar a situação política local, mas com dificuldades para analisar movimentos políticos mais amplos (CUNHA, 2007, p.22). Toda a introdução teórica e reflexiva do autor vem com o intuito de preparar entrada para novos participantes no processo político dos camponeses, no caso, partidos, sindicatos, a fim de situar e justificar a inserção do PCB no movimento de luta de Trombas e Formoso. Cunha (2007) afirma uma mediação política, na qual o PCB desempenha papel crucial.

O PCB no processo de intervenção no movimento de luta de Trombas e Formoso é o eixo analítico do livro desse autor. Desse modo, Cunha (2007) apresenta uma trajetória do partido entre os anos de 1950 e 1964, período que marca o nascimento, consolidação e fragmentação da organização dos posseiros, abordando as crises e rupturas internas no PCB em caráter nacional e internacional e ainda sua difícil penetração no campo, tendo em vista sua característica eminentemente urbana e a falta de membros do partido do e no campo (CUNHA, 2007, p.46).

Ainda de forma mais próxima, Cunha (2007) trouxe para o palco da discussão, estratégias políticas do PCB relativo à Luta de Trombas e Formoso, o trabalho de organização do partido na região e ainda os desafios enfrentados para se mobilizar e organizar os posseiros pelos militantes. Cunha reconhece uma pré-organização ou uma organização inicial dos posseiros antes da chegada dos quadros do PCB na região, porém atribui a possibilidade de uma conscientização política por parte da luta dos camponeses, somente com a vinda de militantes comunistas para Trombas e Formoso. Para Cunha (2007), a “entrada dos quadros comunistas significou para os posseiros um salto qualitativo no processo de organização e resistência”. (CUNHA, 2007, p.173)

A excessiva ênfase do autor à preponderância do PCB no processo de luta dos posseiros de Trombas e Formoso, secundariza a posição dos camponeses e hierarquiza a relação entre membros do partido e posseiros comuns da região, mesmo apresentando falhas e descompassos entre a base do partido em Trombas e setores da direção do comitê estadual. “O Partido (Comitê Estadual) sempre se apresentou para nós como ditador, a direção que desejava impor condições sem debater, por medo de descer às bases. Eles não iam à região

por medo e por nós, acatávamos essas ordens quando não baseada na realidade...”(Depoimento Geraldos Marques apud CUNHA, 2007, p.125).

Cunha (2007) atribui aos militantes do PCB e sua intervenção na região, o estabelecimento de uma organização de caráter exemplar articulada por uma unidade de ações táticas e políticas bastante peculiares e intensamente exploradas pelo *Núcleo Hegemônico*, nome utilizado pelo autor para nomear o conjunto de quadros e militantes do partido - também camponeses – considerados “mais experimentados” da região de Trombas e Formoso (CUNHA, 2007, p.180). O nome *Núcleo Hegemônico* é exemplar da forma hierárquica com a qual o partido intencionava separar camponeses comuns dos intelectuais políticos da organização. “Esses militantes – Geraldo Marques, João Soares, José Ribeiro e Dirce Machado – vão se constituir no Núcleo Hegemônico, o eixo político e organizacional que conduziu o processo de luta na região, permanecendo o grupo praticamente inalterado durante todo o conflito até 1964” (CUNHA, 2007, p.171).

Cunha (2007) se preocupa em reposicionar o Partido Comunista na memória do evento, isso porque acredita que a participação do PCB na luta dos posseiros tenha sido colocada em papel secundário e negligenciada por muitos autores que abordaram o tema. O autor aponta como fator determinante para a reclusão do PCB na memória do movimento de Trombas e Formoso a força de campanhas difamatórias existentes na época e que ameaçavam qualquer ação ou atividade com suspeitas comunistas e subversivas, o que levou, os próprios membros comunistas a centralizar a resistência na figura carismática de José Porfírio. Ou seja, “em razão dessa estratégia e diante do caráter da repressão, a versão foi compreendida pela opinião pública como tendo o Partido Comunista uma participação secundária e até inexistente, análises aceitas por muitos estudiosos até hoje” (CUNHA, 2007, p.185). Nesse sentido, o autor tem claro sob qual ponto de vista quer contar essa história, no caso a partir da ótica do partido, o que se faz perceptível pela escolha dos entrevistados da pesquisa em sua maioria militantes ou ex-militantes do PCB.

Cunha (2007) considera que a intenção do “Núcleo Hegemônico” era agregar novos membros ao PCB sem expor o partido, ou seja, quebrando gradualmente com a resistência dos posseiros aos comunistas. Isso porque mediante a campanha anticomunista, reflexo da Guerra Fria e do combate empreendido pela Igreja à ação dos militantes do PCB, sobretudo, pela associação que se fazia entre ateísmo e a ideologia comunista, repudiava-se a presença de comunistas em meio aos camponeses.

A habilidade dos militantes do partido junto à “equivocada” imagem de liderança criada para José Porfírio indicaram bons resultados nesse processo de não-exposição do PCB

junto à organização. Há na obra de Cunha (2007) uma tentativa de se desconstruir a imagem de Porfírio, colocando-o como instrumento do partido. Nesse sentido, há um esforço em se apresentar a ideia de um homem de ideologia fraca, facilmente influenciável e de precária autonomia intelectual. Para o autor é fundamental entender a figura de Porfírio como uma “imagem construída social e exteriormente incorporada histórico pelo PCB, e secundado pelo Núcleo Hegemônico de Formoso, que de fato era do partido“ (CUNHA, 2007,p.249).

O caráter partidário dado à luta dos posseiros pelo autor parece desqualificar o evento dos camponeses e ainda se apropriar do valor comunitário tradicional existente entre os posseiros que se fazia por meio de mutirões e atividades com sentido solidário. Os camponeses já possuíam um modo de vida específico que foi estrategicamente incluído pelos quadros³¹ comunistas em seus planos de ação (CUNHA, 2007, p.181). Assim, a esforçada tentativa de Cunha em tirar o PCB de uma participação secundária no movimento e dar novo sentido à sua intervenção, teve efeito contrário ao privilegiar o PCB e invisibilizar os posseiros dentro do processo de resistência, dando uma visão tutelar e quase paternalista do partido sobre os camponeses de Trombas e Formoso. É inegável o forte impulso dado pelo PCB à organização dos posseiros, a força de suas estratégias e a consolidação da resistência, porém é importante ressaltar que “mais do que *dirigidos* os posseiros *dirigiram* as lutas em Formoso e Trombas”(ESTEVEES, 2007, p.49).

Esteves (2007) apresenta uma outra versão narrativa, diferente da proposta por Cunha (2007). Em sua dissertação de mestrado, também em História, Carlos Leandro da Silva Esteves (2007) trata dos acontecimentos de Trombas e Formoso e questiona a forma excessiva e exagerada como abordam a atuação do Partido Comunista Brasileiro em Trombas. Esteves (2007), de forma bastante consistente, busca ao longo de todo seu trabalho compreender o processo de construção da resistência em Trombas e Formoso por meio das práticas e concepções formadas pelos camponeses da região, levando em conta sua atuação autônoma, independente de intervenções externas, sobretudo do Partido Comunista Brasileiro (PCB). De antemão, podemos perceber a excessiva preocupação com o processo de penetração do PCB na luta camponesa dentro da historiografia construída sobre o movimento dos posseiros de Trombas e Formoso, isso se dá pela consolidada e surpreendente organização formada pelos posseiros na década de 1950, de forma autônoma e insubordinada. Nesse sentido, compreender as ações e estratégias produzidas pelos camponeses, torna-se

³¹ Nomenclatura dada à membros do PCB que exercem certo nível de liderança e se dedicam ao trabalho revolucionário de maneira integral, de modo profissional. No caso de Trombas e Formoso, os quadros do partido seriam constituídos, sobretudo, por Geraldo Marques, João Soares, José Ribeiro e Dirce Machado.

interessante para Esteves (2007) mediante uma visão instituída sobre o corpo camponês “que a ele é atribuído uma inerente incapacidade de conduzir sua própria luta, naturalizando assim o que é produto de embates e opções políticas” (ESTEVES, 2007, p.17).

A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas é tratada na pesquisa de Esteves como uma luta de *resistência* e para isso o conceito ganha maior atenção, indo além do sentido comum abordado em questões de lutas populares, de reação e nunca de ação, em um comportamento defensivo, subjacente a uma ideia de que aquele que ofende ou ameaça, está em uma posição superior ou *mais forte* do que aquele que resiste (ESTEVES, 2007). Nesse perspectiva, o autor traz novas compreensões sobre o conceito de resistência e passa por vários campos de estudos e experiências abordando outras concepções sobre o tema, de um modo geral, alcançando um patamar de ação ativa e ampliando a discussão sobre uma luta entre forças desiguais.

No entanto, há diferentes formas de reações do campesinato à intervenção externa vinda do Estado, como é possível identificar no caso dos camponeses de Nazaré Paulista pesquisado por Rodrigues (1999), a oscilação entre o crer e o não-crer impediu uma reação de contestação, como explicitarei no capítulo anterior. Nessa experiência, a contestação e a contrariedade à construção da represa veio tardiamente, não resultando em uma reação de confronto, conflitiva por parte dos camponeses dessa região.

Segundo Esteves (2007), para se entender o processo de resistência em Trombas e Formoso é preciso desvendar as relações capitalistas experimentadas pelos camponeses da região. Isso porque o ato de resistir só emerge em meio às ameaças de expropriação e daí a necessidade de se organizarem. Porém, não se trata de uma pura e simples negação ao capitalismo, e sim, muito mais uma negação às relações por eles experimentadas, no caso a da expulsão de suas terras.

“Tais alternativas, entretanto, não implicam nem em um isolamento completo num mundo não capitalista, e nem, num pólo oposto, no fatalismo de uma desintegração total. Ao subordinar o rural aos seus interesses como parte de sua necessidade de reproduzir-se, o capitalismo recria suas relações dentro de uma tensa disputa que não elimina, entretanto, as pressões aos seus limites.” (ESTEVES, 2007, p. 26)

A insistência de Esteves (2007) em romper com a ideia de incapacidade e submissão do camponês com relação à seu caráter de ação, influi na sua visão sobre o capitalismo, ao estabelecer um nível de confronto entre o movimento capitalista de avanço e expansão e o comportamento e ações de insubmissão previsto em um processo de resistência, isso porque não acredita em uma dita invencibilidade por parte do capital e vê na experiência de Trombas e Formoso uma resposta à tentativa de desfazer seus modos e valores de vida.

Pensando nisso, Esteves (2007) desenvolve o conceito de *resistência ampliada*, o qual entende como “as variadas estratégias de luta e ampliação de espaços de atuação política construídas a partir da atuação dos posseiros em Formoso e Trombas” (ESTEVES, 2007, p.27), no caso, ele amplia, também, a ideia de resistência englobando a esse conceito não só reação, defesa e oposição, mas também ação, força e ataque, já que no processo de luta esses elementos não conseguem se dissociar. “Assim entendida, a resistência passa a revelar-se em seu aspecto total: o defensivo e o ofensivo” e todo e qualquer novo espaço de luta (ESTEVES, 2007, p.29).

Ainda nessa perspectiva de resistência ampliada, Esteves (2009) vê nos meios de comunicação da época, principalmente a imprensa, uma forma de se compreender o embate de sentidos e significados da questão da terra em Goiás e, sobretudo, a construção da figura do lavrador pela mídia dos anos de 1950 e início dos anos 1960. As *trincheiras da imprensa* como denominou Esteves foram “espaço de resistência habilmente utilizado pelos posseiros de Formoso e Trombas durante o processo de luta” (ESTEVES, 2007, p.18). E ao qual o autor detém uma longa discussão, dedicando-lhe um capítulo inteiro.

O autor mantém o foco, ao longo de todo o trabalho, no caráter da resistência empreendido pelos posseiros de Trombas e Formoso, desde a análise da produção historiográfica, passando pela breve reconstituição histórica, abordando a trajetória dos conflitos do final de 1940 até o ápice dos confrontos em 1956. O trabalho cresce ao abordar a amplitude dos espaços de resistência já mencionado acima, vai além dos piquetes e é dinamizada em um novo espaço simbólico, o da imprensa; chegando a sua consolidação, na qual a resistência se estabelece sobre três importantes questões: o *mito* da “República das Trombas”, a conquista da terra pelos posseiros durante o governo goiano Mauro Borges Teixeira(1961-1964); e a atuação parlamentar do deputado José Porfírio de Souza.

No trabalho de Cláudio Maia (2008) o foco se encontra na “luta pela terra em Trombas e Formoso, com destaque para a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira nas décadas de 1950 e 1960” (MAIA, 2008, p.11). Maia (2008) centra sua pesquisa na formação das posses que teve início nos marcos da política de expansão da fronteira, implementada no período varguista. A disputa de terras em Trombas e Formoso surge em meio a esse processo de formação de frentes de expansão e expropriação de terras e, é nesse sentido, que se desenrola a pesquisa do autor.

Assim, para se adentrar a questão da disputa de terras, Maia faz uma análise histórica do processo de construção de fronteiras no estado de Goiás. Para ele, a ideia de *fronteira* é elemento fundamental para se compreender o conflito de Trombas e Formoso, este sendo

caracterizado enquanto um “movimento de fronteira”(MAIA, 2008, p.21). No entanto, não encerra a luta dos posseiros sob o aspecto de fronteira e se preocupa em apresentar certas especificidades da identidade do conflito. No caso de Trombas e Formoso, o fato de ser um movimento de fronteira, não propiciou uma identificação de classe por meio do lugar de origem, já que foram intensas as migrações oriundas dos mais diversos lugares, o que não conseguiria formar um espírito de grupo ou mesmo por uma distinção construída pela relação com a cidade. O espírito de estrutura político social forte em Trombas e Formoso se fez no processo de resistência à expulsão de suas terras, ou melhor, no contexto de disputa pelas terras, da luta social.

Nesse sentido, Maia (2008) apresenta reflexões sobre a construção da noção de direito para o camponês, isso porque acredita que na busca por terras em novas fronteiras, o sentido econômico e de cidadania e da própria compreensão de *pessoa*³², como já diria Amado (1993) não se encaixariam no contexto do movimento de Trombas e Formoso. Para Maia (2008), “estavam mais relacionadas a valores particulares compartilhados pelos grupos que se deslocavam e que se formavam baseados no tipo de produção que realizavam”(MAIA, 2008, p.66). No caso, o autor se refere ao desejo em se conquistar autonomia e liberdade para se decidir o que fazer com a terra, “oportunidade para fugir da condição da meação³³”(MAIA, 2008, p.74). Mais do que o desejo pela posse, o camponês reivindicava liberdade social - fato que impulsionou a migração e formação de novas frentes de expansão.

A condição que degrada o camponês na fronteira não é a ausência da propriedade formal, mas a pouca autonomia de que desfruta para organizar a sua produção, conduzir o seu dia de trabalho, as suas manifestações culturais e o seu lazer. Diante deste aspecto, a meação era negada como forma de trabalho não porque ela estava assentada na ausência da propriedade da terra, mas porque se configurava num sistema de trabalho fundado na ingerência do proprietário sobre as ações do camponês (MAIA,2008, p.73).

No entanto, Maia (2008) não nega por completo a ideia de posse como forma de conquistar autonomia nos modos de fazer agricultura camponesa e na manutenção de seus modos de produção, mas lembra em tom de alerta que “não é o amor desmedido pela terra ou

³² Para Amado (1993), a noção de “pessoa” se entrelaça a duas outras noções: a noção legal de cidadania, baseada na igualdade de direitos perante a lei e na noção da “ideologia do favor”, na qual se faz dentro de um esquema hierárquico, valorizando o pessoal, o íntimo. Desse modo, “a cidadania é exercida por indivíduos e o “favor” é feito por pessoas”(AMADO, 1993, p.34). Amado(1993) argumenta que para ser alguém no Brasil não basta ser cidadão, é preciso também ser “pessoa”.

³³ Sistema em que o proprietário oferece a terra preparada, limpa e arada, cabendo ao produtor direto, o plantio, a manutenção e colheita, sendo, ao final, a produção dividida em partes iguais. Em cada região, o sistema de meação pode apresentar variações, algumas mais agressivas, no sentido de exploração capitalista.

o sentido de ser proprietário que dirige a migração camponesa, mas a consolidação de uma autonomia produtiva e a possibilidade de uma reprodução social em melhores condições”(MAIA, 2008, p.76).

A propriedade é destacada no contexto da luta dos posseiros de Trombas e Formoso não como apego material, de caráter individualista numa vertente submetida ao capital, mas como plano de um projeto maior, de autonomia e liberdade social e de produção. Esta seria a base para a discordância com Amado (1993), dada à associação da questão da terra à dignidade e cidadania do indivíduo. No caso, o autor é menos sensível às subjetividades e relaciona as migrações e formação de fronteiras à questões mais práticas com relação à terra, no caso a liberdade no modo de produção e modos de fazer da agricultura camponesa.

O processo de construção de solidariedade camponesa é outro ponto de discussão do autor, sobre o qual se aprofunda e o situa para além dos mutirões³⁴ tão comuns dentre posseiros que se instalaram na região. Maia (2008) apresenta uma análise crítica à abordagens de outros pesquisadores como Esteves (2009) e Cunha (2007) que, de certa forma, restringem o espírito solidário camponês às ações dos mutirões ou as colocando como base para o “salto qualitativo” que representaria a Associação dos Trabalhadores Rurais e os Conselhos de Córrego com relação à experiências anteriores e fora do domínio do PCB.

Para analisar a questão da solidariedade camponesa, Maia (2008) faz uso do conceito de “sentimentos de localidade” de Antônio Cândido³⁵ que seria o vínculo social estabelecido entre moradores de um região, ou melhor, “a consciência de se pertencer a uma unidade que se diferencia das outras” (MAIA, 2008, p.81). Para Maia (2008), a chegada dos camponeses à região de posses foi fundamental para se formar esse “sentimento de localidade”, isso porque a distribuição das terras se deu por agrupamentos de pessoas que já tinham algum tipo de relacionamento antes de tirarem a posse, o que fez com que o sentimento coletivo extrapolasse o núcleo familiar e se estendesse além da posse.

Maia (2008) acredita no mutirão enquanto expressão de unidade e pertencimento de um grupo maior, a partir do qual estabelece relações com a sociedade. No entanto, o pesquisador não limita a compreensão de solidariedade camponesa à ideia de mutirão, isso porque também entende o despertar do espírito de grupo por meio da estrutura da agricultura camponesa, que se faz nas relações de ajuda mútua e ultrapassa questões de sobrevivência.

³⁴ Os mutirões representavam “uma forma de solidariedade vicinal organizada pelos posseiros em períodos de grandes tarefas agrícolas, cuja realização não poderia ficar só a cargo do núcleo familiar do camponês, daí a necessidade de ajuda extra”(MAIA, 2008, p.79).

³⁵ CANDIDO, Antonio. Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

Independente da intervenção de agentes externos como o PCB, mas sem descartá-los, Maia propõe o exercício da “convivência dos contrários”, isto é sem sobrepor a organização camponesa - dos mutirões e das práticas da agricultura - à organização impulsionada pelo partido por meio da Associação e dos Conselhos de Córrego (MAIA, 2008, p.87). Desse modo, Maia (2008) procura descrever as relações sociais que se estabelecem entre os camponeses nesses processos de migração e de formação de posses, são esses espaços que dão base e fundamentam a experiência da luta.

“Antes mesmo que se configurasse o período de uma luta de maior caráter coletivo, quando se articularam as várias ações dos núcleos de vizinhança, os camponeses já estabeleciam relações coletivas de enfrentamento, com a articulação de relações sociais e políticas a partir de grupos maiores do que o simples núcleo familiar. Foi neste processo de organização coletiva dos grupos de vizinhança que os camponeses vivenciaram os primeiros enfrentamentos na região e se encontraram com aqueles que seriam os seus futuros expropriadores.” (MAIA, 2008, p.87)

Nesse sentido, se faz fundante a compreensão dos aspectos sócio-culturais da organização coletiva dos camponeses de Trombas e Formoso na elaboração e criação de uma organização política. Isso porque as formas organizacionais e o modo de vida camponês se fundem no fazer política desse grupo, sobretudo, no âmbito da Associação dos Trabalhadores Rurais. Trago à exemplo os Nuers, povo nilota, estudado por Evans-Pritchard (1993), no qual, a estrutura política era sustentada pelo sentimento de solidariedade e laços sociais – sejam eles por consaguinidade ou por afinidade – que se dava entre os mesmos da aldeia, a qual era considerada uma unidade política, apontando para uma forte relação entre o político e sócio-cultural (EVANS PRITCHARD, 1993, p.10).

Nesse caso, fica bastante evidente a forma como o PCB se utilizou das formas de organização sociais já existentes dentre os camponeses para organizar o movimento politicamente. Exemplo disso, foi a forma como se constituíram os Conselhos de Córrego, a partir do local de moradia desses camponeses. Estes se aglomeravam próximo a córregos da região, que eram abundantes e, que posteriormente, vieram dar sentido político à organização.

Por fim, vale ainda apontar algumas das escolhas metodológicas de Maia (2008) que não se limitaram à fontes de relatos orais. Sua opção foi não se desfazer da riqueza oferecida pela oralidade e pelos depoimentos de quem viveu e experienciou o período de luta, como fez Carneiro (1988), porém, sem deixar de se opor ao pragmatismo ao qual muitos pesquisadores se utilizam das entrevistas orais, na procura de reconstrução da história escrita. Em sua proposta, o autor oferece relatos orais por meio de leituras críticas e relacionadas a outros documentos, fontes, num intuito de ampliar as abordagens de pesquisa.

Com esse interesse, Maia (2008) utiliza em seu trabalho os documentos escritos, com destaque ao material de imprensa. “Trombas pode ser incluído nos movimentos com grande repercussão nos jornais, não se limitando apenas ao Estado de Goiás, pois alcançou notoriedade também no Rio de Janeiro e São Paulo, fato relacionado ao processo de construção de Brasília, já que os primeiros conflitos coincidiram com a definição da localização da futura capital federal”(MAIA, 2008, p.31).

A Luta de Trombas e Formoso configurava-se em um evento nacional em um contexto sócio-político específico. Maia (2008) fez uso, também, de entrevistas feitas por outros pesquisadores, o que permitiu uma análise diferenciada, já que o material desenvolvido por esses autores em outras épocas, possibilitaram a abstração de elementos do dia-a-dia da organização e luta dos posseiros, que não poderiam ser relatados, já que não há outra fonte que apresente esta realidade.

Por fim, o trabalho de Renato Dias de Souza (2010), sob o título *Fazia Tudo de novo: Camponeses e Partido Comunista Brasileiro em Trombas e Formoso (1950-1964)*, bastante recente, mas ainda assim, preso à tradicional discussão dos dois grupos de estudos sobre a luta dos posseiros de Trombas e Formoso, que oscilam entre o caráter autônomo da organização camponesa ou o viés intervencionista do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Isso porque em sua dissertação de mestrado em História, levanta como objeto “a relação entre os camponeses e o Partido Comunista Brasileiro” (SOUZA, 2010, p.10) e ainda a forma como o campesinato é constituído enquanto sujeito político, ou melhor, se existe essa possibilidade ou se o camponês ainda está detido às condições pré-políticas. É interessante a forma como grande parte dos trabalhos aqui apresentados são marcados por uma narrativa instituída, na qual o camponês é apontado enquanto um ser incapaz de tomar decisões sobre a própria vida ou ainda de assumir-se enquanto corpo político, claro que, alguns debatendo contra essa visão e outros a reforçando.

Souza (2010) parte de uma análise da qual o processo de modernização capitalista dentro de um projeto do PCB de “revolução brasileira” influenciaria na intervenção do partido no movimento dos camponeses de Trombas e Formoso. Segundo Souza (2010), dentro desse projeto objetivava-se a superação do quadro conjuntural de um país semi-feudal e ainda a consolidação de um país moderno por meio da participação política, em um paradigma representativo e, sobretudo, pela fragmentação de aspectos sociais e tradicionais da cultura camponesa. Os chamados “agentes sociais de modernização capitalista” tratavam os modos de

vida desses camponeses como “resquícios de um passado inglório a ser superado com a tomada do poder e a constituição do “governo popular” (SOUZA, 2010, p.11).

Souza (2010) chama a atenção para os significados que estão por detrás desse projeto de “revolução brasileira”, já que para o partido o sentido de se chegar aos objetivos dos camponeses de conquista de título das terras e manutenção de seus modos de produção e vida, só se faria mediante o cumprimento de objetivos maiores, como a destruição do latifúndio e a instauração de um “governo popular” (SOUZA, 2010). A compreensão do PCB sobre a organização camponesa isolada, sem intervenção de uma instância maior, perpassava um ponto de vista de luta limitada, “pré-política, economicista, sindical”, caso não somado à conquistas maiores e inseridas ao grupo de interesses do partido (SOUZA, 2010, p.13).

No entanto, diante dos projetos e ações já previamente determinadas pelo PCB, os membros do partido enviados à Trombas foram obrigados a adaptá-los e os recriá-los à realidade social da região. Para Souza (2010) foi “a possibilidade de adaptar-se do partido, a saída do plano do pré-estabelecido para a consideração das demandas locais dos camponeses, fundamental para que esse se legitimasse entre aqueles” (SOUZA, 2010, p.13).

Souza (2010) levanta ainda a questão do dualismo na questão da modernização capitalista, no intuito de estabelecer uma crítica à razão dualista, no que se refere à dicotomias entre o “político e pré-político, moderno e atraso, litoral e sertão” (SOUZA, 2010, p.13). Desse modo, na análise da Luta de Trombas e Formoso, as relações estabelecidas no âmbito do campo estariam presos a um passado à espera da modernização capitalista. Para o autor, esse pensamento fez com que os “agentes de mediação em termos políticos considerassem as lutas dos camponeses contra a possibilidade de aferição da renda capitalista da terra e pela sua posse mais uma das costumeiras reivindicações pré-políticas e economicistas do campesinato” (SOUZA, 2010, p.12).

Souza (2010) fixou-se, sobretudo, na construção de uma historicidade da Luta de Trombas e Formoso, explicitada inclusive na organização dos capítulos de seu trabalho. Isso porque orientou-se pelas diversas situações da historiografia da luta, dando ênfase aos difentes momentos pelos quais passaram os participantes do movimento. Assim, distribuiu seus capítulos da seguinte forma: a resistência espontânea e a cobrança do arrendo (1950-1954), a chegada do Partido Comunista Brasileiro e a luta contra a expropriação (1954-1957) e o governo da Associação de Lavradores e os Conselhos de Córregos e a derrota do movimento (1958-1964). Na verdade, o que o autor chama de historicidade, chamaria de cronologia, a construção da escrita de sua pesquisa se faz por uma lógica temporal bastante rígida.

2.2 Por entrelinhas narrativas

De um modo geral, é possível identificar na maioria das obras e autores aqui apresentados talvez não um padrão, mas uma linearidade de discussão, tendo como eixo o Partido Comunista Brasileiro (PCB), apresentado sob diversas linhas de abordagens. As narrativas trazidas por cada um desses autores estabelece uma clássica cisão nos estudos de camponato, entre os que vêem o camponês como incapaz de organizar-se - oriundo de uma perspectiva marxista - e o camponês enquanto modo de organização social e que está intimamente ligada a sua capacidade de organização política. Nesse sentido, é preciso explicitar as categorias que aparecem e percorrem cada narrativa, de modo que as mesmas, diferentemente, articuladas elaboram versões narrativas de algo que nunca é o mesmo.

Suely Koffes (1996), em um estudo sobre os estudos de comunidade a partir dos diversos relatos etnográficos sobre Cunha - município do interior de São Paulo que traz reflexões sobre as relações entre elementos tradicionais investidos na ideia de *comunidade* e sobre os elementos do moderno aplicados no conceito de sociedade - nos permite a compreensão de que a narrativa está em constante mudança e que se recria a cada retorno descritivo, ou seja, a cada novo processo de descrição. Parodiando Koffes (1996) Trombas e Formoso nunca é a mesma Trombas e Formoso, sempre muda.

Desse modo, Carneiro (1988) narra o movimento político de Trombas e Formoso a partir da perspectiva do *camponês* em suas relações sociais e forma organizativa, buscando por meio de depoimentos tanto de líderes como de camponeses de menor participação, reconstituir, historicamente, a Luta de Trombas e Formoso. Amado (1993/1995) trabalha com a *noção de pessoa e cidadão* e traz a discussão para o âmbito da subjetividade, na tentativa de construção identitária do camponês no contexto da Luta de Trombas e Formoso, uma identidade que se relaciona com o modo de vida e com uma busca pelo bem viver, mas que vai muito além da noção de posse que, tradicionalmente, se estabelece com a terra.

Cunha (2007) traz a memória do evento de Trombas e Formoso a partir de uma perspectiva institucional partidária, por meio da visão do *Partido Comunista Brasileiro (PCB)*, para qual reivindica destacada participação na construção da organização e concepção revolucionária ali desenvolvida. Por outro lado, Esteves (2007) estabeleceu como eixo narrativo o conceito de *resistência*, enfatizando as estratégias de luta e espaços de atuação política construídas a partir da atuação dos posseiros em Formoso e Trombas, e ainda, questionando a parte da historiografia que advoga uma incapacidade do camponês de dirigir

suas próprias ações.

Maia (2008) desenvolve a narrativa a partir da noção de *fronteira*, a qual considera fundamental para contar e se compreender a história do movimento camponês de Trombas e Formoso, e que possibilitou, por meio da criação e avanço a novas fronteiras, de certa maneira, a *liberdade social*. Por fim, Souza (2010), levanta a relação entre *camponeses e PCB*, frisando o projeto de revolução empreendido pelo partido na intervenção ao movimento de Trombas e Formoso.

É importante destacar a força que o partido carrega dentro da historiografia da Luta dos posseiros de Trombas e Formoso, não de protagonismo, o qual é indissociável à esses camponeses, porém da influência na construção da memória. Isso porque a partir da análise das obras e do trabalho de campo, fica-me a percepção de que o nome *Revolta de Trombas e Formoso* seja um nome cunhado e difundido pelo próprio Partido Comunista Brasileiro, ao não identificar na fala dos camponeses ainda hoje vivos, qualquer referência à ideia de *revolta*.

Uma construção feita, talvez, pela classificação de um sentimento, mas ao qual não se refere ao termo usado pelos posseiros, de *luta* ou *organização*, o que justifica a minha insistência em trazer o termo *Luta*, já que ele se apresenta de forma recorrente nos depoimentos dos interlocutores desta história. Desse modo, surgem-me pistas de uma memória hegemônica, que se sobrepõe à memória dos camponeses e não imprimo, aqui, uma relação de que essa construção seja boa ou ruim, mas no fato de que essa influência ocorreu, colocando minha intenção na tentativa de descobrir de que forma elas aconteceram e quais seriam suas relações e consequências.

Desde sua criação, em 1922, o Partido Comunista (PC) tentava em Goiás uma extensão da “revolução brasileira” no campo. Mas havia muitas dificuldades, decorridas do fato da sua experiência organizativa estar toda ligada aos centros urbanos. (PESSOA,1999,p.57). Mas pode-se dizer que desde sua origem, o PC já colocava a Reforma Agrária entre seus objetivos. Nesse contexto, o PC atinge grande poder de mobilização e passa a controlar organizações de trabalhadores, como a segunda Conferência Nacional do Trabalhadores Agrícolas, em 1954, que desaguou na criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)³⁶.

³⁶ Organização criada em 1954 pelos trabalhadores agrícolas com o objetivo de lutar pela melhoria das condições de trabalho nas áreas rurais. Desapareceu após o Golpe militar de março de 1964. Ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), a ULTAB surgiu como forma de mobilização nacional dos trabalhadores em favor do aumento do salário mínimo, sendo esta sua principal reivindicação, ou seja a extensão do salário mínimo ao campo. Em fevereiro de 1956, por sua iniciativa, foi realizado no Ceará um congresso de trabalhadores rurais. Nesse

Mediante o caráter institucional do Partido Comunista, Foucault (2010) crê que uma distribuição discursiva tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e um tipo de poder de coerção (FOUCAULT, 2010). O discurso formulado pelo PCB mesmo que dentro de uma instância de subversão ao Estado influenciou, sobremaneira, a construção discursiva da narrativa do movimento de Trombas e Formoso, de tal modo, que muitos camponeses incorporaram uma memória institucionalizada, que anulava, em diferentes níveis, a memória individual dos mesmos.

A forma de lembrar de Cosme, um dos meus entrevistados na pesquisa e na época, participante da Luta de Trombas e Formoso, por exemplo, se configura em uma forma militante. Suas lembranças se alimentam da sua forte ligação com o Partido Comunista Brasileiro à época da Luta e do seu envolvimento junto à Associação, lembra-se de fatos referentes à organização dos posseiros, a construção da veia política que se fazia e se planejava ali, das reuniões da Associação que ocorriam junto aos líderes do movimento e tudo isso de maneira bastante genérica, poucos detalhes sob rasa descrição. Cosme lembra de sua atuação na Juventude Comunista (JC) ou “Juventude Socialista” como prefere dizer, unidade que se instaurou dentro da Associação, formada por jovens, que tinham por objetivo conscientizar seus pais sobre a organização, mas traz pouco de sua subjetividade, quando fala, não se coloca enquanto *eu posseiro* e sim como *ele posseiro*.

A fim de trazer para pesquisa a subjetividade de Cosme que, de certa forma, se anulava, em meio a narrativa institucionalizada que me expunha, perguntei a ele sobre lembranças de algum episódio da Luta, algum fato que o tivesse marcado e ele me respondeu: “O composto da Luta toda. Por exemplo, o concreto se concretizou, a Luta, então isso fica dentro do cérebro da gente, sempre marcando.”

Para Guha (1999) a historiografia tem se contentado em tratar o camponês “rebelde” como um mero membro empírico de uma classe social, desprovido de vontade e razão como elementos constituintes dessa práxis da chamada rebelião. Uma historiografia cega que exige um cuidadoso exame sobre os cortes, remendos e costuras que nos indicam de que forma essa

encontro, a ULTAB se opôs às ligas camponesas de Francisco Julião, para as quais a reforma agrária era a principal bandeira do movimento camponês. Ainda no final de 1956, a ULTAB dirigiu uma das mais importantes greves ocorridas no meio rural nesse período, a greve dos trabalhadores em fazendas de café de São Paulo. Como resultado do movimento, foi atendida a exigência de elevação do piso salarial da categoria. A ULTAB voltou a se projetar nacionalmente durante um congresso de trabalhadores agrícolas, realizado em Belo Horizonte no mês de novembro de 1961. Representada por Nestor Vera e Lindolfo Silva, não conseguiu porém fazer valer suas propostas, prevalecendo dentro do movimento camponês a linha das ligas camponesas, que enfatizava a luta pela reforma agrária. Em 1963, a ULTAB conseguiu que o Ministério do Trabalho aprovasse o Estatuto do Trabalhador Rural, que veio regulamentar o trabalho no campo. (Fonte: CPDOC FGV)

escrita sobre a história está sendo feita (GUHA, 1999). O corpus de escritos históricos sobre o movimento político de Trombas e Formoso se fundamentam em questões da peculiar organização dos camponeses que conduziu à conquista do título das terras e seus eventuais desdobramentos, se restringindo à um período limite temporal entre os anos de 1950 e 1964. A abordagem dos processos que transcorreram após o Golpe Militar de 1964 se mostram insuficientes ou quase inexistentes, o que faz da elaboração desta pesquisa uma possibilidade de dar novos ares à historiografia do evento e ainda, talvez, um inédito tratamento antropológico à memória da luta.

CAPÍTULO 3

Contraponto narrativa: a memória oral do evento

Este capítulo busca introduzir as narrativas das pessoas que hoje reinterpretem através de suas memórias, o passado vivido ou transmitido por diferentes fontes históricas e culturais sobre o evento nomeado e reconhecido como Luta de Trombas e Formoso. O propósito desse recorte interpretativo e memorial é compreender o modo como o passado é lembrado e os processos relacionados à rememoração de um evento e significativo como é Trombas e Formoso. Parte-se do pressuposto que essa rememoração é um processo que sofre as repercussões do passado de um evento eclodido em um momento político da história do Brasil em que foi difícil viver e falar de certos acontecimentos.

Realizar uma “etnografia da memória”- propósito deste trabalho - envolve lidar com informações e pessoas que, apesar do tempo decorrido do evento ainda sentem os efeitos do passado (RODRIGUES, 1999; GODOI, 1999; BOYARIN, 1991). Portanto, as dificuldades as quais outros pesquisadores que lidaram com acontecimentos semelhantes, passaram, são também existentes no presente. Após situado o evento em sua significância histórica e cultural, seu lugar no passado e na história das lutas sociais brasileiras e, ainda, por um diálogo entre as escritas acadêmicas sobre o evento político de Trombas e Formoso, adentramos o universo das narrativas dos sujeitos desta história, depoimentos extraídos da etnografia realizada com pessoas envolvidas direta e indiretamente com o movimento camponês, que recordam o passado.

Aqui, se tem a oportunidade de ouvir antropológicamente pessoas que, de alguma forma, estão ligadas ao evento de Trombas e Formoso e ainda conhecer como as políticas de memória se articulam com as memórias políticas deste evento. Para isso, trago as narrativas de sujeitos que viveram o tempo da Luta de forma direta ou indiretamente, ou seja, camponeses que viveram e/ou participaram do evento de Trombas e Formoso e *testemunhas* dos acontecimentos, isto é, aqueles que não se consideram participantes da Luta mas que vivenciaram, de alguma maneira, aquele tempo; trago ainda depoimentos de filhos e filhas nascidos durante o processo de desenvolvimento da resistência camponesa ou ainda durante o período do regime militar. Dessa maneira, estabeleço uma relação entre as memórias dos

sujeitos do tempo da Luta e seus descendentes e permito que o leitor faça uma articulação entre os escritos históricos apresentados no capítulo anterior.

É preciso dizer que interpretar essas memórias e lembranças não é tarefa fácil quando se compreende a complexidade das formas de lembrar desse evento, isso porque as divisões e fragmentações se tornam aspecto forte em sua constituição (PORTELLI, 2002). As múltiplas interpretações desenvolvidas por várias gerações, os apagamentos de memória, as mudanças culturais e sociais e os efeitos políticos incididos sobre a memória da Luta camponesa serão alguns dos pontos abordados neste capítulo.

3.1 Memória política e política de memória

A memória é um assunto vasto, elemento de estudos transdisciplinares, que rompe fronteiras de exclusividade em campos do conhecimento e se denota em meios políticos, sobre demasiada preocupação pública, no qual muitas vezes o sentido coletivo se perde sobre a máscara do exagero subjetivo ou vice-versa. A proposta de investigação de Ricoeur (2007) se coloca frente essa problemática da memória, na qual se busca “explorar os recursos da complementariedade que essas duas abordagens antagonistas contêm, recursos mascarados, de um lado pelo preconceito idealista da fenomenologia husserliana e, do outro, pelo preconceito positivista da sociologia em seus gloriosos primórdios”(RICOEUR, 2007, p.134). Isso demonstra um inquietante espetáculo de excessos de memória, excessos de esquecimento, sem falar dos exageros comemorativos e erros de memória, de modo que estes se tornam temas confessos na busca pela construção de uma política de justa memória (RICOEUR, 2007).

A memória, quando exercida, é manipulada, em função da manutenção da identidade individual e coletiva (ideologia) e no que se refere à memória coletiva integra e forma a identidade do grupo. A memória pode ser uma obrigação, um dever, no sentido de se fazer justiça às vítimas, com as quais contraímos uma dívida que temos obrigação de saldar (RICOEUR, 2007). Esse problema moral pode-se estender ao esquecimento e ao perdão, muito embora, Ricoeur (2007) conteste a ideia do “dever de esquecer”.

Em um processo de invisibilização e silenciamento do *Outro*, muitos grupos sociais foram subjugados por meio de políticas de anistia liberatória de ação judicial e condenação penal, mas sobretudo pela negligência e não reparação oficial ou política indenizatória. Ricoeur (2007) em reflexão sobre a ideia de anistia e em uma proposta de uma justa reconciliação com o passado, questiona sua validade enquanto proposta de discussão política

e exercício público de memória. A anistia não reconcilia e não resolve a questão da memória, ao contrário, se caracteriza como “forma institucional do esquecimento” (RICOEUR, 2009, p.495)

Trazer a memória à tona significa lembrar, porém, na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. “A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1994). Dessa forma Bosi (1994) nos convida a duvidar do passado “tal como foi”. Mas não desacreditar na memória enquanto conservação ou elaboração dessa fase temporal, tendo em vista essa relação da memória entre o caráter instintivo que se repete sempre e a inteligência que demonstra capacidade de inovação. Para Bosi (1994), a lembrança conserva o passado do indivíduo da forma que seja mais apropriada à ele. Assim, tudo que é desimportante, indiferente, desagradável é descartado, alterado, omitido, simplificado.

Dessa mesma forma Frentess&Wickham (1992) discutem memória, de modo que esta não se apresenta como “um mero mecanismo que copia informação e a armazena na nossa cabeça, mas também como a experiência de recuperar essa informação e a de combinar de maneira a formar pensamentos novos” (FRENTESS&WICKHAM, 1992, p. 29). Para os autores, a memória é antes de tudo representação. “Quando recordamos, elaboramos uma representação de nós próprios para nós próprios e para aqueles que nos rodeiam. Assim, a maneira de se recordar revela ter atrás de si uma longa história”. (FRENTESS&WICKHAM, 1992, p.20).

Pollak (1989) ao pensar sobre a memória coletiva, baseando-se, sobretudo, no conceito de Halbwachs - cuja maior expressão seria a memória nacional) - enfatiza os conflitos entre a memória oficial e a memória subterrânea. Ao forjar a memória oficial, as vítimas da história são conduzidas ao silêncio e à renegação de si mesmas. No entanto, para o autor, histórias e lembranças silenciadas estão longe de serem levadas ao esquecimento. “É a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (POLLAK, 1989, p.3). Essas memórias subterrâneas, silenciosamente, subvertem a lógica da memória imposta, mantendo as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades e esperam o momento certo para despertarem.

Porém, Portelli (2002) nos ajuda a ir além do caráter dicotômico oficial e não-oficial e a pensar em um outro nível de complexidade da memória, já que a memória não reproduz fielmente o passado e nem sempre se baseia em termos de oficialidade. Assim, a memória do movimento dos posseiros de Trombas e Formoso caracteriza-se por sua múltipla

fragmentação, como uma memória dividida mas não simplesmente polarizada em memória oficial e memória comunitária.

Quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e aquela “oficial” e “ideológica”, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não-mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas. (PORTELLI, 2002, p.106)

A memória não é um todo sólido e está repleta de experiências vividas e não vividas, de histórias contadas e não-contadas e também de negações e silêncios. Durante a gravação do documentário *Trombas e Formoso: memórias de uma Luta* (2010) - experiência realizada ainda durante minha graduação em Jornalismo, a qual relatei na introdução deste trabalho - não era raro nos defrontarmos com pessoas que viviam a raiva, o medo e a dor em dias atuais, na mesma intensidade que em tempos de perseguição. Dona Carmina, apesar da forte atuação e da importância de sua fala, a realização de sua entrevista não aconteceria sem muito conversarmos e esclarecermos que os tempos mudaram e que ela não seria mais perseguida. O silêncio forçado durante o período do regime militar deixou marcas e, ao mesmo tempo, vazios de um passado projetados no presente. Assim, o objetivo deste capítulo é problematizar e refletir sobre essa trajetória memorialística, sobre os processos políticos que incidiram sobre a atual configuração dessa memória.

3.2 Trombas e Formoso, um lugar esquecido no tempo e no espaço

Durante o desenvolvimento do trabalho de campo em Trombas em 2013, mais especificamente na casa de Dona Carmina, ouvi Jane, a jovem manicure da cidade, dizer: “Trombas é uma cidade esquecida”. Um esquecimento que ao ser descrito, parecia ir além da não-presença de sua memória na historiografia goiana e que ia além de um suposto desconhecimento geográfico, e que invadia o campo social, político e cultural do que compõe o norte do estado de Goiás, sobretudo, no que se refere a uma região de poucos recursos financeiros, investimento por parte do governo do estado e escassas fontes empregatícias.

Em Trombas, “emprego só na prefeitura e a gorjeta na fazenda, de tirador de leite [...] a prefeitura tem excesso, tem cem pessoas a mais trabalhando lá, fazendo bobagenzinha, porque não pode pôr para fora, não tem outro emprego”, explica Sr. Chiquinho Ataíde, morador de Trombas desde 1954 e ex-membro da Associação dos Trabalhadores Rurais na

época da Luta. Tal situação não era diferente na cidade de Formoso, os mesmos problemas com a falta de emprego e a saturação de funcionários na prefeitura.

As histórias se repetiam em conversas com jovens e pessoas mais antigas da cidade. Sr. José Gomes, morador antigo de Formoso - chegou na região em 1954 - dizia que emprego em Formoso só na prefeitura, na pecuária de leite ou em uma pequena indústria de extração de calcário. Duas cidades que se aproximavam pelo número de habitantes – ambas com menos de quatro mil pessoas – pelas histórias de origem, que se entrelaçavam e demonstravam sua forte e inerente relação com a memória de Luta dos posseiros de Trombas e Formoso e ainda pelo processo de desenvolvimento que ali transcorreu.

O presente e o passado se confrontavam a todo momento e eu, de alguma forma, parecia viver isso. Enquanto as narrativas construídas pelas pessoas envolvidas na Luta me relatavam um período de fartura e de pleno desenvolvimento na região ao final dos anos de 1950, início dos anos de 1960, já em período de trégua dos conflitos, como os narrados por Sr. Arão - “na época dos posseiros, tinha movimento de lavoura, caminhão saía todo dia carregado de banana, de arroz, de tudo. Era um lugar [região de Trombas e Formoso] produtivo de grande potência de tudo, gado que era menos, mas de produção, era demais”, durante o trabalho de campo vivi situações corriqueiras que revelavam um outro tempo cultural e político diferente do relatado por Sr. Arão. Foram várias minhas incursões pela cidade em busca de verduras e legumes como alface e cenoura e que terminavam sem sucesso, me impressionava o valor de um saco de feijão nos mercadinhos da cidade - certa vez Dona Carmina pagou R\$7 em um saco pequeno de feijão - além da escassez de mercadorias, inclusive de combustível no único posto da cidade.

A dificuldade em encontrar itens alimentícios como hortaliças e legumes, que em tempos atrás faziam parte do cultivo dos camponeses da região e eram intensamente produzidos ali, como o arroz, a banana, o feijão, a farinha de mandioca, entre outros itens, demonstravam que algo tinha mudado e algo maior do que a minha intuição pouco aguçada me fizeram acreditar que estas mudanças estavam relacionadas aos acontecimentos decorrentes a ditadura militar.

Hoje, “aqui tudo de verdura, legumes e de comida vem de Goiânia. Não acha fácil nem farinha de mandioca, nem hortaliça. Nem para dispensa”, reclama Sr. José Gomes, morador de Formoso desde 1954 e testemunha do movimento dos posseiros. Na região, se produz pouco do que se produzia no tempo da Luta dos posseiros que, atualmente, se dedica à pecuária. “Eles mudaram as culturas. Hoje, por exemplo, a renda mensal de Trombas, o que sustenta mais, é o gado, é o leite, essas coisas. Naquele tempo, era a produção da terra, tudo

que dava, se plantava tinha”, lembra Cosme Ribeiro Santana, ex-membro da Associação, chegou em Trombas em 1953.

Desse modo, o passado referente a Luta dos posseiros de Trombas e Formoso revela um tempo de fartura e abundância em contraposição a um presente distante das narrativas de memória do evento e marcado pela pobreza, falta de emprego e escassez de investimento por parte do Estado. É preciso considerar que o momento do evento contou com o protagonismo e a autonomia política e organizacional dos camponeses, que muitas vezes, não tinham e não esperavam pelo respaldo do Estado.

No capítulo anterior foi possível compreender, por meio da revisão de textos de autores sobre o tema *trombasformosiano*, a força e a autonomia exercida pelos camponeses da região por meio da estrutura organizacional estabelecida pela Associação dos Trabalhadores Rurais, denotando o forte vínculo entre os aspectos sócio-culturais dos camponeses, marcados pelo modo de vida camponês baseado no sentimento de solidariedade que se concretizava em ações comunitárias e familiares como os mutirões, com a formação política dos mesmos realizada dentro do âmbito institucional da Associação.

Essas narrativas escritas se fortalecem com outras, estas ainda mais fortes, já que oriundas dos próprios camponeses participantes do movimento. Até 1964, antes de dar-se o Golpe Militar brasileiro, os camponeses contam de um tempo de crescimento e de fartura, mediante o fortalecimento da Associação enquanto instituição e da autonomia entre os posseiros. Ou como melhor descrito por Cosme, foi quando “o povo cresceu”.

“Porque nesse perímetro todo de 13 mil alqueires que era o que eles [grileiros] queriam tirar, expulsar esses posseiros, eles tinham uma média de mil e poucos gados e não tinha a colheita de um cacho de arroz. Da hora que ela [a terra] passou pra mão do posseiro, do homem do campo, daí foi preciso abrir as estradas, foi preciso comprar carro de boi, deu emprego pros donos de caminhão porque o arroz lá ficava de uma ponta da rua à outra. Tinha um cara que tinha boiada lá, tinha carro com quatro junta de boi, que nesse tempo não andava caminhão e foi uma produção espetacular” (Depoimento concedido por Cosme Ribeiro Santana durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Chiquino Ataíde conta que depois de findada a Luta entre grileiros, posseiros e o Estado, no caso com as terras já tituladas e demarcadas, em 1961, Trombas “evoluiu e passou a produzir para valer”. A prosperidade e o desenvolvimento se instalaram na região durante o período de trégua e da consequente conquista do título das terras.

“Todo mundo plantava, todo mundo colhia e ela [a região] se desenvolveu do dia para a noite, encheu a região todinha e os outros lugares foram interessando

[acompanhando o desenvolvimento] [...] e os outros lugares começaram a pedir socorro, já que Trombas tinha quase vencido, os outros lugares começaram a pedir socorro” (Dsepoimento concedido por Francisco Ataíde de Carvalho durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

É preciso considerar que existia um plano de desenvolvimento traçado por camponeses e membros da Associação e que foi interrompido pelo Golpe Militar de 1964. Quase um ano antes, em 25 de Setembro de 1963, Formoso foi emancipado. Na época ainda era uma pequena vila, pertencente ao município de Mara Rosa, hoje, Amaro Leite. Quando emancipada, Bartolomeu Gomes da Silva, o Bartô, foi nomeado prefeito da cidade, além de outros membros da Associação que viriam a se candidatar a vereador do novo município. José Porfírio, um dos líderes do movimento, foi eleito deputado estadual de Goiás, o primeiro de origem camponesa no Brasil, um ano antes da municipalização de Formoso, em 1962. Os títulos das terras já estavam nas mãos dos camponeses e legalizados pelo Estado, processo que se iniciou em 1961. Somado a tudo isso, os camponeses da região contavam com o conforto de um governo aliado, regido por Mauro Borges, governador do estado de Goiás no período de 1961 a 1964.

O momento era oportuno para se colocar em ação o que já se planificava há tempos, ou seja, a instauração de um governo de caráter camponês, como uma extensão da Associação dos Trabalhadores Rurais. Com a conquista do título das terras, era intuito do movimento dar continuidade ao que já se traçava dentro da Associação, de forma ampliada, autônoma e abrangente à toda região do entorno e sob a mesma lógica de produção e estilo de vida desenvolvida pelos camponeses. Sob esse contexto se elegeram líderes do movimento de luta à cargos políticos na região assim que ocorreu a emancipação de Formoso, exemplo de Dirce Machado também eleita vereadora e Bartô, prefeito, a fim de se construir um governo legitimado pelos posseiros e camponeses da região. “O interesse era colocar gente da gente pra administrar o município. Essa era a intenção antes do Golpe Militar, prova disso foi quando colocou o Bartô como prefeito nomeado e depois ia se colocar outro votado, mas como nossos companheiros correram, pôs um militar”, conta Cosme.

Desse modo, a ditadura militar significou a desestruturação de um plano de continuidade e desenvolvimento projetado pelos camponeses.

“Às vezes, muita gente não sabe: quando eles municipalizaram a cidade de Formoso, eu ia ser candidato a vereador de lá [...] Quando eles municipalizaram, a eleição era para o mês de junho e a Revolução veio em março. Aí, suspenderam o direito de todo mundo que era para ser candidato e suspenderam o meu também [...] Nós poderíamos ter sido os prefeitos de Formoso, porque os prefeitos foram interinos, depois, quando íamos nos candidatar, apareceu [a Revolução]”

(Depoimento concedido por Francisco Ataíde de Carvalho durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Mais do que isso, arrisco dizer que esse processo político promoveu o silenciamento e/ou apagamento dos avanços e sinais de desenvolvimento vividos durante os tempos de Associação, no qual a autonomia de um movimento camponês perante o Estado pareciam ameaçar a construção de uma memória uniforme e nacional almejada por um regime de força militar.

Em uma das minhas inúmeras conversas com Sr. Chiquinho Ataíde, ele me surpreendeu com uma história. Uma suposta compra de terras feita pela Associação que teria sido anexada à região e que depois do Golpe Militar teria sido revogada e desanexada. Eram sinais de prosperidade que, com o governo militar foram, de alguma forma, sendo apagados. Tudo isso era inaceitável naquele momento político.

“Apareceu um agrimensor em 1963. A Associação de Trombas comprou essa área de Trombas e a área de Formoso. Com aquela história, Trombas dominou Formoso. Comprou a área, quando foi em determinado tempo, veio a Revolução [...] nós pensamos que íamos mandar aqui quando requeremos a área, pensamos que íamos ficar, mas aí não sabíamos que a Revolução vinha e nos poderia” (Depoimento concedido por Francisco Ataíde de Carvalho durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Segundo Chiquinho, essas áreas de terra anexadas a Trombas e Formoso eram do Estado, compradas pela Associação. No entanto, com a instauração do Golpe Militar, foram obrigados a devolver ao Estado. “Ele [Armando Ribeiro, presidente da Associação na época] foi lá e assinou para o exército a doação disso aqui para o Estado”.

É importante frisar que a Associação dos Trabalhadores Rurais assumiu papel centralizador e gerenciador na vida social, cultural e política da região. Mesmo depois do fim da resistência armada e da demarcação e titulação das terras, a Associação exercia função institucional, na qual detinha poder e certo controle sobre o grupo camponês e vislumbrava continuidade e reprodução do seu modo de organização camponesa para instâncias governamentais do local.

Chiquinho Ataíde foi testemunha ocular da Luta e, também, participante dela. Ele não tinha posse na época em que iniciaram-se os conflitos, mas trabalhou para um dos posseiros e logo comprou o direito de posse. Ingressou na Associação, em 1958, aos 18 anos e integrou a tesouraria da entidade. “Tomei posse da Tesouraria da Associação e fiquei até a Revolução. Na Revolução, não foi que eu tenha saído, mas eu fui obrigado a correr. Eu e ela [a esposa] aí fomos obrigados a esconder no mato por dias, junto com meu pai e meu sogro”.

O processo da ditadura militar provocou uma política de ocultamento da memória do evento camponês de Trombas e Formoso que, de alguma forma, justifica aquele meu antigo estranhamento com a ausência dessa narrativa, uma memória que, até então, parecia ser esquecida e que, mediante atual pesquisa, é preciso reconsiderar tal “classificação”. No entanto, esse factual e atual “desconhecimento generalizado” do evento político camponês, possui uma origem, mas também, possui marcas e rastros de uma tentativa de silenciamento.

3.3 A Vila Dourada

Não demorei para me deparar com uma dessas marcas e rastros deixados pelo tempo, já que em minha insistente busca pela origem do nome “Trombas”, descobro a existência de um outro: “Vila Dourada, não sabia?”, me interroga Jane, a manicure de Dona Carmina, que durante a pesquisa de campo, de tempos em tempos, me surgia como um ponto de interrogação a fim de levantar questões ainda não abordadas - isso se tornou algo recorrente ao longo do meu trabalho. Jane não pôde dar muitos detalhes, por desconhecê-los. No entanto, me estimulou, incoscientemente, às buscas por novos rastros a partir da pista por ela deixada.

José Rodrigues, que conta com o status de historiador local da cidade – fez um esboço de um livro o qual reúne parte da história da região – e ainda é neto do primeiro morador de Trombas, Antônio Cândido - explica a razão e origem dos nomes:

“Trombas tem este nome porque às margens da nascente do Córrego de Trombas existe um morro com o formato de uma tromba de elefante. Devido a este formato, eles colocaram o nome de Trombas. Quando Trombas começou a ser povoada, a população foi aumentando, eles queriam colocar o nome da cidade de Vila Dourada devido àquela grande serra” (Depoimento concedido por José Rodrigues durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Como era de se esperar, muitas versões surgiram em torno do possível nome da cidade e poucas pessoas souberam me relatar, com muita certeza, sobre a origem do mesmo, quando surgiu e quem o propôs. Segundo José Rodrigues, a ideia de mudança de nome teria aparecido em 1988, com a emancipação de Trombas, porém, não houve aceite da população. Sr. Arão também partilhava da mesma opinião. “Eu não fiquei sabendo como eles criaram esse projeto para chamar Vila Dourada, só sei que o povo não aceitou e continuou chamando Trombas mesmo”.

Tudo levava a crer que o nome Vila Dourada teve pouca repercussão e que não contou com a aprovação popular, o que contribuiu para a manutenção do nome já conhecido e disseminado como Trombas.

“Eu me lembro disso muito bem porque eu participei ativamente. Na época, eu ouvi algumas pessoas, houve essa cogitação de colocar o nome Vila Dourada. Mas, pelo que eu me lembro, isso foi tão insignificante que não rendeu, não cresceu. Tudo de Trombas constava como Trombas: escrituras de lotes de terras, endereços. Então já estava consagrado, não fazia sentido. Eu fui um dos que foi contra mudar o nome, deveria continuar Trombas. Eu não me lembro de nenhuma reunião com lideranças para falar disso – se tivesse tido, eu teria participado. Não teve nenhuma consulta ao povo, nem falada, nem escrita, nada. Eu acho que o nome Trombas se consagrou e pronto. Alguma coisa saiu, eu ouvia algumas pessoas comentarem. Mas quem teve a ideia, quem falou, não apareceu. As pessoas que eu ouvi falarem estavam questionando contra. Eu não ouvi nenhuma pessoa dizer “deve ser Vila Dourada!”, defendendo esse nome. Nem sei direito de onde surgiu a ideia, mas teve este comentário” (Depoimento concedido por Antônio Pereira da Costa durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Antônio é filho de José Pereira da Costa, mais conhecido como Nazaré, na época membro da Associação e participante da Luta dos posseiros. É também professor e diretor de um dos colégios da cidade e acreditava na passageira existência do nome *Vila Dourada* enquanto proposta (mal-recebida) durante o processo de municipalização de Trombas, na década de 1980.

Já estava quase abandonando a questão nominal da antiga vila enquanto pista etnográfica, até que em uma dos meus encontros corriqueiros com Sr. Filadélfio Ferreira dos Santos, também participante da luta dos posseiros – costumava almoçar em sua casa em minhas idas à Formoso – mostrou-me seu título de eleitor, o qual constava como local de filiação “Vila Dourada do município de Formoso”, sob a data de 11 de julho de 1974, um ano antes da distritação de Trombas, em 1975. Outro registro documental que contrapunha a maioria das narrativas orais era o documento de Lei de Criação do Município de Trombas decretado pela Assembléia Legislativa de Goiás e sancionado pelo então governador do estado de Goiás, Henrique Santilho. “Fica transformado em Município, com o topônimo de Trombas, o atual Distrito de Vila Dourada do Município de Formoso, deste Estado, dentro dos seguintes limites, divisas e confrontações” (Documento Assembléia Legislativa de Goiás, 1988)³⁷. Tais documentos dariam indícios da existência anterior do nome Vila Dourada à emancipação, ou ainda talvez, uma legitimidade nominal que só ocorria em registros escritos de cunho oficial.

³⁷ Ver anexo 3.

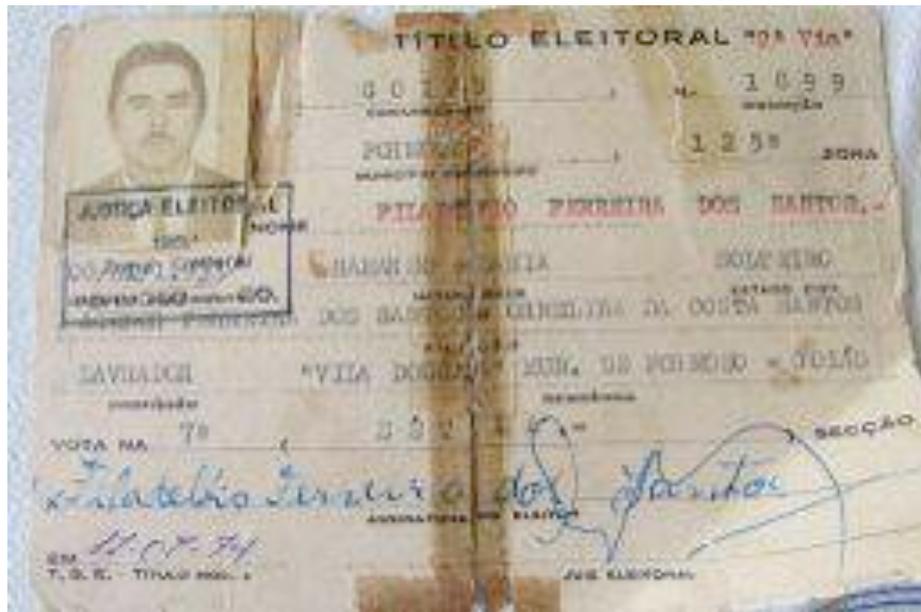


Figura 5: Título de eleitor de Filadelfio Ferreira dos Santos

A confrontação de dados documentais e narrativas orais de pessoas ligadas a duas gerações distintas relativas a história da região - ou seja, pessoas que viveram o tempo da Luta e seus descendentes nascidos nesse período ou da ditadura militar - refletem a fragmentação da memória histórica do local e mesmo sendo difícil chegar a uma ideia de verdade sobre a questão nominal da cidade - o que não é interesse desta pesquisa de caráter antropológico - fica bastante evidente o embate simbólico entre um discurso de registro oral e de vertentes populares frente à um discurso de registro escrito de caráter oficial ou, talvez, “oficioso”.

Segundo Portelli (2002), as duas memórias entram em choque no passado, a partir do momento em que são ideológica e culturalmente mediadas e que são traduzidas neste construto político e narrativo que, muitas vezes, se tornam parte do senso comum ou que se encontram até mesmo fora dele. No caso do evento político de Trombas e Formoso, esse construto se deve às influências políticas e culturais externas que incidiram sobre a formação narrativa da origem da cidade depois da ditadura militar ou ainda durante a sua vigência, já que ela se dava em um cenário de restrições e de outras mentalidades chegando na região, já que boa parte dos camponeses ligados a Associação fugiram e abandonaram suas terras.

Ainda nesse sentido de confrontação e embate simbólico das memórias, é possível pensar nessa mudança nominal relacionada a um desligamento das pessoas da cidade com a história de origem da mesma, como uma tentativa de se apagar, “limpar” da história do lugar a fama de ser o “berço dos posseiros”, “lugar de sangue e de conflitos” e sua ligação com a

figura de José Porfírio, que oscilava entre o herói e o bandido. Chiquinho afirma que o nome da vila sempre foi Trombas e manteve-se assim por muito tempo. O nome *Vila Dourada* teria sido um tentativa de se destruir marcas de um passado.

“Alguém queria tirar esse nome de Trombas para não deixar na História. Não queriam deixar na História uma cidade terrível. Então, colocaram Vila Dourada. Nós chegamos a escrever como Vila Dourada [...] mas o nome de Vila Dourada não pegou, porque Vila Dourada ninguém conhecia. Mas, naqueles tempos, em todos os lugares do Brasil conheciam Trombas e Formoso” ((Depoimento concedido por Francisco Ataíde de Carvalho durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

A proposta de mudança de nome, segundo Chiquinho, teria ocorrido depois de 1964, contendo registros em documentos oficiais que indicavam o nome Vila Dourada já na década de 1970. Mesmo assim, independente dos desencontros de datas é fato que a proposta oficial não se sustentou em um âmbito popular. “O nome Vila Dourada não pegou, escreveram, taxaram tudo como Vila Dourada, mas não deram conta”, narra Sr. Chiquinho.

3.4 Lugares de memória

No entanto, mais do que um desligar-se da memória, é possível dizer que nesse espaço temporal da Luta de Trombas e Formoso pôde-se verificar uma política de apagamento empreendida pelo próprio corpo político da região, inclusive dos lugares de memória que se referiam, de alguma forma, a essa narrativa. Poucos e quase raros foram os espaços de memória deixados, de modo que muitos lugares foram destruídos, em sua grande parte tornando-se escombros de um passado.

Falar de memória é falar de tempo e espaço. Segundo Halbwachs (2006), essas são categorias embasantes para se compreender memória. Para o autor, o espaço funciona como linguagem social, na qual as estruturas de uma cidade, suas ruas, seus muros, suas praças fazem parte dessa prática. “As imagens espaciais desempenham esse papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras” (HALBWACHS, 2006, p.159). O lugar recebe a marca do grupo e o grupo do lugar. Lugares de memória tem por função social a perpetuação do “espetáculo da vida de antigamente”, quando esses lugares são destruídos, percebe-se a intenção de dissipar marcas de um passado, do desejo por um apagamento de memória.

A antiga igreja virou uma praça, o espaço onde ocupava a Associação dos Trabalhadores Rurais agora é uma garagem velha abandonada fechada, a casa de José Porfírio virou uma loja de tecidos, “então não tem quase nada que a gente passe e lembre”, lamenta Sr.

Arão. Não existem mais lugares de memória, “tudo foi destruído, a Igreja, a Associação, a casa do Porfírio. As autoridades nossa aqui que assumiram fizeram questão de acabar com tudo, não tem nada”.



Figura 6: Antiga sede da Associação dos Trabalhadores Rurais de Trombas e Formoso, hoje, uma garagem



Figura 7: Antiga casa de José Porfírio, hoje, um comércio



Figura 8: Antiga igreja da Vila de Trombas, hoje, uma praça

A tentativa de apagamento desses espaços de memória ou de se depositar valores neles deve-se, de acordo com De Certeau (1994), à ausência da prática narrativa. O espaço nunca é dado, é sempre construído e é o relato que o faz. “O espaço é um lugar praticado. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito (DE CERTEAU, 1994, p.202).

Desse modo, só se é espaço quando vivenciado, quando as subjetividades estão ali implicadas e a narrativa, o relato, caracterizados como prática desse lugar. Os relatos assumem, portanto, um trabalho que incessantemente transforma lugares em espaços ou espaços em lugares. Então, a igrejinha que virou praça, a Associação que virou garagem, os piquetes hoje já destruídos seriam vivenciados de alguma forma pela atual população de Trombas? Talvez os limites narrativos tenham esbarrado em algumas lacunas encontradas nessa história.

3.5 As fugas e mudanças

O movimento de luta popular desenvolvido em Trombas e Formoso foi sumariamente desmantelado, perseguido e abafado pelo regime militar, ao ser considerado pelo Estado ditatorial, uma organização de atividades comunistas e subversivas, como descreveu o jornal

O Estado de São Paulo (09/02/1964) no artigo *A subversão e a convivência oficial*, no qual analisa e descreve o movimento camponês como “movimento subversivo”, citando Trombas como um desses pontos, relatando a localização de armas de alta periculosidade e de origem soviética e referenciando-o à ligações comunistas.

O Golpe Militar de 1964 inaugura na região de Trombas e Formoso, o período de “caça às bruxas”, no qual se empreendeu as perseguições regidas pelo governo ditatorial militar em vigência, a fim de reprimir qualquer ação julgada “subversiva”. A Luta dos camponeses da região foi facilmente associada ao caráter de subversão, gerando intensas fugas e abandonos de terras por parte dos camponeses ligados a Associação. O Golpe Militar representou, nesse momento, um marco, um limite histórico cultural na região, ou ainda o que Catela (2001) chamou de situação-limite, ou seja, o “fenômeno que tenciona e descortina os princípios básicos de organização de uma sociedade. Uma dessas situações extremas é a ação de violência política destinada a segregar e neutralizar amplos setores da sociedade.”(CATELA, 2001, p.24)

“Chegou a um ponto, foi quando nós acabamos de concretizar as escrituras de terra e tudo, aí veio a resposta do Golpe Militar, condenou aquilo, o trabalho que nós fizemos, colocou aquilo como uma coisa subversiva. Aí a ditadura achou por bem nos perseguir, nos procurar, nos prender e torturar”(Depoimento concedido por Cosme Ribeiro Santana durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

As fugas e abandonos de terras mediante o cenário de perseguições e repressão militar promoveu o que Sr. Chiquinho Ataíde chamou de “esvaziamento da zona rural” da região de Trombas e Formoso. “A única coisa que é responsável pelo esvaziamento do pessoal da zona rural foi a Ditadura, aqui.” A região vivia um processo de desenvolvimento que foi interrompido pelo clima de tensão que se instaurou na vila, o qual promoveu um processo de mudança e transformação que refletiria, sobremaneira, na atual configuração política, social e cultural das cidades e, principalmente, na forma como suas histórias seriam lembradas e contadas.

“Trombas estava iniciando, era uma vila, mas estava bem estruturada. Daí quando veio o Golpe, acabou. Muita gente que morava aí, vendeu tudo. Então eu acho que 90% do pessoal que existe hoje em Trombas, não tem 10% que seja do povo daquela época. Mas mudou tudo, são outras famílias. Umas desapareceram, outras mudaram. Surgiu outra Trombas, mas já criada por outras pessoas [...] Os prefeitos que surgiram não se interessaram pelo passado. Contar a história de Trombas, para eles, era uma coisa banal, a história de Trombas acabou” (Depoimento concedido por Arão de Souza Gil durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

A história da origem de Trombas é coincidente a história do evento político de Trombas e Formoso, no entanto, elas são descoladas ou simplesmente ignoradas quando há uma ausência de correspondência entre quem viveu e quem recebeu essa história, motivada sobretudo, pela escassez de narradores e das mudanças culturais. O contexto de memória de participantes do evento que compreende o entrelaçamento da história da luta camponesa e a formação da cidade de Trombas destoa do contexto de memória daqueles que a receberam, ou seja, os herdeiros dessa história. Nessa diferença intergeracional, muitos desconhecem essa ligação ou, muitas vezes, a ignoram, o que demonstra outros níveis de significância simbólica.

O momento político caracterizado pelo regime militar, iniciado nos anos de 1960, desencadeou uma série de transformações sócio-culturais na região, de forma irreversível e determinante para atual configuração da memória da Luta. As memórias pouco ou nem sempre partilhadas, devem-se a dois processos decorrentes da ditadura militar: o *silêncio* motivado pelo medo e repressão empreendidos na região e a *mudança cultural* promovida pelas novas mentalidades que adentraram a região, viabilizada pelo novo fluxo migratório iniciado depois de 1964. Estas novas mentalidades nem sempre estavam ligadas ao contexto de luta ao qual se referia o passado da região.

O processo de partilha de memórias - ou seja, a produção de narrativas faladas ou escritas sobre o passado - forma um quadro de significado que quando contado, dá identificação ao grupo (FRENTESS&WICKHAM, 1992). A experiência memorialística da Luta de Trombas e Formoso não atingiu um nível de partilha de maneira que o significado criasse uma identificação total entre narradores e seus herdeiros. Uma memória quase em vias de ser socialmente esquecida, já que o processo de transmissão de tradição é quebrado por qualquer vicissitude local, “com as transformações sociais, as tradições perdem o seu significado e mudam, ou simplesmente desaparecem”(FRENTESS&WICKHAM, 1992, p.126).

Depois do Golpe militar de 1964, inicia-se em Trombas e Formoso um cenário de mudanças e transformações sociais, culturais e políticas, não só por conta das fugas e abandonos de terra, ocasionando um esvaziamento social em decorrência das perseguições, mas marcado também por um intenso fluxo migratório de pessoas oriundas, sobretudo, de São Paulo e Ceres, a fim de comprar terras a preços irrisórios, já que muitos camponeses com receio das prisões, vendiam às pressas suas posses por valores insignificantes ou simplesmente, as abandonavam. “Aqui tinha um ditado interessante, eu acho que ele é muito Trombas. Os paulistas diziam: “Eu vendo uma égua em São Paulo e compro uma fazenda em Trombas”, contou Antônio.

Antônio conta que ao final dos anos de 1960 e começo dos anos 1970, chegaram muitos migrantes na região em busca das terras baratas deixadas pelos antigos posseiros, estes não viam mais perspectiva de vida no local, mediante o clima de medo e tensão instaurado na vila. “Vieram muitos paulistas e, depois, teve a tal da “descolonização” da CANG de Ceres. Eles vendiam a glebinha de cinco alqueires que eles pegavam lá na época e aqui compravam dez, vinte, trinta alqueires”, explica Antônio.

Esse pessoal que veio de Ceres, da colônia, eu me lembro de muitas famílias que hoje estão aqui na elite trombense e vieram com crianças do tamanho que eu era na época. Eles vieram com uma geração e já têm uma segunda. Isso foi só distanciando a identificação, a raiz, porque esse pessoal de Ceres trouxe qual imagem de Zé Porfírio? Que era valente, matador, bandoleiro. É essa a imagem que eles trouxeram e que chegou lá pela Máquina da Ditadura Militar, da Guerra Fria. Essa imagem chegou neles, eles vieram para cá com essa imagem do Zé Porfírio e assim passaram para os filhos e para os netos. Os paulistas vieram com a mesma ideia. Engraçado: como vem uma pessoa lá do norte de São Paulo e chega aqui com a mesma ideia de quem veio de Ceres? Para você ver o poder que teve a Ditadura financiada pelos Estados Unidos, e chegou aqui com essa força. Eles chegaram aqui, encontraram um monte de trombense amordaçado, morrendo de medo de falar o nome do Zé Porfírio e a palavra comunista (Depoimento concedido por Antônio Pereira da Costa durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Muitas vezes a negativização investida a Luta dos posseiros da década de 1950, no caso para esses novos migrantes, tinha a ver com desconhecimento com relação ao movimento político camponês da região. “Depois disso [o Golpe Militar] veio muita gente e muita gente que não sabe nem desse caso. Vê contar assim, mas não sabe do fundamento. Muita gente pensa que o Zé Porfírio era cangaceiro. Pegava gente pra matar, mas... muita gente tem isso na cabeça e não é”, conta Sr. Filadélfio.

A chegada de pessoas distantes do plano político e social que vinha se concretizando na região, trouxeram outras formas de pensar e outros modos de produção que, de certa forma, demoliram quase que por completo a estrutura organizacional e produtiva investida na região pelos posseiros através do trabalho da Associação. Foram muitos os relatos de camponeses que conheceram fazendeiros que compraram posses e mais posses nas redondezas e que mudaram as formas de produção das pequenas propriedades que vinham se firmando ali desde o tempo dos posseiros. “Depois da Revolução em diante, venderam tudo. Minha terra na região do córrego do Sapato fica rodeada por terras de um grande proprietário conhecido como Doce”, contou Sr. Chiquinho Ataíde.

O tempo de fartura tanto lembrado pelo camponeses - que deu-se antes da “Revolução”, como denominavam o período do Golpe Militar de 1964 – acabou quando substituído por essa nova estrutura. “[Os posseiros] foram vendendo, saindo. Venderam

baratinho. Por isso, a cidade deixou de crescer, porque as pessoas que produziam não produzem mais. Nós vendíamos arroz naquele tempo, não tinha onde colocar, nós colocávamos nas calçadas” dizia Chiquinho que assim como Cosme defende o cultivo e o cuidado da terra. “Hoje mais é gado, é leite, naquele tempo era produção da terra” conta Cosme.

No entanto, não foi somente uma lógica de uso de terra que mudou, mas uma lógica cultural que se desfez em favor de outra, além de novas configurações sociais na região que implicaram ainda nas relações intergeracionais, nem sempre ligadas ao passado transcorrido naquele lugar.

“A terra saiu do pequeno e passou pro grande e onde tinha uma terra com 40 posseiros dentro dela, ficou um fazendeiro sozinho. Então, claro que a produtividade diminuiu também, porque a função dele não é lavrar a terra é comprar a terra e nela ficar, crescer, vender e comprar outra e comprar gado e tudo, mas aquele sistema do homem do campo foi o melhor, foi o que mais deu aquele reflexo assim de produção” (Depoimento concedido por Cosme Ribeiro Santana durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Ao pensarmos os diversos sistemas culturais e a pluralidade de modos de compreensão de mundo, só se torna possível o entendimento dos efeitos de um evento e as mudanças à ele ligadas a partir das significâncias, sentidos e esquemas simbólicos de cada universo cultural. “O evento é a interpretação do acontecimento e a interpretação varia” (SAHLINS, 1990, p.191). Nessa perspectiva, fica evidente o confronto simbólico que se instaura frente à noção do evento quando visto pelos olhos de quem viveu diretamente o passado e por quem o recebeu no presente. Sahlins (1990) insiste que a “possibilidade do presente vir a transcender o passado e ao mesmo tempo lhe permanecer fiel depende da ordem cultural quanto da situação prática” (SAHLINS, 1990, p.189). Enquanto elemento simbólico, a memória do evento de Trombas e Formoso está envolvida em vários contextos culturais e a articulação desses contextos pode variar de um momento para outro, de uma pessoa para outra ou de um grupo de pessoas para outro.

3.6 Aspectos políticos de transição

Em Trombas deparei-me com algumas histórias que falavam de um corpo político em Formoso alinhado à ditadura militar e que colocou-se como entrave no processo de emancipação da antiga vila. Uma emancipação tardia que me parecia estranha ou no mínimo

curiosa, já que coincidiu com o ano em que se concluiu o processo de abertura política³⁸, em 1988. Algo que me fazia retomar e repensar no seu lugar no passado intensamente marcado pela ditadura militar e que viria marcar a história do local mesmo passados mais de vinte anos do Golpe Militar.

Em anos anteriores à emancipação de Trombas, mais exatamente em 1963, Formoso sofreu o mesmo processo de emancipação, no entanto, em uma conjuntura política favorável, tendo José Porfírio, um dos líderes do movimento, como deputado estadual, eleito um ano antes; os títulos das terras já nas mãos dos camponeses e legalizados pelo Estado, processo iniciado em 1961; e ainda sob um governo goiano aliado, dirigido por Mauro Borges.

Nessa época da emancipação de Formoso, foi criada uma estrutura política na cidade que era composta por câmara, prefeitura, órgãos públicos, fórum e etc. “Muitas pessoas que tinham certa influência ou conhecimento de caneta e moravam em Trombas foram para Formoso - inclusive o Felipe Cardoso [primeiro prefeito eleito de Formoso], o Ivo Rabelo e outros comerciantes com a visão mais aberta”, explicou Antônio. A chegada dessas pessoas em Formoso promoveu, segundo Antônio, a entrada de outras pessoas vindas de fora como, advogados, pessoas que contribuíram para a criação de uma elite letrada dentro no novo município.

Após o Golpe Militar, essa elite teria sido pressionada pelas forças do governo, inclusive Felipe Cardoso, o Felipão, o qual foi preso, já que, de certo modo, enquanto prefeito eleito pelos posseiros, em sua maioria, teria sido ligado a eles e, conseqüentemente, suprimido enquanto liderança naquele momento político. Essas pressões fizeram com que essa elite se reposicionasse mediante o novo cenário político da região, isso porque perceberam que, à exemplo dos líderes do movimento e alguns membros da Associação, não seria admitido nenhum tipo de dissidência ou resquícios de um tempo denominado de subversão. Nesse contexto, a elite de Formoso e, conseqüentemente, o corpo político da cidade alinhou-se às diretrizes impostas pelo regime militar, o que sufocou, sobremaneira, qualquer tipo de autonomia que pudesse vir a desenvolver na vila de Trombas, inclusive e, principalmente, sua emancipação.

³⁸ Processo em que pôs fim no período de ditadura militar no Brasil, tendo início em 1974 e fim em 1988, com a promulgação da nova Constituição. A lei de Anistia ocorre nesse meio tempo em 1979.

“Quando percebeu que as forças do governo eram massacrantes, era um rolo compressor, então a elite pulou de lado. Aquela elite política de Formoso aliou-se à Ditadura e ao Governo do Estado e passou a vigiar Trombas. Essa elite tinha, aqui dentro de Trombas, compadres, afilhados, amigos de muito tempo, parentes, mas vigiando a serviço do Governo do Estado - que estava a serviço do exército e do Governo Federal. Eles vigiavam Trombas. Vinham aqui, faziam festa, traziam luz/energia, algo qualquer para o povo, eram endeusados, mas na verdade estavam vigiando. A elite de Formoso pisou na nossa emancipação [a de Trombas] a serviço do Governo Militar até quando veio a Anistia” (Depoimento concedido por Antônio Pereira da Costa durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

O investimento em uma política de controle exercida sobre Trombas por meio do corpo político formado no momento da ditadura militar fez com que por anos se retardasse sua municipalização. Em uma conversa com um dos camponeses ainda vivos e na época da resistência com forte participação política na Luta de Trombas e Formoso – que preferiu não se identificar - foi possível compreender melhor essa justaposição de condutas de políticos da região à concepções empreendidas pelo regime militar. Para ele, “Felipão, Anicésio, Nelim não queriam emancipar Trombas, porque eles queriam tirar a fama de Trombas, isolar e apagar essa história de luta da cidade”. O camponês se referia à Felipe Cardoso, primeiro prefeito eleito em Formoso entre os anos de 1967 e 1970; Anicésio Afonso de Miranda, prefeito entre 1971-1974, e Manoel dos Anjos Gomes, entre 1979 – 1982, gestões que coincidentemente cumpriram quase todo o processo da ditadura militar.

É difícil medir as proporções de influência de um regime militar no país, mas seu caráter totalitário pode inferir em várias formas de reação frente ao sistema ditatorial, inclusive à de alinhamento por medo ou por comodismo, o que me levou a crer em uma conjuntura política na região acomodada e amedrontada pela ditadura militar. O caso de Felipão é bastante imponente, nesse sentido, já que mediante a situação política em vigência deixou de ser aliado daqueles camponeses, alinhando-se a ditadura militar e filiando-se a UDN³⁹. “Ele já era prefeito eleito, teve que fazer isso para desenvolver. O governo não ia abrir mão de uma pessoa com aqueles princípios. Supondo que ele quisesse continuar com aquele ideal político passado”, explicou Dedé.

³⁹A União Democrática Nacional foi fundada em 7 de abril de 1945 e caracterizou-se essencialmente pela oposição exercida contra o governo de Getúlio Vargas. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional. “O partido apoiou o movimento político-militar de 1964 e ficou marcado pela vinculação com os militares e as aspirações das camadas médias urbanas, identificando-se, também extrapartidariamente, com o udenismo. Expressão de mentalidades e estilos de ver e fazer política, o udenismo caracterizou-se pela defesa do liberalismo clássico, o apego ao bacharelismo e ao moralismo e o horror aos vários “populismos”. Em termos de imagem pública a UDN e o udenismo sempre provocaram polêmicas: o “partido dos cartolas” ou o “partido dos golpistas”, por um lado; o “partido dos lenços brancos” e o “partido da herança liberal”, por outro” (Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>)

3.7 O desligar de uma memória

Novamente volto-me à Jane ao entender que meu inculcamento com sua declaração - “Trombas é uma cidade esquecida” - começava a ser aliviado depois de um certo tempo de investigação. Na verdade, não havia ali um processo de esquecimento de memória, mas seguramente, uma interrupção memorialística promovida por um silêncio ensurdecedor, que deixou marcas e consequências que pareciam nos enganar e nos conduzir a ideia de esquecimento. No entanto, uma história existia ali e era possível encontrar vestígios dela. De alguma maneira, a história de luta vivida em meados dos anos de 1950, não desligava-se por completo da história das duas cidades.

O nome de José Porfírio - líder camponês do movimento e ex-deputado estadual - estava lá, em letras garrafais pintado no muro branco do colégio que recebia o mesmo nome; alguns camponeses que participaram da luta e/ ou foram membros da Associação ou ainda testemunharam o evento, viviam ali e falavam sobre o assunto, mesmo que esporadicamente; os moradores ainda que vagamente, também conheciam e comentavam a história de luta na região, mesmo que personificada na figura de José Porfírio - no próximo capítulo abordarei de forma mais delongada a questão simbólica e quase mitológica que envolve José Porfírio.

Enfim, a narrativa não estava morta, mas dava indícios de que os mecanismos de memória que por ela perpassavam, incidiam sobre a forma como as pessoas interpretavam e/ou lembravam do evento. O que era, a priori, somente uma impressão de um possível desligamento com a memória do evento por parte da própria população de Trombas se confirmava em cada novo diálogo com sujeitos dessa memória. Sentia-se da parte de quem participou dessa Luta e ainda vivia na cidade de Trombas ou em Formoso, um desvalor, um não-reconhecimento por parte das gerações que o sucederam, o qual relacionam muito menos com o silêncio ao qual foram obrigados a fazer - e do qual falarei com mais profundidade mais a frente - mas a ausência de vínculos entre quem recém chegava na região e que deu origem a gerações que perpetuavam esse desligamento com a história de origem da cidade.

Sr. Arão, participante da Luta de Trombas e Formoso e irmão do líder camponês José Porfírio, considera a história do movimento de luta dos posseiros pouco reconhecida na região, isso porque “a metade do pessoal já veio de outros lugar, outras pessoas, com outros pensamentos diferentes, então [a história] não é muito influente não”, explica Arão. Por outro lado, parece acreditar em um reconhecimento externo que se desdobra e que, de algum modo, parece vir a despertar interesse, sobretudo, nos jovens da cidade, já que são de alguma forma requisitados, externamente, por essa história.

“Poucas pessoas até as vezes admira a gente, mas é igual aquele ditado que minha mãe sempre dizia, que santo de casa não faz milagre. Então o povo não dá muita importância, muito valor na pessoa de vir e ter participado, pra uma pessoa reconhecida como já sou hoje. Mas mais o pessoal de fora dá mais credibilidade na gente e mais atenção, admira mais que próprio pessoal da cidade da gente”. (Depoimento concedido por Arão de Souza Gil durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

A vinda de pessoas que pouco se ligavam a essa narrativa e que mal tinham interesse em conhecê-la, vem a confirmar o que Frentress e Wickham (2002) dizem sobre a formação da memória social, já que ela só se dá quando há significado para o grupo que recorda. No entanto, “a maneira como esse significado se articula não é simples. Demos nossa atenção ao contexto narrativo como orientação para a estruturação e, portanto, para a fixação, das formas de memória” (FRENTRESS&WICKHAM, 2002, p. 112). Desse modo, o contexto narrativo da história do movimento político de Trombas e Formoso demonstra complexidade e, em determinados momentos, certo repúdio ou repulsa ao que essa memória vem a dizer a quem não se considera parte dela.

“A história só é bonita quando você conta pra alguém de fora porque os que ficaram aqui mesmo, eles repudiaram, ter a presença muitas vezes da gente, mas se não fosse a gente eles não tavam aqui [...] Porque assim, eles [os que chegaram na região depois de 1964] acharam que não foi nada, quer dizer esses que chegaram e fizeram as grandes fazendas, acharam que foi por acaso, que existia aquilo ali [as terras e a própria Vila]” (Depoimento concedido por Cosme Ribeiro Santana durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013)

Para Frentress e Wickham (2002), a memória é um dos seus principais elementos constitutivos da identidade social e um dos mais claros guias para a sua configuração. Mas e quando a identificação parece não ocorrer? Como eles são recordados? A transmissão da tradição é quebrada por qualquer vicissitude local, por vezes, quando é demasiado difícil suportar, é melhor esquecer – embora a derrota, quando heróica, seja com frequência comemorada - outras vezes, com as transformações sociais, as tradições perdem o seu significado e mudam, ou simplesmente desaparecem. A facilidade em se recordar está em sua possibilidade narrativa, porém o evento político de Trombas e Formoso parece não caber nas formas narrativas do grupo social ao qual ele se relaciona, ou pelo menos apresenta entraves para que a expressão narrativa aconteça.

3.8 Medo, trauma e silêncio

O Golpe Militar talvez seja o maior dos entraves no contexto narrativo de Trombas e Formoso, sendo responsável por uma interrupção no narrar dessas histórias e fazendo com seus próprios protagonistas se calassem frente a qualquer possibilidade de expressão de suas memórias. O silêncio caracterizou-se, nesse momento histórico, enquanto processo de experiências traumatizantes vividas em decorrência das perseguições durante o período da ditadura militar. Segundo Pollak (1989), em meio ao trauma, o silêncio emerge a fim de evitar a culpa entre as vítimas, acreditando que “em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranquila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar?” (POLLAK, 1989, p.4). E foi o que fez Dona Carmina, tomada pelo terror decorrente das inúmeras abordagens sofridas por tropas militares à procura de seu marido Nelson Marinho, membro da Associação e presidente de um dos Conselhos de Córrego. “O meu medo de falar, era trair as pessoas”, contou Dona Carmina.

O trauma e o medo eram sentimentos recorrentes dentre os camponeses que ficaram na região, depois do Golpe de 1964 e que se expandiu para toda população de Trombas e Formoso. A história da Luta e da organização camponesa que era natural no cotidiano das pessoas, passou a ser velada e entregue a categoria do proibido, do indizível, do vergonhoso. “Eu tinha tanto trauma, eu tinha medo de gente, tinha medo de falar as coisas. A gente pensava que tava fazendo alguma coisa errada porque quando a gente ficou lá a gente lutou muito, o pessoal ia pras trincheira, a gente até participava assim, de ajudar, levar comida, essas coisas pras pessoas”, contou Dona Carmina.

Dona Carmina desenvolveu, durante esse período – o qual Cosme nomeou de “período de assombro”- um medo excessivo, inclusive depois de passados anos da reabertura política e da ditadura militar. Falar com pessoas estranhas ou que a abordavam perguntando sobre o marido ou sobre a Luta era sempre um desafio de convencimento para quem queria saber mais da história. “Eu tinha medo da polícia, as vezes a gente falar uma coisa errada e prejudicar a pessoa”.

Um medo que perdurou por anos e projetava-se no presente. Durante meu trabalho de campo, conheci o Sr. Dionísio, foi o primeiro barbeiro de Formoso, tinha 91 anos, dos quais demonstravam experiência, sabedoria e muita lucidez. Apesar da sua vontade em falar e contar histórias, sua filha, Valdeni, recebeu-me com desconfiança. Parecia reticente quanto à minha pesquisa, expliquei da minha relação com outras pessoas da cidade, que já vinha

discutindo o tema há bastante tempo, tentando convencê-la de que o depoimento do Sr. Dionísio poderia contribuir para o estudo da memória da região. Prometi ocultar nome e mesmo assim, continuou se opondo, até que finalmente veio a declaração que justificava seu receio: “Tenho medo de voltar tudo o que ocorreu naquele período, o comunismo, vai que isso chega na Assembléia. Não quero o nome do meu pai nisso”.

Não insisti. No entanto, os dizeres de Valdeni pareciam-me sinalizar a perpetuação do medo e do assombro da ditadura militar na memória dessas pessoas. Mesmo estando em “outros tempos”, o medo do retorno, da volta de dias de repressão rondavam aquelas pessoas que “não tinha costume com essas coisas”, dizia Dona Joaquina, “tínhamos medo deles [policiais] chegarem e fazerem opressão com a gente na casa”.

Segundo Zé Gomes, “até hoje o povo tem medo!” Apesar de passados mais de 20 anos da ditadura militar, o medo ainda está vívido entre algumas pessoas, sobretudo, dentre os mais velhos, pessoas mais antigas nas cidades de Trombas e Formoso. Zé Gomes conta que certa vez, uma mulher em sua casa, disse: “Deus me livre, eu não quero falar disso, não. Depois colocam o nome da gente e eles vêm atrás”. O argumento de que o regime ditatorial findara-se e não existia mais, parecia não resolver frente a desconfiança do desconhecido que faziam-os se calar, quase nada era dito sobre aquela época entre essas pessoas. Para Zé Gomes, “nem todo mundo tem a compreensão que é uma coisa que já passou, acabou”. E me alertou: “Aqui tem gente que se você chegar e quiser fazer um trabalho desse, não faz”.

O trauma embutido à narrativa do movimento de Trombas e Formoso desencadeou um processo de silenciamento dessa história que veio a desaguar na forma como essa memória foi e está sendo constituída. Para Kidron (2009), o silêncio quando relacionado ao trauma “é discursivamente enquadrado como o enterro ou a repressão do discurso, o que resulta não da vontade pessoal, mas sim de natureza indizível de uma experiência que está além da narrativa” (KIDRON, 2009, p.7).

Antônio entende as consequências do silêncio provocado pelo Golpe Militar em sua vida e faz, inclusive, uma autoanálise da força desse silenciamento durante o regime militar que o colocou, mesmo com todo o conhecimento adquirido sobre a Luta, frente a “responsabilidade” de atuação enquanto filho dessa história.

“Trombas ficou mergulhada em um silêncio, uma exclusão e uma perseguição. Isso fez com que aquelas pessoas que ficaram em Trombas e não deviam nada ao governo, não tinham nada com o Partido Comunista e somente eram beneficiados como posseiros, mas não participaram ativamente, ficassem silenciadas de tal forma que os filhos deles que nasceram – inclusive eu, que fui vítima desse silêncio terrível – parecem ter se esquecido de preservar as coisas dessa época.” (Depoimento concedido por Antônio Pereira da Costa durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013)

Madalena, filha de Chiquinho também conseguia enxergar o vazio histórico provocado pelo silenciamento e estancamento de memória promovido naquele período, o que acabou esbarrando nas representações atuais sobre a história dos posseiros, ou ainda na ausência delas.

“Parece que por muito tempo as pessoas queriam esquecer, ninguém falava na história. Houve uma época assim. Na minha fase de adolescência, por exemplo, nós não ouvíamos falar na história de Trombas. Nós estudávamos sobre Goiás, sobre outras cidades, mas nada sobre Trombas. Na escola, quando eu estudei, não me falaram nada sobre essa história. Tem pouco tempo que a história veio [à tona], que as pessoas começaram a se abrir, começaram a falar – parece que todo mundo tinha medo; quem tinha sofrido, tinha sido maltratados, não gostava de falar; outros tinham receio - eu não sei do quê, mas tinham medo” (Depoimento de Maria Madalena Pereira de Carvalho Alcântara, filha de Francisco Ataídes de Carvalho, cedido durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Segundo Kidron (2009), um evento traumático cria uma ruptura no fluxo linear da experiência, de modo que qualquer tentativa de representação verbal será inerentemente uma forma de resistência narrativa. Pode-se dizer que o silêncio também costuma dizer algo já que são os traços desse indizível que formam a matriz experiencial da presença do história da Luta camponesa de Trombas e Formoso e de como ela se mantém viva nas relações e no cotidiano das pessoas, mesmo que no silêncio. A memória parece só existir quando narrada. Para De Certeau (1994) “o relato não exprime uma prática. Não se contenta em dizer um movimento. Ele o faz” (DE CERTEAU, 1994, p.156). Sendo assim, na prática da memória, o narrar se torna fundante para sua duração no contexto espaço-temporal. No entanto, é preciso compreender os dizeres que o silêncio também traz.

Para Pollak (1989), as fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em constante movimento. O autor compreende o silêncio enquanto uma tipologia de discurso, que mantém-se presente por sinais minuciosos, por alusões ou ainda por metáforas e se constrói em meio a angústia de não encontrar uma escuta – que tem a ver com as novas mentalidades formadas na região por pessoas oriundas de outros lugares e já em um outro processo histórico, que pouco se relacionava com a memória da Luta, o que não demandava interesse na “escuta” dessas lembranças e memórias – ou ainda de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos – o que tem a ver com o medo que ainda se arrastava pelo tempo dentre aqueles que participaram do movimento de Luta de formas distintas.

Desse modo, pode-se dizer que essa fronteira entre o dizível e o indizível “separa uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma

memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor” (POLLAK, 1989, p. 6). O vão entre essas memórias, fenômeno promovido pelo regime militar, exigiu dessas testemunhas, membros e narradores da história a criação de estratégias discursivas para a expressão dessas memórias, o que fez com que essas memórias se acomodassem de forma subterrânea até o momento certo para a emergência.

Isso porque, de acordo com Pollak (1989), o longo silêncio sobre o passado está longe de conduzir essa história ao esquecimento, “é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (POLLAK, 1989, p. 3). As lembranças dissidentes ainda são transmitidas cuidadosamente e, muitas vezes indiretamente, nas redes familiares e de amizades, esperando o que Pollak (1989) chamou de “a hora da verdade” (POLLAK, 1989, p. 3).

No mesmo sentido, Ricoeur (2007) recorre a Freud para falar do processo de recordação de lembranças traumáticas e acredita ser possível mediante à resistência em lembrar, o ato da repetição, sem mesmo se dar conta. No caso, uma compulsão de repetição e resistência, assim como a substituição da lembrança por esse duplo fenômeno. A lembrança seria substituída pelo ato. O paciente “não reproduz [o fato esquecido] em forma de lembrança, mas em forma de ação: ele o repete sem, obviamente, saber que o repete” (Ricoeur, 2001, p.84).

3.9 Transmissão do silêncio

Ao identificar o processo de desligamento e interrupção da memória da Luta de Trombas e Formoso, tendo o Golpe Militar como demarcador da ruptura narrativa do movimento político camponês e, ainda, como catalisador de transformações políticas e culturais na região, tornou-se quase inevitável buscar o nível de incidência deste desligamento sobre a memória de filhos e filhas daqueles que participaram do movimento. Desse modo, objetiva-se, nessa etapa, compreender como se deu o processo de transmissão de memória, sobretudo, dentre essas duas gerações: a que viveu diretamente o tempo da Luta e a geração que a recém sucedeu, ou seja, que nasceu durante o período dos conflitos ou ainda em meio ao processo da ditadura militar.

É importante dizer que as relações pessoais dentro do âmbito familiar indicam um importante referencial de análise no contexto memorialístico da Luta de Trombas e Formoso já que entende-se, aqui, a família como “principal canal de transmissão de língua, nome, terra

e habitação, posição social local e religião; além disso também valores sociais e aspirações, medos, pontos-de vista, habilidades domésticas, comportamento, atitudes de corpo, modelos de paternidade e casamento” (BERTAUX&THOMSON, 1993, p.1). Resultando, assim na condensação de experiências que caracterizam grupos sociais particulares, ou ainda, em um recorte cultural que é ofertado pela família (BERTAUX&THOMSON, 1993).

Além do fato da memória da comunidade estar em oposição ao mundo exterior, “pois é este um dos mais eficazes recursos de que um grupo social dispõe para reforçar a sua própria identidade social em oposição à de outros e é uma memória de que toda a gente participa, através das memórias pessoais e das tradições familiares”. (FRENTES&WICKHAM, 2002, p. 141)

Para Bertaux e Thompson (1993), a necessidade de transmissão entre gerações surge da necessidade em se sustentar, se manter tradições, mesmo com as constantes mudanças culturais. Desse modo, faz-se aqui, uma aproximação com o sistema de transmissão familiar, mais especificamente, em famílias que apresentam um significativo nível de aflição, de tensão, como é o caso dos participantes da Luta de Trombas e Formoso que viveram, de alguma forma, experiências traumáticas. Quanto as gerações, nesta pesquisa, elas são utilizadas como instrumento de análise em um contexto de culturas políticas e de história social, no caso, como “unidades de medida” (SIRINELLI, 2002, p.136).

O Golpe Militar de 1964 e, conseqüentemente, os traumas, dores e silêncios por ele incitado, provocaram o que Frentes e Wickham (2002) chamaram de “quebra” no processo de transmissão de tradição. “A transmissão da tradição é quebrada por qualquer vicissitude local; por vezes, talvez quando é demasiado difícil suportar, é melhor esquecer – embora a derrota, pelo menos se for heroica, seja com frequência comemorada; outras vezes, com as transformações sociais, as tradições perdem o seu significado e mudam, ou simplesmente desaparecem.” (FRENTES&WICKHAM, 2002, p.126)

Em meio ao processo de silenciamento, a transmissão de memórias e lembranças de tempos difíceis na região não se davam, e ainda não se dão, de forma tranquila e fluida entre as gerações subsequentes. Às razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer em meio às lembranças das feridas dos pais (POLLAK, 1989). Como foi o caso de Dona Carmina que quase não falava com os filhos e filhas sobre a Luta ou sobre o que a sucedeu, nos tempos de ditadura, com relação a perseguição e as prisões sofridas pelos marido.

“Eu não gostava de contar esses trem pra eles [...] quando meu marido foi preso, os bichinhos ficaram tão triste, eu tinha dó. Da vez que ele chegou da derradeira prisão. Eu lembro como hoje, o Arnaldo era pequeno, esse menino chorou tanto quando ele

viu o pai dele chegar, ele pensou que nunca mais ia ver né?! Chorou de felicidade, abraçava com ele” (Depoimento concedido por Carmina Castro Marinho durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

As narrativas sobre a Luta eram, e de algum modo, ainda são, veladas dentro do âmbito familiar, eram tidas como lembranças difíceis de serem lembradas e, assim, deixadas a cargo do indizível. Elas, em sua maioria, estavam relacionadas ao tempo da ditadura militar e ao período de desmantelamento da organização camponesa. Sr. Arão também quase não falava sobre os conflitos com os filhos, isso porque “não tem nada bom que a gente guarde de lembrança daquela época ou do passado, [...] como diz o ditado, eu não gosto nem de contar o passado da história, porque é ruim. Relembrar o passado é sofrer duas vezes”.

Desse modo, o silêncio, de alguma forma, foi transmitido e repassado a gerações subsequentes e, mesmo aqueles, filhos de camponeses, que vivenciaram o tempo da Luta foram ensinados e aprenderam a não falar ou comentar sobre o tema. Era um tempo no qual tudo era sussurado e que era preciso, em muitas ocasiões, mentir, dizendo a pessoas desconhecidas que seus pais estavam viajando ou não estavam em casa.

“Eu assisti muita cena, eu cheguei a ver ainda acho que 70 e poucos, eu tinha uns três, quatro anos, em 76 por aí, 77, meu pai ainda comenta, aparecia alguém, aparecia um carro, meu pai pulava por aquela janela ali do fundo, com espingarda na mão, corria, se escondia no mato. E a gente não sabia, minha mãe falava, minha mãe juntava todo mundo e falava “ó se perguntar pelo seu pai, você não fala nada, pode deixar que eu falo” e chegava gente e perguntava e minha mãe falava “não, ele não está mais aqui, tem mais de dois mês que ele viajou, não ta por aqui”. Eu ficava olhando aquilo, “por que será que minha mãe ta mentindo?” Eu sabia, dava vontade de falar, “eu vi meu pai pulando a janela ali agorinha”, mas aquilo a gente obedecia, falava que a gente não podia falar nada, ficava só escutando” (Depoimento de José Batista de Souza Gil, filho de Arão de Souza Gil, cedido durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Essa era uma forma de garantir a segurança da família e, é nesse momento, que as questões pessoais e familiares se uniam às questões políticas, as quais estavam envolvidos aqueles camponeses. O diálogo era restrito e os filhos pouco sabiam porque seus pais se escondiam ou tão pouco o que estava realmente acontecendo. De alguma forma, a falta de diálogo fez com que os filhos dos camponeses se acomodassem ao silêncio, o qual por muito tempo, foi mecanismo de defesa durante a ditadura militar, o que veio, posteriormente, a deixar resquícios sobre a produção da memória coletiva do evento. “Eu nem perguntava, porque esse pessoal tinha tanto medo da investigação que eles tinham medo de falar as coisas para nós. Eles tinham medo de que chegassem [polícia] lá para perguntar alguma coisa e nós

falássemos. Então, eles não falavam muita coisa para nós”, explicava Luzia, uma das filhas de Dona Joaninha.

"A gente aprendeu muito pouco. Hoje a gente sabe muito porque chegou a estudar, mas a gente não tinha um conhecimento verdadeiro da história, porque aí foi descobrindo que meu tio tinha uma função na luta deles, que era em prol de terra, que ele estava fazendo isso, pra conseguir um lugar pra morar, um lugar pra trabalhar. Mas o conhecimento da história era assim muito por parte dos pais que não conversavam muito" (Depoimento de José Batista de Souza Gil, filho de Arão de Souza Gil, cedido durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Nas narrativas dos filhos de participantes do movimento é perceptível o rancor, o trauma e a dor impressas em suas falas, o que justifica também e, sobremaneira, o amordaçamento da memória de anos de Luta e organização. É o caso das filhas de Dona Joaninha - Carmelita, Terezinha e Luzia - que contam com ressentimento sobre o abandono do pai - Raimundo Pereira Marinho - que fugiu da região quando decretado o Golpe Militar no país. Uma fuga que só veio a ter retorno 11 anos depois da Anistia política, em 1979.

Eu sei que foi muito triste [a história da Luta]. Foi muito triste, também, porque eu perdi o meu pai, ele saiu [fugiu], não quis voltar mais. Ele não foi embora estando separado da minha mãe, ela não quis acompanhá-lo. Nós sofremos muita repressão [discriminação] porque os filhos, principalmente a filha mulher, que não são criados junto com o pai, sempre tem gente que gosta de se aproveitar, a mulher fica muito mal vista e tudo é “porque não tem pai para corrigir”. Eu vivi muito medo, tive muita preocupação durante a minha infância de sempre andar direito [ser correta] para não ouvir esses comentários” (Depoimento de Tereza da Costa Marinho de Oliveira, filha de Joana Pereira Marinho, cedido durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Carmelita dizia não gostar do assunto da Luta e de falar do tempo dos conflitos, mas que com o passar do anos a história deixou de ser um tabu e começou a ganhar novas interpretações de sua parte.

“Eu não sei porque até hoje esse assunto pra mim... eu não gosto. A gente foi entendendo mais de ouvir falar e tudo mais, mas é um assunto que eu nunca gostei de tocar nele. Não, não gostava de maneira nenhuma. Aí depois que a gente entendeu melhor e soube separar os sentimentos, e soube que aquilo foi uma coisa que a gente tinha que esquecer e até porque toda vida eu sempre fui uma pessoa que gostei de ler muito, então eu começava a ler livros né? Sempre quando teve os livros, sempre foram me mandando, e aí que eu comecei a entender a história, mas não que eu perguntasse” (Depoimento de Carmelita da Costa Marinho, filha de Joana Pereira Marinho, cedido durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Para Konstan (2004) a construção do ressentimento é social, normalmente não está sobre o Outro, mas sobre o grupo, ou seja, extrapola o âmbito pessoal e atinge dimensões coletivas, o que pode ter conduzido Carmelita e Terezinha a um sentimento de indiferença e,

por vezes, repulsa à história do movimento de Trombas e Formoso, indo além do ressentimento provocado pelo abandono inferida a figura do pai, mas que tomava proporções sociais ao desenvolver desconforto com a história do movimento em sua totalidade, o que a fazia manter seu conhecimento sobre a história retida a si mesma. “Eu nunca consegui falar para os meus filhos de mim, do meu sofrimento, dos meus traumas, isso eu guardo pra mim”, declara Carmelita.

A indiferença à narrativa histórica da Luta era fortalecido pelo trauma e a dor causados pelo abandono do pai, pelas dificuldades enfrentadas e os episódios de sofrimento vividos. A forma breve, enfática e monossilábica com a qual Terezinha me respondia sobre o que a motivava a não falar mais sobre o tema ou o completo desligamento que atribuía à história da Luta e à própria história do município de Trombas, parecia sinalizar o desligamento que ela mesmo apresentava frente à narrativa.

“Maiara: Por qual motivo você acha que não toca mais neste assunto?”

Tereza: Esquecemos, o tempo nos faz esquecer. Faz muitos anos.

Maiara: Você acha que esta história foi importante para criação do município de Trombas e até mesmo de Formoso? Para esta região, em geral?

Tereza: Não, eu acho que não. Não.”

São objetos desse ressentimento, “virtualmente todo mundo”. Ou seja, não existe um objeto específico de ressentimento (Konstan, 2004). Nesse caso, o ressentimento da família de Dona Joanhina localizava-se na totalidade da Luta e em quase tudo que ela representava, apesar da confusão e misto de emoções que oscilavam entre o orgulho e o medo e o ressentimento, causando certo incômodo para expor e expressar lembranças desse período. “Isso, para mim, é passado”, insistiu Terezinha.

3.10 Entre o orgulho e o trauma – interpretações das lembranças de quem viveu direta e indiretamente o movimento de Trombas e Formoso

É inegável que a ditadura militar implicou em um processo de interrupção e não exercício da memória, fazendo com que boa parte das lembranças fossem colocadas em um patamar de “lembranças difíceis”, na qual sua prática demandaria uma superação de traumas e dores sofridas por quem as viveu. Entende-se, aqui, por um estímulo demandado, já que “lembrar-se é não somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, ‘fazer’ alguma coisa” (RICOEUR, 2007, p.71). Designa-se, assim, o fato de que a memória

precisa ser “exercitada” e quando não, ela se coloca em estado de latência profunda, que foi o que ocorreu até a promulgação da Anistia e da reabertura política.

No entanto, nesse *fazer lembrar*, há uma diversidade de formas de lembrança. É possível identificar dentre as narrativas de participantes da Luta, suas testemunhas e ainda filhos e filhas dos mesmos, uma linearidade mediante uma memória internamente dividida como bem colocou Portelli (2002), o que explicaria a complexidade de interpretações decorrentes da construção do passado desta história e, conseqüentemente, de sua memória. É importante considerar que as lembranças do tempo de Luta pareciam oscilar entre o orgulho e o trauma. Isso porque, ao mesmo tempo, em que os sujeitos consideravam a narrativa contada uma “história ruim”, “sem vitória”, reafirmavam seu valor histórico e sua força. “Valeu a pena porque eu consegui pelo menos esse pedacinho de terra pra morar, se eu não tivesse lutado pra conseguir eu era um sem terra também”, diz Sr. Arão.

Não de maneira dicotômica, maniqueísta e nem simplificada, é preciso levar em conta duas etapas no rememorar do movimento político da Luta de Trombas e Formoso por parte de quem se vê ligado, de alguma forma, ao evento: a primeira, na qual os sujeitos narram histórias de justiça, coragem e, sobretudo, orgulho, as quais normalmente se referem às lembranças relativas ao processo de organização e o cotidiano nas posses e na Associação; e outra, na qual exprimem dor, trauma e sofrimento que implicam em lembranças relativas ao período do Golpe Militar, das perseguições, fugas e abandono de terras. Nesse sentido, os sujeitos, em sua maioria, possuem lembranças “boas” voltadas para o período de estabelecimento e força da Organização e lembranças “ruins” quando envolvidas ao tempo do Golpe Militar, de 1964 em diante.

À exemplo disso, tomo as lembranças de Dona Carmina, as quais são bastante fortes e representativas, já que lembra de forma bastante intensa o tempo que sucedeu a Luta e, de forma saudosa, o período que caracterizou o processo de trégua do movimento na região. Suas lembranças parecem bastante atreladas ao período da ditadura militar, quando foi perseguida e o marido preso. Suas lembranças giram em torno, das duas prisões de Nelson Marinho - a primeira em 1965 e a segunda em 1967 - do período de doença, o alcoolismo e a cirrose, pelo qual o marido passou - resultado de problemas psicológicos decorrentes do período de agressões e maus tratos sofridos na prisão - e, ainda, do medo que sentia de pessoas desconhecidas após esse período. “Eu tinha um sonho de arrumar essa fazenda, de ser uma coisa bem arrumada, aí depois acabou, porque ele [seu marido] começou a beber, entendeu?! É o que eu lembro, o que eu recordo também, as vezes que ele deu pra beber e chegava aqui bêbado e violento e botava a gente pra correr, isso aí eu lembro”, recorda Dona Carmina.

No entanto, Dona Carmina demonstrava saudade do tempo da Luta, que antecedeu o Golpe militar e que foi o período de trégua do conflito e que marcou o processo de titulação das terras. “Quando eu vim pra cá [para a posse] eu gostei mais, porque na época antes do meu marido ser judiado, ser arruinado, a gente vivia uma vida tão boa, mas tão boa que parecia que a gente tinha de tudo aqui”. Suas lembranças se ligam ao cotidiano e a rotina do lugar onde morava, a lida com o gado, as plantações e as incursões com as mulheres da família Marinho.

Do mesmo modo ocorriam com as lembranças de filhos e filhas desses camponeses, que viviam entre o orgulho e a dor. A importância da Luta, a admiração e heroísmo que investiam em seus pais e homens do movimento eram mescladas e intercambiavam com o sofrimento recolhido naqueles anos, o trauma nunca esquecido, o medo que tardou a cessar e o pesar do que lhes restaram ao final da Luta e da ditadura militar.

“Eu tenho muito orgulho. Muito orgulho mesmo. Muito orgulho pela minha mãe e muito orgulho pelo meu pai e dó dele. Porque ele lutou muito pela terra, muito mesmo e depois foi só sofrimento, porque ele pouco participou daquilo que foi a causa do sofrimento dele. E aí depois eu acho assim, depois que veio alguma coisa com essa indenização diante do sofrimento dele não vale nada. Mas eu tenho muito orgulho” (Depoimento de Carmelita da Costa Marinho, filha de Joana Pereira Marinho, cedido durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Dona Caíta, filha de João Porfírio, quase não consegue se lembrar do tempo da Luta, mas ao falar de suas poucas lembranças, os momentos de sofrimento parecem se sobrepor à qualquer boa lembrança, fato que se repete nas narrativas tanto dos camponeses que participaram como dos seus filhos. Isso porque, “acabou assim com a vida da pessoa, que podia ter vivido uma vida melhor, você sabe, a pessoa viveu que perseguida não tem vida boa”. Caíta refere-se a vida do pai, que ao fugir, abandonou a família e perdeu a terra pela qual tanto lutou. “Porque a gente ainda tinha umas coisinhas, acabou com o resto que tinha, que aí ele teve que sair e largou tudo pra trás, aí já descontrolou tudo, os irmãos já dispersaram também, foi cada um pra um canto, outros pra outros”, explica Caíta.

O mesmo pensamento cabe a Lourenço, irmão de Sr. Filadélfio, era menino ainda no tempo da Luta, mas parece não se lembrar de forma positiva daquele tempo. “Ah, não me traz boas lembranças não. Parece que nós não chegamos a ter êxito. Quando defendemos a terra, nós a ganhamos, o meu pai ganhou a terra. Mas, depois, veio o Golpe Militar em 1964 e acabou tudo”, contou Lourenço.

Assim, o sofrimento narrado por muitos dos sujeitos dessa memória e a negatividade de algumas de suas lembranças eram repassadas, de alguma forma, para seus filhos. Dentro

desse processo de transmissão de memória, o sofrimento se apresentava quase como fio condutor, a imagem construída do filho sobre a Luta, era ligada ao sofrimento, a mesma ideia que seu pai, tem daquele tempo.

3.11 Demanda pública de memória

Após promulgada a Lei da Anistia, em 1979, ainda durante o período da ditadura militar brasileira e com o processo de reabertura política - que se iniciou em 1974 e terminou em 1988, com a promulgação da nova Constituição – os tempos de repressão e restrições sociais e civis acabaram. Era o fim da ditadura militar no país. Nesse momento pós-ditadura, as demandas públicas pela memória de vítimas e sujeitos da ditadura militar se tornam enfáticas, por meio de instituições e organizações que reivindicam reparação pública por parte da sociedade e do Estado para com desaparecidos, mortos, perseguidos políticos e seus familiares durante o regime militar. Essas instituições surgiram seguidas do crescimento das manifestações de setores da sociedade em favor da redemocratização do país, a época do processo de transição política no Brasil, esse período deu origem, a grupos como Movimento Feminino pela Anistia, em 1975, e do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), em 1978.

Essa demanda pela história exigiu dos camponeses uma retomada de suas lembranças e um processo de rememoração que fizeram com que seus filhos de uma forma ou de outra se relacionassem com o que aconteceu, mesmo que de forma superficial. Uma vez que as memórias subterrâneas invadem o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória (POLLAK, 1989). Inclusive por uma “justa reconciliação com o passado”, como bem colocou Ricoeur (2007) em um processo de trabalho de memória e não em uma simples evocação do passado, mas em efetuar saberes aprendidos, arrumados num espaço mental, ou seja, tornar a memória um hábito. “Em termos bergsonianos, passamos para o lado da memória-hábito. Mas essa memória-hábito é uma memória exercitada, cultivada, educada, esculpida, diriam alguns textos”(Ricoeur, 2007, p.77).

Desse modo, a história da luta dos camponeses passou a ser requisitada pela mídia, de forma esparsa, ou ainda por instituições ou ONGs de ordem política, como a Associação de Anistiados de Goiás (Anigo), organizações como Tortura Nunca Mais e de forma mais atual a

Comissão da Verdade⁴⁰ e, a partir daí, um processo de reabertura narrativa por meio de uma demanda externa que vinha forçar os sujeitos dessa memória a expressarem, de alguma forma, suas lembranças e saberes daquele tempo. Desse modo, conseqüentemente, novas interpretações foram dadas a essa memória, efeitos de políticas de memória aplicadas aos contextos sócio-culturais particulares onde momentos como o evento de Trombas e Formoso ocorreram efetivamente como ação e representação pelos praticantes reais. A cultura na ação da memória, como já diria Sahlins (1990).

Passados os anos de ditadura militar e a promulgação da Lei da Anistia, iniciou-se na região de Trombas e Formoso um processo de retomada, não só de memórias e lembranças ocultadas durante esse período – o que não ocorreu de forma fácil – mas de uma vida interrompida. A fuga e o abandono de terras foram bastante frequentes durante o período de ditadura militar e Cosme compreende bem o caráter de interrupção promovido pela mesma, tendo o retorno dos camponeses “fugidos” marcado a tentativa de retomada de um processo interrompido. “A coisa foi amansando, teve aquela lei da Anistia, aí foram voltando, mas acabou que quem a gente mais conhecia saíram e voltaram, mas outros a gente sabe que foi e não voltou”.

Nesse momento a memória que antes estava submersa e subterrânea, reprimida por anos de ditadura, parece querer emergir. É quando razões políticas e familiares convergem e, ao mesmo tempo, concorrem para romper esse silêncio: “no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento” (POLLAK, 1989, p.4). No entanto, esse desejo de imprimir marcas na história não estava solto ou livre de implicações políticas e externas ao contexto social, político e histórico vivido pelos camponeses da Luta.

As narrativas foram retomadas de forma lenta e gradual, com o cessar do medo e do trauma e, claro, não sem deixar marcas e resquícios de um passado de restrição de memória. O conforto e o retorno a fala, ou melhor, do fim do silêncio, segundo Dona Carmina, só veio “depois que eles arrumaram aquele negócio da Anistia e assim mesmo não foi muito”. Desse modo, é preciso compreender os aspectos políticos e sociais que provocaram esse processo de retomada.

Não foram raras as vezes que acompanhei o Sr. Arão em palestras, debates e em eventos que era convidado a falar sobre a Luta de Trombas e Formoso, inclusive em uma

⁴⁰ Criada em 18 de Novembro de 2011, mas instalada oficialmente em 16 de Maio de 2012, a Comissão da Verdade visa investigar casos violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil por agentes do estado. Fonte: <http://www.cnv.gov.br>

oitiva da Comissão Nacional da Verdade na qual prestou depoimento a fim de se investigar os acontecimentos ocorridos durante o período da ditadura militar ou ainda em eventos como a sessão de devolução simbólica dos mandatos políticos do estado de Goiás que foram cassados durante o regime militar organizado pela Assembléia Legislativa e na qual sr. Arão foi representando o irmão, José Porfírio, desaparecido durante o governo militar.

Uma exposição pública experienciada por vários camponeses que participaram da Luta e ainda estão vivos. José Gomes já deu palestras, em Brasília, na Confederação dos Trabalhadores Rurais na qual foi falar sobre a história de luta dos posseiros, ao lado de Zezinho do Araguaia. “Eu fui contar a história daqui de Formoso e ele, da Guerrilha do Araguaia”. Além das conversas com estudantes das escolas da cidade. “Hoje tem grande apoio, depois das explicações. Eu fui nas escolas dar palestras, a primeira vez que eu fui era para o segundo grau, eram rapazinhos e moças. Primeiro, eu fiz uma pergunta: “No conhecimento de vocês, quem foi Zé Porfírio?” conta. Na época em que era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Chiquinho Ataíde foi convidado a participar de reuniões em São Paulo e em outros lugares a fim de contar a história de Luta dos posseiros de Trombas e Formoso. “Fui duas vezes em Minas Gerais, em Brasília. Tudo falando da luta, de conscientização.”

Para Dona Carmina, há um reconhecimento externo, o qual se tornou perceptível quando a mídia e outros setores passaram a requisitar essa memória e conhecer quem fez parte dela. “As pessoas quase nem sabem disso, quase não comentam, começou mais depois que saiu aquele jornal, saiu aqueles filmes, daí sempre eles vêm e aí, de vez em quando, muitos deles, pediam pra gente dar entrevista pra eles.”

A memória do evento político de Trombas e Formoso passou a ser registrada em livros, filmes, pesquisas acadêmicas, e de alguma forma, ser externamente reconhecida, fato que promoveu um processo de reinterpretação e ressignificação de sentidos dos próprios camponeses quanto a importância dessa história e de suas próprias narrativas, apesar de considerarem uma desvalorização interna por parte da população de seus lugares de origem.

“É igual aquele ditado que minha mãe sempre dizia, que santo de casa não faz milagre. Então o povo não dá muita importância, muito valor na pessoa de vir e ter participado, pra uma pessoa reconhecida como já sou hoje. Mas mais o pessoal de fora dá mais credibilidade na gente e mais atenção, admira mais que próprio pessoal da cidade da gente” (Depoimento de Arão de Souza Gil, cedido durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Ao mesmo tempo, é possível identificar mediante as narrativas dos camponeses que participaram, uma mudança de perspectiva, por parte da nova geração das cidades de Trombas e Formoso, quanto ao interesse e significação simbólica do evento camponês dentro do contexto histórico da cidade de Trombas e Formoso. Isso porque, segundo sr. Chiquinho Ataíde, “a maioria da juventude já pede informação, pelega para implantar nos colégios” a história de luta dos posseiros da região.

“Alguém quis mostrar a história de Trombas, não queria deixar ela morta. De vez em quando, alguns grupinhos de colégio aqui já entrevistam. Já entrevistaram um bocado de vezes a Dona Carmina, eu e outras pessoas. Já estão interessados pela história, porque senão morre, a história acaba aqui” (Depoimento de Francisco Ataídes de Carvalho, cedido durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Tal interesse advém dessa nova abordagem que a narrativa adquiriu no presente, quando requisitada externamente, garantindo uma nova relação com a história, sobretudo, por parte dos filhos e filhas desses camponeses. A partir daí, novas interpretações foram dadas ao evento, munidas da positivação que hoje, representa o movimento camponês na região, como considera Luzia e Madalena, filhas de camponeses que participaram da Luta. “Essa história já está muito importante. “Demorou muito até que as pessoas quisessem realmente saber. Hoje, graças a Deus, nós vivemos uma Democracia, não é mais aquele tempo de pesadelo. Eu acho que vai ser muito importante, todo mundo vai querer saber dessa história”, considera Luzia.

“Eu não ligava muito, um tempo atrás. Mas depois que eu comecei a estudar, a trabalhar, eu comecei a me interessar por essa história. Hoje ela já faz parte do currículo escolar, é uma dificuldade para encontrarmos o que passar para os alunos sobre o que aconteceu. [O que conseguimos encontrar] é história oral, porque escrito não temos muita coisa – agora, já tem mais, bastantes livros, trabalhos de universitários. Eu comecei a me interessar porque nós temos que ensinar a história da cidade.” (Depoimento de Maria Madalena Pereira de Carvalho Alcântara, cedido durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013)

Há um ponto importante a ser considerado nessa nova interpretação dos filhos e filhas de camponeses de Trombas e Formoso, relacionada a forma de conhecimento adquirido, já que boa parte da memória que possuem vem das lembranças repassadas pela tradição familiar, apesar do silêncio e do medo, mas sobretudo, pelo que “aprendeu” por uma segunda via de conhecimento e transmissão de saberes, a escola, a universidade e os livros e filmes que remetiam ao tema.

“Então foi depois que eu comecei a fazer um curso superior em Porangatu é que me despertou a curiosidade. No movimento acadêmico, a história de Trombas estava sempre ventilada e eu passei por várias saias justas porque muita gente me questionava sobre Trombas e eu não sabia nada, porque nunca tinha tido a curiosidade” (Depoimento de Luis Carlos de Oliveira Santos, filho de Filadélfio

Ferreira dos Santos, cedido durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

É perceptível uma certa auto-obrigação ou auto-exigência tanto por parte dos camponeses ainda vivos como das gerações subsequentes à Luta em conhecer mais sobre história do movimento de Trombas e Formoso, a partir do momento em que há uma demanda por essa narrativa. Isso porque, por parte desses camponeses, se demanda o constante ato de fala e exposição por meio de palestras, debates e entrevistas para jornais e filmes, os quais são requisitados a participar. Nesse momento, se adquire aí uma nova postura frente suas memórias, as quais antes foram abafadas e silenciadas por um período de repressão e medo, hoje, se força uma retomada por uma pressão institucional em uma política de não-esquecimento.

Da mesma forma, ocorre com a geração de filhos e filhas dos camponeses participantes da Luta, a qual, nesse novo momento, busca por identidade, esta antes desligada dos acontecimentos passados, e agora quando requerida externamente, é instigada a uma nova relação e interpretação do passado. No entanto, de acordo com Frenness e Wickham (2001) por mais que um livro ou a história contada na escola por um professor possam afetar o conteúdo da memória de um acontecimento conservado por um indivíduo ou mesmo por um grupo social, “o seu efeito será sempre muito menos sobre o tipo de acontecimentos que os grupos costumam escolher para comemorar, pois estes estão ligados a padrões de identidade mais profundos” (FRENTESS&WICKHAM, 2001, p.124).

De um modo geral, as narrativas da Luta de Trombas e Formoso convivem com a memória da perseguição, do conflito e da pressão institucional e social a ele desenvolvida. Tais influências podem ser verificadas pelas difíceis manifestações pessoais para falar do evento, o que conduz a hipotetizar uma memória reprimida e, de alguma forma, embasada sobre uma tradição reconciliatória com o passado investida pela ditadura militar durante o processo de transição política brasileira e isso tem a ver com a forma como a política de Anistia foi aqui instaurada.

Apesar de um período de abertura política bem recente no Brasil, pode-se dizer sobre a existência de uma tradição política de anistia, sendo esta promulgada no país sob forte ligação à conjuntura de transição e segundo Lemos (2002), relacionada a uma tradição conciliatória (Lemos, 2002). Isso por que:

Ao longo da nossa história, tanto foram anistiadas pessoas acusadas de atentar contra a legalidade ilegitimamente estabelecida — as que se insurgiram contra as ditaduras do Estado Novo e do regime militar recente, por exemplo — como as que

tentaram subverter a legalidade legitimamente estabelecida, de acordo com os parâmetros democráticos dominantes — os golpistas de 1956 e 1959, por exemplo (Lemos, 2002, p.289).

Sobre o processo de abertura política no Brasil é preciso destacar a confrontação entre os diversos projetos políticos voltados para a conjuntura de transição vivida pelo país, inclusive a negociação da anistia de 1979. Para Lemos (2002) a anistia de 1979 resultou de uma grande transação entre setores moderados do regime militar e da oposição, por iniciativa e sob o controle dos primeiros.

Dentro desse processo de abertura política, havia uma “agenda de microtransformações”, a qual começou a ser implementada em 1973 por lideranças militares e civis do governo que visavam a ampliação do leque de opções partidárias, abrandamento da legislação repressiva, entre outras demandas (Lemos, 2002). “Tratava-se de preparar a transição do regime, não necessariamente para outro qualitativamente diferente, mas para outra forma, que incorporasse novas forças políticas, sem descartar a tutela militar”(Lemos, 2002, p.293).

O sentido do processo de transição política brasileira estava em preservar as condições de dominação política de uma classe social desprovida de uma vocação transformadora. Era a burguesia brasileira quem ditou os limites das reformas políticas no país. Assim, em 15 de março de 1974, o general Ernesto Geisel anunciou um programa de “abertura lenta, gradual e segura”.

Os anos que se seguiram foram marcados pela vitória da oposição democrática nas eleições legislativas de 1974 e pelo crescimento das manifestações de setores da sociedade em favor da redemocratização do país, como o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia, em 1975, e do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), em 1978.

Ao final do governo de Geisel, o cenário político caracterizava-se pelo abrandamento das formas de dominação política, destacando a revogação dos atos institucionais e reforma da Lei de Segurança Nacional. A oposição reivindicava por “anistia ampla, geral e irrestrita” (bandeira do CBA), somada à investigação dos crimes praticados por funcionários do Estado contra opositores políticos e punição dos culpados.

No entanto, Lemos (2002) afirma que a Lei da Anistia, aprovada em 28 de Agosto de 1979, teve alcance restrito, já que excluía de seus benefícios os condenados pela “prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”, mas ao mesmo tempo, incluía os acusados de “crimes conexos”, ou seja, de tortura, assassinato, entre outros, o que dava à lei um caráter de “reciprocidade”.

Para Lemos (2002), esse “espírito de reconciliação” contribuiu para a promulgação de uma lei de caráter recíproco e para que fossem anistiados todos os que sustentaram a violenta ditadura militar. “Muitos deles são, hoje, pilares da democracia brasileira, atuando em posições públicas destacadas, o que mereceu de um jornalista um comentário amargo: “No Brasil, eu precisaria de umas 50 colunas iguais a esta para listar todos os que estavam com o governo, no regime militar, e continuam com o governo, na democracia”. (Lemos, 2002:296).

Nesse sentido, é possível dizer que essa tradição reconciliatória com o passado viria a influenciar sobre a condução da memória da ditadura militar brasileira, de certa forma, sob a tutela de uma memória feliz o que poderia transformá-la em uma memória apaziguada mas nem sempre “justa”, no sentido de que nem sempre a busca pelo passado vislumbra uma reconstrução do presente (Ricoeur, 2007). Ricoeur (2007) trabalha com a ideia de uma reconciliação verdadeira, na qual a anistia nem sempre reconcilia ou resolve a questão da memória, considerando, assim, a anistia uma forma de “institucionalização do esquecimento” (Ricoeur, 2007, p.488). Fenômeno que inviabiliza uma “justa reconciliação com o passado”, levando-se em conta a complexidade política e social que está imbricada a esse passado e, conseqüentemente, a essa memória.

Desse modo, pode-se considerar que a memória de um evento político como a Luta dos camponeses de Trombas e Formoso em meio a um processo de transição democrática sob moldes reconciliatórios seria conduzida a novos sentidos em meio a um espaço público que demandava, e ainda demanda, por essa história. É preciso conhecê-los mais profundamente, mas, contemporaneamente, podemos elencar outras e novas instituições que reivindicam pela participação e re colocação desses sujeitos invisibilizados na história, além da instauração de políticas de reparação da memória e narrativas construídas durante a ditadura militar brasileira.

CAPÍTULO 4

José Porfírio, entre o herói e o bandido

No capítulo final deste trabalho, trago à discussão memorialística sobre a Luta dos camponeses de Trombas e Formoso, a figura mítica de José Porfírio, uma das principais lideranças do movimento político camponês, a fim de se compreender a centralidade por ele representada dentro do campo institucional da Luta e ainda suas representações nas narrativas orais e escritas sobre o evento. Porfírio era o principal nome da resistência dos posseiros da região, e mediante a consolidação da luta e a bem-sucedida atuação do movimento ganhou destaque e visibilidade nacional.

No entanto, não se trata aqui de evidenciar a imagem, as narrativas e a figura política de José Porfírio em detrimento dos outros camponeses participantes e militantes da Luta de Trombas e Formoso, mas compreender de que forma se dá, dentro da historiografia do evento, esse reconhecimento de “liderança máxima da luta” a ele atribuído (CUNHA, 2007).

No tempo da Luta, já era uma liderança camponesa reconhecida fora do Brasil, fato que veio influenciar em sua candidatura e depois eleição a deputado estadual de Goiás, o primeiro de origem camponesa no país. Foi eleito em 1962, pela coligação PTB-PSB / PSB-PTR, com 4663 votos, sendo o mais votado. O líder camponês caracterizava-se como representante legítimo dos interesses dos trabalhadores rurais, tendo sido o primeiro presidente da Federação de Agricultores e Trabalhadores Rurais de Goiás e presidido o Congresso de Camponeses de Belo Horizonte e Goiânia.

Em 1964, com a instauração da Ditadura Militar e mediante sua força representativa dentro do âmbito político camponês, Porfírio se tornou o principal alvo da perseguição militar na região. Nesse período de repressão, fugiu, sendo preso em 1972, na Fazenda Riachão, no município de Angelical, no Maranhão. Foi condenado a seis meses de prisão, sendo solto em 07 de junho de 1973. Nesse dia, José Porfírio teria comprado uma passagem para Goiânia – estava preso em Brasília - tendo sido deixado na rodoviária por sua advogada. Nunca mais foi visto e é considerado, hoje, um desaparecido político.

Filho de Teófilo de Souza Gil e Maria Joaquina, Zé Porfírio - como ficou popularmente conhecido - nasceu em 27 de julho de 1912, no município de Pedro Afonso, no Maranhão. Viveu nesta cidade até constituir família, quando casou-se com a baiana Roseira -

Rosa Amélia de Farias - do município de Remanso, com quem teve nove filhos. Bem como milhares de outros camponeses, Porfírio foi atraído pelo projeto de colonização no país, por meio das colônias agrícolas criadas na região de Goiás, as CANGs. Foi para Ceres, juntamente com dois irmãos, onde estava localizada a primeira colônia agrícola do Brasil. No entanto, ao chegarem na CANG, defrontaram-se com uma fase difícil, mediante poucos lotes disponíveis e vários problemas de infra-estrutura.

Depois disso, trabalhou por um tempo na construção do núcleo inicial da estrada de Belém-Brasília. Segundo Cunha (2007), foi nesse período que Porfírio teve os primeiros contatos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) na cidade de Uruaçu, onde havia um núcleo do PCB. O contato se manteve, sobretudo, por meio de José Fernandes Sobrinho, o primeiro membro do PCB com quem teve contato. “Ao que parece, ele chegou a participar por pouco tempo da estrutura partidária e daí resolveu fixar posse em Formoso e Trombas” (CUNHA, 2007, p.240).

Em 1954, Roseira, esposa de Porfírio, morreu aos 28 anos de idade. Uma morte provocada, mesmo que indiretamente, pelo choque ao ver sua posse incendiada por grileiros que começaram a pressionar os posseiros da região. Em 1957, casou-se novamente com Dorina da Silva Pinto com quem teve mais seis filhos. Nesse período, José Porfírio já era um dos líderes do conflito de Trombas e Formoso na busca pela posse das terras. Na fase inicial da Luta, sua atuação foi marcada pela tentativa de um equacionamento da questão da terra por vias legais, chegou a ir ao Rio de Janeiro tratar diretamente com Getúlio Vargas, presidente da república na época.

É possível dizer que nessa primeira fase da Luta, segundo Cunha (2007), Porfírio não tenha sido seduzido de imediato pela proposta política comunista. “O Partido, nessa primeira fase, deve ter sido apenas uma referência” (CUNHA, 2007, p.240). No entanto, o contato com o PCB influenciou e estimulou suas primeiras tentativas de resistência e foi importante para a formação da personalidade política do camponês.

Apesar de sua forte atuação política dentro e fora de instituições governamentais oficiais, Porfírio teve sua imagem, ao longo da história, negativizada dentro da memória da Luta dos camponeses de Trombas e Formoso, a qual oscila entre a ideia de heroísmo e banditismo e assume múltiplas interpretações que são projetadas do passado para o presente, persistentes em dias atuais. Desse modo, busco nesta etapa do trabalho, refletir sobre as influências institucionais externas que incidiram sobre a construção da figura política deste líder camponês.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) se apresenta, nesse contexto, como uma dessas influências externas, exigindo, uma interpretação mais aprofundada sobre a repercussão comunista no contexto da Luta de Trombas e Formoso e sobre sua influência nos processos de formação da pessoa política investida a José Porfírio. Desse modo, o comunismo e sua representação dentre os camponeses se torna fundante para compreensão da figura política de José Porfírio.



Figura 9: José Porfírio, 1956

4.1 Da persona ao coletivo, a construção da pessoa política José Porfírio

Durante a realização do meu trabalho de campo, optei por me instalar em Trombas e fazer, diariamente, o percurso de ida e volta a Formoso. Saía de Trombas no ônibus das 7h da manhã, rumo a cidade vizinha, retornando ao final do dia. Um trajeto pequeno de menos de 30 km, mas que no trânsito diário entre as duas cidades, fizeram-me figura carimbada, entre as pessoas que faziam o trajeto cotidianamente e, sobretudo, na rodoviária das cidades, local no qual a espera era constante devido os frequentes atrasos do ônibus. Em uma semana e meia, fazendo esse trajeto, era quase inevitável levantar olhares curiosos e interessados em saber quem era aquela menina que chegava e ia embora todos os dias, de mochila nas costas e com cara de quem não era dali.

Em um desses dias de espera, liguei para o Agenor, filho de Cosme, com a finalidade de marcar uma visita a fazenda onde ele trabalhava, uma conversa sobre sua relação com a memória do evento de Trombas e Formoso e que foi adiada para uma próxima oportunidade, já que o lugar era bem distante e de difícil acesso, tendo em vista que não havia ônibus para chegar ao local e não tinha carro para o deslocamento. No diálogo pelo telefone, expliquei a Agenor que era pesquisadora e que estava estudando a memória da Luta de Trombas e Formoso. Sentada a minha frente, uma moça com uma criança, penso que seu filho, escutou minha conversa por telefone e perguntou-me:

- Você está estudando o José Porfírio?

Me surpreendi com a pergunta e fiquei meio sem saber o que responder, mas optei por ser meio-termo.

- Sim, também.

Não me lembro se o diálogo continuou por muito tempo, mas acho que não, algumas perguntas a mais sobre de onde eu era e sobre o calor que fazia – Formoso, assim como Trombas, estava em dias de calor intenso - e o ônibus logo chegou, mas aquilo ficou na minha cabeça. Mesmo tendo escutado a explicação sobre minha pesquisa, “um estudo sobre a memória da Luta de Trombas e Formoso”, a moça insistiu e retomou a pergunta. Queria uma confirmação, uma espécie de “essa tal Luta que você estuda tem a ver com o José Porfírio?”. O episódio me levou a pensar que, talvez, o conhecimento sobre a Luta de Trombas e Formoso - mesmo que por vezes escasso - e, sobretudo, o seu entendimento, se fazia por meio da figura simbólica representada por José Porfírio. De alguma maneira, a aproximação - recente e atual - com essa história, por parte daqueles que vivem na cidade de Trombas ou em Formoso e que possuem, ou não, um vínculo de parentesco com os participantes da Luta,

dava-se pela imagem quase mítica de Porfírio. As pessoas entendiam o movimento camponês da região por meio da figura dele, uma associação do evento à pessoa.

As narrativas dos camponeses e, principalmente, dos filhos e filhas destes pareciam demonstrar isso. Batista, filho de Arão e sobrinho de José Porfírio, mesmo alegando saber pouco sobre a história, ao ser perguntado sobre o que sabia a respeito da Luta, respondeu-me, quase que instintivamente, fazendo referência a Porfírio. “Meu tio tinha função da luta deles que eles fazia, que era em prol de terra, aí a gente acabou descobrindo que ele tava fazendo isso pra ajudar as pessoas pra conseguir um lugar pra morar, um lugar pra trabalhar, aqueles que queria trabalhar”, contava Batista.

A associação do evento à pessoa ou da pessoa ao evento deve-se a relação intrínseca que se dá entre o indivíduo e o coletivo, de maneira na qual o movimento político de Trombas e Formoso, em um universo coletivo e cultural seja identificado por meio da figura pessoal do líder camponês, José Porfírio. Para Mauss (2003) a noção de pessoa, perpassa o coletivo e dele não se separa, caracterizando-se enquanto um produto social, “substância racional indivisível” (MAUSS, 2003, p.393).

Pode-se dizer que a pessoa política de José Porfírio assume, dentro do contexto social do evento, o papel de personagem, o qual Mauss (2003) não distingue indivíduo e coletivo (social). E ainda, transfere o sentido moral ligada a pessoa de Porfírio ao sentido jurídico ligado à Luta. Desse modo, todas as representações ou identidades referentes ao evento de Trombas e Formoso ficam suscetíveis de transferência à pessoa política de José Porfírio, ou seja, tanto referências de qualificações positivas – vitorioso, heróico - como negativas - ilegalidade, de caráter subversivo - atribuídas ao movimento era, de alguma forma, transmitido a Porfírio e vice-versa. “Acrescenta-se cada vez mais um sentido moral ao sentido jurídico [...] A consciência moral introduz a consciência na concepção jurídica do direito. Às funções, honrarias, cargos e direitos, acrescenta-se a pessoa moral consciente” (MAUSS, 2003, p.390/391).

Para Goldman (1999), está claro que “as noções de pessoa são inseparáveis das noções de sociedade”, de modo que o sentido pessoal só pode ser compreendido dentro do seu sentido social (GOLDMAN, 1999, p.33). “Cada sociedade ou grupo social concebe e articula sua noção de pessoa” (GOLDMAN, 1999, p.25). No entanto, por muito tempo, construiu-se, equivocadamente, a ideia de indivíduo e coletivo, de formas opostas e separadas, num processo caracterizado por uma exacerbação do individualismo na modernidade em meio a hegemonia da cultura ocidental. O par indivíduo/sociedade consiste em uma especificidade do

imaginário da sociedade ocidental, a qual tem se dedicado há muito tempo a produzir este par enquanto realidade (GOLDMAN, 1999).

Esses traços de indissociabilidade podem ser descritos também na questão nominal, já que o nome ao mesmo tempo que individualiza, coletiviza também (MAUSS, 2003). Assim, sob essas condições o nome de Porfírio pode ser sempre relacionado a Luta de Trombas e Formoso. Segundo Goldman (1999), “a operação nominalista deve ser acionada incessantemente, todas as vezes que uma substituição conceitual se mostrar efetiva para o refinamento da análise”, e ainda, quando se detém ao produzir inteligibilidade do fenômeno de forma satisfatória (GOLDMAN, 1999, p.34). Mas ainda nos resta saber de que forma se deu essa associação e quais fatores estão a ela relacionados.

4.2 Porfírio e PCB: relações de poder na constituição de um líder político

Essa referência quase que automática entre a Luta e a figura do líder camponês pode estar relacionada a forte influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na construção memorialística do movimento político de Trombas e Formoso. Segundo Cunha (2007), o PCB apresenta José Porfírio, como instrumento do partido, como forma de garantir sua não-exposição junto aos posseiros, já que havia uma resistência ao comunismo por parte dos camponeses. Cosme chegou a contar-me sobre a existência sigilosa do PCB dentro da Associação. Poucos camponeses sabiam, de fato, dessa instância maior – o Partido – como parte da instituição dos camponeses.

Desse modo, Porfírio teria assumido uma liderança figurativa mediante a Organização, o que garantiria a livre atuação e circulação do partido por meio de seus membros ali instalados. Assim, pode-se dizer que foi intenção do PCB concentrar em Porfírio toda projeção externa do movimento, eleger um líder carismático, um “camponês puro de origem” para que fosse possível a inserção do Partido na região. O uso político da identidade, aqui, foi elemento estratégico, tendo em vista a percepção do funcionamento da vida política.

Mas é, também, possível considerá-lo como uma forma de referir a ação política a um contexto coletivo, correspondente ao caráter de rede que resulta da relação política pessoal, aparentemente atomista. A identidade representa a dimensão sociológica de um sistema político fragmentário, resultante do personalismo (CHAVES, 1996, p. 20).

Nesse sentido, o personalismo conferido a Porfírio permitiu a operacionalização política na região, de modo que o funcionamento desta se faz por meio de relações e

fidelidades pessoais passíveis de serem ativadas por quem é conhecido (CHAVES, 1996). A figura política de Porfírio construída na confiança e na identidade entre os camponeses, em um contexto coletivo, assumiu um papel concorrente ao desempenhado pelo Partido, já que não só agregava, mas também, legitimava a ação política ali desenvolvida. “Esse sentido político da identidade, embora não substitua, sobrepõe-se sociológica e ideologicamente ao papel dos partidos, às vezes com ele competindo” (CHAVES, 1996, p.20).

Tal conjuntura desaguou na atual configuração memorialística que permite, de alguma maneira, a fácil associação entre o evento e Porfírio. Tal relação com o PCB justificaria também a oscilação de caráter atribuída a ele, que estaria entre o herói e o bandido. A desqualificação do líder camponês estaria relacionada a não-aceitação a ideologia comunista por parte da comunidade camponesa. Tal questão tratarei de forma mais aprofundada ainda neste capítulo.

Cunha (2007), acredita em um superdimensionamento da intervenção de Porfírio no processo de organização da Luta, o que colocaria em segundo plano a atuação dos demais quadros comunistas e de todo o PCB. A reivindicação de um reposicionamento do partido nesse processo histórico e na memória da Luta de Trombas e Formoso, por parte do autor, deve-se ao entendimento de que Porfírio seria “com seus méritos e defeitos, uma imagem construída social e exteriormente pelo PCB e secundado pelo Núcleo Hegemônico⁴¹ de Formoso que, de fato, era o partido” (CUNHA, 2007, P.249).

No entanto, Cunha (2007) se esquece que ao mesmo tempo que reclama por uma ampliação do espaço memorialístico para o PCB na participação do evento, não só secundariza, mas também subalterniza, a ação autônoma e política dos camponeses e ainda, anula e negligencia a capacidade de liderança de Porfírio sem suporte institucional. Nesse sentido, o autor se respalda de depoimentos e narrativas de membros do partido comunista que atuaram na região e ajudaram na organização da luta dos camponeses.

“O Porfírio é uma máquina nossa... porque ele não tinha condições de divergir. A divergência houve depois que ele foi lá em ... (Cuba)⁴² divergência para se discutir,

⁴¹ São os membros do partido comunista enviados para região de Trombas e Formoso e que, segundo Cunha (2007) “vão constituir no Núcleo Hegemônico, o eixo político e organizacional que conduziu o processo de luta na região, permanecendo o grupo praticamente inalterado durante todo o conflito até 1964” (CUNHA, 2007, p.171).

⁴² José Sobrinho se refere a uma das fases políticas de José Porfírio, já no início da década de 1960, na qual o processo de luta na região de Trombas e Formoso começou ganhar contorno e ser equacionado com a demarcação das terras. Nesse momento, Porfírio vai a Cuba e fica algum tempo na ilha. Segundo Cunha (2007), é nessa fase que ele começa a elaborar uma visão alternativa e independente a qual lhe era passada pelo PCB,

mas nunca para sair do Partido [...] Porfírio veio a divergir do Partido foi depois de 64, depois daquele movimento todo duro que houve...”(Depoimento de José Sobrinho, membro do Partido Comunista apud CUNHA, 2007, p.247).

“Ele era um camponês que foi um líder, mas dizer assim que ele sabia tornar um grande dirigente não, ele era assessorado. Ele era uma pessoa inteligente, tudo, mas não era político assim, refinado politicamente assim como, não sei como dizer, hábil?! Hábil, ele era assim, para ele tornar líder e aprofundar na ética política e discutir, saber entender profundamente o marxismo não” (Depoimento de Dirce Machado, membro do Partido Comunista apud CUNHA, 2007, p.247).

A interpretação de Cunha (2007) demonstra que as narrativas de memória, os testemunhos e os textos são espreitados pelo “perigo” de uma imaginação que se assegura como restauradora da memória, a fim de recuperar o que foi perdido pela violência do poder, desejo cuja inteira legitimidade moral e psicológica não é suficiente para fundamentar uma legitimidade intelectual igualmente indiscutível (SARLO, 2007).

4.3 Porfírio, entre representações e narrativa

Entre os antigos posseiros e seus filhos e filhas, as representações sobre Porfírio soavam de forma quase uníssona: “Zé Porfírio foi um herói”. Um herói que lutou pela garantia das terras aos camponeses e que permitiu sua eleição enquanto mártire dessa história. A representação heróica e quase paternal era recorrente entre o grupo camponês. “Ele era uma pessoa boa, boa demais. Todo mundo gostava dele”, conta Carmina.

“O José Porfírio foi uma pessoa muito especial para nós daqui, no assunto da organização da terra. Quando as coisas apertavam, ele ia a Goiânia, conversar com o governador [para saber] o que nós faríamos. Ele [Porfírio] conversava com ele [governador] e nos animava, dizia que nós poderíamos ficar aqui [...] Ele foi um camponês desenvolvido [esperto/à frente]. Foi um homem que lutou muito junto conosco, uma ótima pessoa” (Depoimento de Joana Pereira Marinho, cedido durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

O líder camponês garantiu ao povo da região a permanência nas terras e sua atuação a frente do movimento – o que, posteriormente, o conduziu à eleição como deputado estadual - resultou na intensa perseguição sofrida, e seu consequente desaparecimento após prisão decretada pelos militares.

“Zé Porfírio foi eliminado, porque todos os fazendeiros implicaram com ele, queriam eliminá-lo por tudo. Ele poderia ter feito muito mais Reforma Agrária

sob influência do processo revolucionário cubano e que deu embasamento para sua candidatura e eleição a deputado estadual (CUNHA, 2007).

naquele tempo. Porque naquele tempo, a Reforma Agrária não era aceita. Cinquenta anos atrás, falar em divisão de terras era difícil. Por isso Zé Porfírio foi herói, porque naquele tempo não podia falar [nisso]” (Depoimento de Francisco Ataídes de Carvalho, cedido durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

É interessante pensar na constituição das relações sociais e políticas no contexto da Luta de Trombas e Formoso, isso porque essas relações permeiam-se, de modo que o meio social invade o âmbito político e o âmbito político invade o meio social. E é nesse processo que se dá a centralidade da *pessoa* como valor político.

“Ser boa pessoa como requisito do bom político - está em veicular um sentido de igualdade. Igualdade cuja realização, contudo, é representada como dependente da relação e não como dada na natureza ou como um princípio, ainda que formal, de legitimidade da ordem social” (CHAVES, 1996, p.4).

Segundo Chaves (1996), esse sentido igualitário da pessoa esbarra em um estrutura política e social que se estabelece na hierarquia. Parece um contra-senso, mas nota-se, por exemplo, que a estrutura hierárquica existente dentro da Associação dos Trabalhadores Rurais ou até do Partido Comunista Brasileiro - que se dá em caráter secreto no contexto da Luta de Trombas e Formoso – funda-se na intimidade (CHAVES, 1996). Neste caso, personificada na figura de José Porfírio.

Chaves (1996) em suas reflexões sobre pessoa política nos leva a pensar sobre o que é política em um contexto rural brasileiro, no qual é claramente percebida “como uma rede hierárquica de relações, em que os níveis superiores resultam da detenção do controle do maior número e qualidade de relações”. E ao mesmo tempo, que a um possível líder político se exige detenção de poder – seja este o mais inteligente, o mais rico ou o mais conhecido - se demanda também proximidade, intimidade. “O político precisa tornar-se próximo, encenar intimidade, fazer-se amigo”(CHAVES, 1996, p. 9). Nesse sentido, Porfírio era a *pessoa política*, demonstrava boas relações com a comunidade das vilas de Trombas e Formoso, era o “homem bom”, que ajudava o povo e motivava o povo à Luta a ele era atribuído valores de eficácia moral.

“O bom político conquista a eficácia no exercício da política justamente porque atua segundo o código social vigente a respeito do que consiste ser boa pessoa. Ele é capaz de vivificar a noção moral relacionada à categoria, no contexto sócio-cultural determinado em que se insere.” (CHAVES, 1996, p.12)

Porfírio oscilava nas representações memorialísticas da Luta, entre a imagem de herói e bandido, e a associação de seu nome ao comunismo - que estava carregado de símbolos negativados pelo discurso caça às bruxas difundido pelos Estado Unidos - parecia motivar

uma desqualificação externa a ele atribuída. “Durante toda a minha infância, até a pré-juventude, nós ouvíamos, o tempo todo, um medo terrível de se pronunciar o nome José Porfírio e a palavra comunista. Esse era um medo das pessoas devido à perseguição”, relatou Antônio, filho de um dos participantes da Luta.

Dito, antigor morador de Formoso, acredita que “hoje, por exemplo, já se lembram dele como um herói. Mas, naquela época, “tinham muito medo por causa da repressão, da movimentação no sistema”. Segundo Dona Joaquina, “para muita gente daqui, o Zé Porfírio era como um terrorista, um homem que implantava o terror - aí mais para fora é assim”, apesar de achar isso um engano. “Zé Porfírio era um homem muito bom, foi um homem muito bondoso”, Dona Joaquina tentava persuadí-los.

A desconstrução da memória da Luta de Trombas e Formoso como um movimento vitorioso e de conquista, foi feita de várias maneiras, mas também por meio da imagem construída de José Porfírio. Isso porque quem vinha ou era de fora sempre referia-se a Porfírio como “jagunço”, ou “matador de gente”, uma caracterização que marcava uma das faces da Luta. “As vezes eu estou no ônibus e vejo uma pessoa, e a gente vê muito quando a gente vai daqui pra Goiânia, umas pessoas conversando assim: “o jagunço do Zé Porfírio”. Se eu pudesse tirar aquilo da cabeça deles eu tirava. Mas muitas vezes eu fico angustiada ali, achando ruim”, relata Zilda. Para ela o que ocorreu foi uma “reversão da história”.

Uma reversão que está relacionada às representações e interpretações externas e que remetem a negativização que a história assumiu em tempos de ditadura militar e que foi postergada por muitos anos, inclusive com resquícios no presente, como as declarações relatadas por Zilda e outros interlocutores, mas que vem se modificando com a atual demanda pública de memória, da qual falei no capítulo anterior.

4.4 Comunismo

O período de ditadura militar na região de Trombas e Formoso promoveu não só um silenciamento e estancamento da memória da Luta camponesa, como também, um processo de desqualificação e negativização de sua memória por meio da figura de José Porfírio. A imagem de Porfírio oscilava entre o herói e o bandido, como pontuado na discussão acima, mas também, pela sua relação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a qual repercutiu em várias formas de interpretação do comunismo, nem sempre pautadas em caráter e valor ideológico.

No entanto, antes de compreender essas representações, é preciso entender de que forma o PCB se relacionava com os posseiros da região ainda durante a formação da organização camponesa e como conduziu sua inserção no local. Isso porque, segundo relatos, dentro da Associação de Trabalhadores Rurais, existia uma instância maior e nem sempre estandarizada entre seus membros. Essa instância seria o Partido Comunista.

Nas narrativas de Cosme e Antônio, ambos revelam a construção de um sigilo sobre a ligação dos quadros do PCB enviados a região com a ideologia comunista, caso de Dirce Machado, Zé Ribeiro, Geraldo Marques, entre outros. Um sigilo criado baseado no aspecto de subjugação do camponês, detido na crença de uma incapacidade de compreensão política da proposta do PCB.

“Os camponeses que o Partido Comunista perceberam que não tinham o conhecimento suficiente para entender, assimilar isso, a eles o Partido não explicou. Talvez, até muitos destes camponeses que foram enganados por entidades, se o Partido tivesse aberto o jogo para eles, de verdade, talvez eles tivessem entendido” (Depoimento concedido por Antônio Pereira da Costa durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Cosme afirmava que o Partido Comunista enquanto instância maior, estava acima da Associação e vivia a contradição de estar intrínseca a ela e, ao mesmo tempo, separada dela. Segundo Cosme, nem todos os membros da Associação eram filiados ao partido. “As reuniões do partido eram secretas”, relata Cosme. Antônio, a partir dos relatos do pai, explica que a “Associação era o poder que alcançava a todos. O Partido era o que tomava a decisão final. Aquela decisão maior era tomada pelos membros do Partido.” Em um dos casos contados pelo pai sobre decisões tomadas na Associação, um rapaz “amigou” com uma mulher e, algum tempo depois, “prostituiu” a filha. Esse caso foi para a Associação.

“A Associação decidiu que ele deveria ser punido, mas não falaram a punição. Aí, sai de cena a Associação e entra a reunião do Partido. Na reunião do Partido foi decidido o que deveria ser feito com ele. Só o Partido decidiu o que deveria ser feito. E o que deveria ser feito foi feito” (Depoimento concedido por Antônio Pereira da Costa durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

O sigilo e o ocultamento de informações, se deram em decorrência ao imaginário criado em torno do comunismo. O medo e o terror causados pela palavra, dentre os camponeses, fizeram com que, por muitos anos, e seguramente, existindo ainda casos que se aplicam aos tempos atuais, não se pronunciasse tal palavra nessa região. Em meio a esse contexto se dizer comunista não era só subversivo, mas criminoso, fato que colocava a palavra “comunismo” na categoria dos impronunciáveis, do proibido. Isso fica perceptível na

fala desses camponeses que com quase 30 anos depois do fim da ditadura militar, sussurra, gagueja e treme os lábios para deixar-se falar “comunismo”.

A insistência na construção de um terror anticomunista que residiu em tempos de regime militar, contribuiu para criações fantásticas em torno da ideia do ente comunista, sua associação a figuras populares como vendedores ambulantes, mendigos e moradores de rua asseguravam essa relação que se constrói do medo com o desconhecido. “Aparecia gente estranha o tempo todo, dizendo-se mascate, ambulante, pesquisador de minérios, querendo comprar gado. Mas era gente estranha, então as pessoas morriam de medo”, contava Antônio. E daí se origina e difundem mitos, como o de possíveis comunistas disfarçados de “comedores de criancinha”.

A campanha anticomunista era bastante heterogênea e unia forças políticas e sociais que circulavam dentre católicos, liberais, militares, empresários, nacionalistas, fascistas e socialistas democráticos, estando a Igreja Católica como uma das principais agentes criadoras dessa atmosfera anticomunista, restritiva a atuação do Partido Comunista Brasileiro em Goiás. “Essa instituição iniciaria, sobretudo na década de 1950, uma disputa com os pecebistas pelas mentes e corações dos camponeses” (SOUZA, 2010, p.146).

Antônio lembra da influência da Igreja na construção dessa imagem com relação ao comunismo, um processo de manipulação de ideias por parte da instituição.

"Essas pessoas foram manipuladas naquela velha história de que “comunista é ateu, não gosta de casamento, comunista mata velhos que não produzem”. Hoje eu sei que boa parte dos camponeses daquela época - inclusive a minha mãe, que ainda está viva pensa isso até hoje - foi facilmente conduzida, levada a acreditar nisso. Eles eram contra o Movimento Comunista. Tanto é que eu ouvi, durante toda a minha infância, as pessoas da família – do lado da minha mãe – dizendo: “José Porfírio era gente boa, mas aquelas pragas que andavam com ele eram uns demônios”. Quem eram essas pragas? As pessoas do Partido Comunista: Geraldo Marques e outros. Na cabeça deles, o José Porfírio era bonzinho, mas estas pessoas eram más, ruins. Eu custei a entender, mas depois a gente acaba entendendo que estas pessoas, os camponeses, grande parte deles foram induzidas a acreditar naquilo que se pregava contra o Comunismo pelas entidades - hoje eu sei que eram as igrejas, principalmente” (Depoimento concedido por Antônio Pereira da Costa durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

É importante pontuar que Antônio apresenta uma retórica bastante fundamentada em suas lembranças, mas também, tendo como base sua formação acadêmica e intelectual adquirida ao longo de anos de estudos e formação como professor de História, o qual se dedicou a pesquisa sobre a história de Trombas e de seus fundadores e pioneiros, os camponeses da Luta de Trombas e Formoso.

A escritora goiana Maria Eloá de Sousa Lima, mulher do campo e membro do Partido Comunista Brasileiro no estado de Goiás, narra suas experiências e o momento histórico vivido que contextualizaram a escrita de sua obra, *Serra do Cafezal*, em depoimento a antropóloga Cintya Maria Costa Rodrigues (2013), no livro *Literatura e Espacialidade: experiências e narrativas de escritores*, o qual trata de textos de escritores locais goianos que trazem referência do sudoeste de Goiás em suas obras e revelam sobre a construção simbólica desta região. Neste trabalho de Rodrigues (2013), Maria Eloá conta da relação de medo e perigo referentes ao comunismo que adentrava o meio rural e o contexto do campo.

“Lá na região da Serra do Cafezal, tinha o amigo Teixeira, que era comunista e gostava, e havia uns outros poucos, que apesar de serem donos de terras, gostavam. Mas os outros odiavam, combatiam como um perigo. E também a Igreja Católica, que fazia uma guerra cerrada contra. Eu nunca pude entender os rapazes de roupa vermelha que saíam para todos os cantos. Eles falavam tanto horror, espalhavam livros, cartazes dizendo que o comunismo matava gente, que na Rússia o comunismo era ruim” (Depoimento Maria Eloá de Sousa Lima apud RODRIGUES, 2013, p.80/81).

O receio a ideologia comunista e de ser ligado a uma de suas famigeradas representações simbólicas, fazia com que os próprios camponeses criassem estratégias de desvios de sentido. Foi o caso de Cosme, que ao me narrar a existência da JC dentro da organização camponesa, descreve-a como “Juventude de Caráter Socialista”, apesar de saber que a descrição não se encaixava com as ditas iniciais .

“Nós tínhamos uma organização chamada JC, que significa Juventude de caráter socialista e essa juventude organizava os jovens, naquela época, para os jovens, quer dizer, conscientizar seu país de que a luta era verdadeira, que pai nenhum vendesse sua propriedade e nem corresse naquela época era um direito que eles tinha” (Depoimento concedido por Cosme Ribeiro Santana durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

O receio e o cuidado que Cosme assume ao definir a sigla JC e a interpretação a ela dada, como “Juventude de caráter socialista”, expõe o desconforto da enunciação de um termo que parece circular pelo proibido e pelo maldito. Depois de um pouco insistir Cosme revela-me: “Não queria falar essa palavra, porque eu dou muito valor a ela, quer dizer subversão, fomos taxados disso”.

Entre os posseiros, ser comunista era algo que lhes era indicado e atribuído e não autodenominado, isso porque quando pergunto ao sr. Filadélfio se dentro do movimento eles se consideravam comunistas, ele responde-me: “Considerava não, que nós era posseiro né. Nós era trabalhador rural”. As interpretações, indicavam, de alguma maneira, que muitos não

sabiam dizer ao certo o que compreendiam por comunismo. Zé Gomes, se dizia contra o comunismo e a favor dos posseiros, mas não parecia saber muito sobre a ideologia. Quando perguntei se sabia sobre o seu significado, Zé Gomes disse que sabia mais ou menos. “Tinham umas carteirinhas do Partido Comunista. Eu não me lembro bem, mas não me esqueci o que estava escrito. Falava assim: “Movimento dos Trabalhadores Rurais da Agricultura do Estado de Goiás. Partido Comunista, bandeira de luta e vitória”.

No entanto, ideais comunistas pareciam ser difundidos de forma bem sutil dentre os camponeses é o que demonstra Lourenço. “Em muitas das vezes, eu também participei das reuniões, porque como elas aconteciam lá em casa, nós assistíamos. O que eu entendia era que, além da luta pela terra, eles eram comunistas e queriam o regime comunista [...] era um regime muito bom, em que existia apenas igualdade, não existia desigualdade”.

Zé Gomes conta, de um discurso em um mutirão na casa do Sr. Salu feito por Dirce Machado, uma das enviadas do quadro do PCB para a região de Trombas a fim de mobilizar e organizar os camponeses. No discurso, Dirce citou Elisa Branco, reconhecida como líder feminista do partido comunista.

“Já era noite, tinha passado o dia. Ela falou: “Tem uma mulher, a Elisa Branco, de São Paulo que é o exemplo: Naquele tempo, o Brasil estava mandando soldados para a Guerra da Coréia. Nós não tínhamos nada a ver com a Guerra da Coréia e o governo estava mandando os soldados brasileiros para morrerem na Coréia”. Essa mulher se chamava Eliza Branca e, um dia, um grupo de soldados brasileiros estava indo [para a guerra] e ela estendeu uma faixa na frente dizendo: “Nenhum filho brasileiro para a Guerra da Coréia”. Os soldados recuaram. O comandante disse: “Atirem na mulher!” e um falou: “Não, senhor, eu não atiro na minha mãe”. Ela é elogiada como a mãe dos brasileiros. Aí, eles [os soldados] voltaram, não foram mais. E ela disse: “Assim é com a gente, nós temos que lutar!”, aí o povo começou a se entusiasmar, a entrar mais nas terras, a ficar mais seguro. E quando começamos a resistir” (Depoimento concedido por José Gomes da Silva durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

O discurso, empunhado de ideias e símbolos da luta comunista, como Elisa Branco, foi utilizado como estratégia de mobilização. O uso de um caso exemplar como o da líder comunista, visava inflamar e gerar motivação de luta entre os camponeses. Desse modo, nota-se a forma sutil de inserção e conscientização comunista na região, dentre os posseiros, a fim de não provocar o alarde, em tempos de ditadura, do ideal comunista. Mesmo assim, foi impossível evitar o estigma de “movimento comunista” atribuído a organização camponesa de Trombas e Formoso, classificação nem sempre compreendida pelos camponeses. No entanto, em termos gerais, “não os podemos censurar por terem reagido de maneiras que nem sempre pareceram caracterizadas por uma sofisticação de sentido histórico” mediante criações fantásticas e mitológicas (FRENTES&WICKHAM, 2002, p.128). Para os autores ingleses,

nem sempre os camponeses sabem ou compreendem o que se passa, sobretudo, mediante um Estado distante e excluídos, por definição, do processo histórico real.

4.5 Regime Porfírio X Regime Democrático

Dentre todos os meus interlocutores de pesquisa Edson Moreira - mais conhecido em Formoso por Dedé - talvez tenha sido o mais surpreendente. Dedé era membro da UDN, um partido político de claro apoio ao regime militar e que ficou marcado por sua vinculação a ele. Os udenistas, como eram chamados, defendiam o liberalismo clássico, o apego ao bacharelismo e ao moralismo e, ainda, o horror aos vários “populismos”. Dedé chegou em Formoso em 1965, após o Golpe Militar e pode ser considerado integrante do processo migratório de pessoas oriundas de outros lugares que vieram para a região de Trombas e Formoso, no início dos anos de 1960, em busca de terras baratas, mediante as fugas e abandonos das posses dos camponeses perseguidos pela ditadura militar. Por ali comprou terra e se firmou na região, foi candidato e eleito a vereador na primeira eleição de Formoso e fez-se oposição frente à gestão de Felipe Cardoso - primeiro prefeito eleito da cidade e até então aliado dos posseiros – dizia-se contra a política de caráter comunista e colocava-se como defensor de um regime democrático.

No diálogo com Dedé tive clareza dessa relação do movimento político de Trombas e Formoso personificada na figura de José Porfírio e ainda percebi a interligação entre o processo de negativização da Luta com a associação do evento a uma ideologia comunista. Dedé em sua narrativa sobre o movimento camponês, delimitou-se a figura política e simbólica de José Porfírio, a qual foi privilegiada em sua fala. Em seu depoimento, o líder camponês é emblemático e dá significado a um regime dito comunista e autoritário - o *Regime Porfírio* - e ainda o confronta com regime militar em vigência, por ele denominado como *Regime Democrático*.

“Quando nós viemos pra cá, quando eu vim pra cá, caiu o regime comunista. Eu até não considero que no Brasil tem comunistas. Tem pessoas de ideais políticos que não aceitavam a democracia como ela era. Então, essa que é a pessoa que era visto como comunista. Aí caiu esse poder do regime, digamos, Porfírio. Aí, ficou normal” (Depoimento concedido por Edson Moreira durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

“Sabia da liderança do Zé Porfírio. Mais ou menos, sem muito detalhes, a ação como ele agia. Mas eu tomei conhecimento de que não era mais assim. Isso aqui era inconstitucional até pus no hino de Formoso. A constituição brasileira não funcionava aqui. As leis eram deles. Era do Zé Porfírio”[...]“Aqui era ditadura, o

regime de Zé Porfírio era a ditadura deles” (Depoimento concedido por Edson Moreira durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013).

Dedé descrevia um regime como democrático, em meio a plena ditadura militar, no entanto, sua formação política e cultural conservadora, parecia demonstrar alinhamento ao militarismo empreendido no governo brasileiro e um posicionamento reacionário que se mostrava quase inevitável. Desse modo, ao escrever os versos do hino de Formoso, do qual Dedé é autor, o nível de negativização é facilmente percebido.

I

Formoso Tu és carente
Do teu povo varonil.
Em ti queremos crer
Pois tu também és Brasil.
Em ti existem talentos
Que é preciso descobrir
Cultura arte e progresso
Com teu esforço hão de vir.

II

Inconstitucional
Tu já fostes podes crer.
Pela luta do teu povo
Vieste sobreviver.
Teu passado foi tão triste
Mas Deus quis te proteger
Através de muita luta
Com certeza vais vencer.

III

Teu progresso abraça os campos
Com as rochas de calcários
Grandes pastos verdejantes
Formam seus proprietários
Tua Bandeira que tremula
Pelos seus aniversários
O teu povo se orgulha
Do future que plantaram.

Estribilho

Teu passado teve sange derramado
Quando herois lutaram pra te defender
Mas hoje compensando tudo isto
Há hospital e escolas pra você.

Não pretendo, aqui, realizar uma leitura analítica do Hino de Formoso, mas nele é possível verificar o teor de desqualificação do evento quando diz sobre “um passado triste” ou a existência de um governo ilegal na região nos dizeres “Inconstitucional, tu já fostes podes crer”. Dedé ao tentar me explicar a insconstitucionalidade do evento afirma que “Formoso era

regido pelo regime comunista, não funcionava a Constituição Brasileira, não funcionava aqui. Então, por isto que eu digo, “podes crer”. Era impossível, mas não foi impossível”.

Segundo Sarlo (2007) o relato é um artifício retórico, inscrito na ordem dos procedimentos e das formas do discurso e no qual a voz “mascarada” pode desempenhar qualquer papel: avalista, conselheiro, promotor, juiz, vingador, esta posto de poder. “Esse eu textual põe em cena um eu ausente, e cobre seu rosto com essa máscara” (SARLO, 2007, p. 31). Desse modo, é perceptível na “voz mascarada” do discurso de Dedé, o “eu ausente” das forças da ditadura militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessas linhas dissertativas sobre a memória do evento político de Trombas e Formoso, a reflexão nos conduz à consideração de uma memória estilhaçada pela implantação do regime militar brasileiro e pelas transformações culturais por ele empreendidas. Longe de ser algo que se encaixe a um esquema categórico de classificação ou dentro de um parâmetro classificatório de “memória esquecida”, a complexidade de sua configuração nos leva a crer em uma multiplicidade de memórias, sob processos e mecanismos como o silêncio, o trauma, o medo, a mudança cultural e a negativização da memória. Tais mecanismos informam a existência de uma memória reprimida, interrompida e fragmentada pelo processo de ditadura militar, no qual o Golpe de 1964, se apresenta como demarcador de uma ruptura narrativa sobre o movimento político de Trombas e Formoso e, ainda, como catalisador de transformações políticas e culturais na região.

As mudanças culturais que ali ocorreram se deram mediante o surgimento de novas mentalidades que adentraram a região depois de 1964 e, muitas vezes, atreladas e sob efeitos do novo regime instituído, influenciando, sobremaneira, a constituição da memória da Luta de Trombas e Formoso e suas múltiplas interpretações. Ao pensarmos esta memória enquanto evento, ou seja, história em ação, considera-se aqui uma ação não conformada e que ocorre mediante os significados a ela atribuída, os quais mudam a todo momento (Sahlins, 1990). Assim, a significância, o sentido e a forma como o evento é projetado têm a ver com o esquema cultural ao qual essas pessoas fazem parte. Pensando em pessoas oriundas de outro lugar e dentro de uma outra ordem cultural e estrutura histórica, diferente das pessoas que vivenciaram a Luta, fica fácil identificar o desligamento com esta memória por parte de quem veio de fora ou, até mesmo, de gerações subsequentes, no caso, filhos e filhas dos camponeses que participaram do movimento.

A interrupção e a fragmentação da memória do movimento dos posseiros se fazem nítidas quando analisadas as formas como esses camponeses se lembram do tempo da Luta. Lembranças que oscilam e caminham do medo e do trauma para o orgulho e o reconhecimento. O medo e o trauma que arrastaram-se por longos anos em um difícil ato de lembrar, evoca silêncios e não-ditos que dizem muito sobre uma memória reprimida, resquícios de tempos da ditadura militar, no qual qualquer possível relação com movimentos ditos subversivos era sinônimo de repressão e perseguição. Nesse mesmo processo traumático se instauraram a insegurança e o acumamento desses mesmos sujeitos quando questionados

sobre sua relação com a Luta. Eles temiam os efeitos e o retorno de tempos restritivos e de repressão sofrida na ditadura militar.

Nesse sentido, em um contexto de transmissão de memórias entre gerações, o silêncio, sobretudo no âmbito familiar, promoveu uma interrupção narrativa que deixou um vazio memorialístico no qual as lembranças e memórias do tempo da Luta foram subterrâneas (POLLAK, 1989; BERTAUX&THOMPSON, 1993; SIRINELLI, 2002). Por muito tempo, as narrativas sobre a resistência camponesa estiveram submersas e interrompidas pelo processo de ditadura militar. Desse modo, o conhecimento de filhos e filhas sobre o movimento camponês se deu, principalmente, fora do contexto interno familiar e já inseridos em um contexto histórico, no qual livros, jornais e outras vias de informação abordavam, mesmo que de forma pontual, a luta dos posseiros enquanto movimento de relevância histórica e memorialística. A transmissão de memória e conhecimento se dava externamente, por outros canais de transmissão, que não o familiar.

A demanda externa veio com o fim da ditadura militar e a promulgação da Lei da Anistia. Nesse período, foram criadas entidades ligadas a questões de direitos humanos pelo fim dos crimes empreendidos pela ditadura militar e, ainda, instituições de investigação e reparação pública a pessoas que sofreram direta ou indiretamente com violações durante o período do regime militar, como o grupo Tortura Nunca Mais, as Associações de Anistiados e, mais atualmente, a Comissão Nacional da Verdade. Além de jornais e vários veículos de comunicação que buscavam por essa história dentro de uma política de desvelamento de memória e de reparação pública.

Esta demanda em um processo de re-exercício e retomada da memória promove, em níveis distintos, uma reinterpretação de sua significância simbólica como bem pontuou Sahlins (1990) por parte dos sujeitos de memória, tanto de quem teve uma relação direta com a história, como os camponeses, bem como filhos e filhas desses camponeses e, de forma mais abrangente, a própria população das cidades de Trombas e Formoso.

Isso porque ambas gerações assumiram novas posturas perante a demanda pública pela memória da Luta. Os inúmeros depoimentos concedidos por camponeses que participaram do evento, e que ainda estão vivos, além de palestras e entrevistas, fizeram com que eles se reposicionassem e atribuíssem à memória da Luta novos valores, sob uma intensa positividade, influenciada pela requisição externa, além de uma insistente exigência de exposição, exteriorização e expressão de memória.

Da mesma forma, os filhos e filhas destes camponeses que testemunharam e participaram da Luta, antes desinteressados e quase anulados do processo de transmissão de

memória interrompido pelo Golpe Militar de 1964, demonstram, hoje, conhecer a história dos camponeses, mesmo que por vias de transmissão externas ao meio familiar. Havia uma pressão institucional que forçou esses sujeitos ao conhecimento e reconhecimento narrativo sobre o evento da década de 1950.

No entanto, no entremeio de anos de ditadura e de uma posterior abertura política, ou seja, de uma memória mal exercitada ou para o exercício de memória enquanto dever e trabalho como colocado por Ricoeur (2007), considera-se a existência de processos políticos que pretendem conduzir a um apaziguamento ou a uma formatação de memória feliz. Isso porque é preciso considerar as relações de força e poder que se aplicam a narrativa de Trombas e Formoso. O regime militar brasileiro promove a Lei da Anistia, sob aspectos de uma política de reconciliação que prevê, na sua constituição, a ideia de perdão e quase consequentemente, de esquecimento.

Ricoeur (2007) apresenta, em suas reflexões sobre perdão, a impossibilidade, sobretudo, em um nível institucional, já que retira a sanção punitiva, optando por “não punir quando se pode punir” (Ricoeur, 2007, p.476). Para o autor, de certa forma, o perdão cria impunidade e num desejo de memória apaziguada e feliz transmite para prática narrativa uma forte relação com o esquecimento, resultando em uma história que foi velada, e excluída de importantes contextos de transmissão narrativa e de conhecimento, como a escola e a família. Nesse sentido, neste trabalho, ficam bem claros os objetivos de apagamento de memória promovidos pela ditadura militar brasileira sob a memória da Luta de Trombas e Formoso, principalmente quando instituída a Lei de Anistia, uma lei de forte atrelamento ao governo militar, de caráter livre e irrestrito, na qual todos foram anistiados.

As políticas públicas de memória no Brasil relativas à ditadura militar carregam os limites e resquícios deixados pela mesma. Exemplo disso foi a tardia criação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil (CNV), em maio de 2012, e os impasses criados pelas Forças Armadas que entravam a autonomia em se investigar, os crimes cometidos durante a ditadura militar, não colaborando e, muitas vezes, dificultando o acesso e abertura de seus arquivos. A forte influência das forças militares sobre a vida atual se faz bastante presente quando observamos tais fatos como a frágil e limitada liberdade de atuação da CNV.

Em contraste à comissão da verdade brasileira, a experiência da comissão “Verdade e Reconciliação” na África do Sul, implementada pelo então presidente Nelson Mandela, e presidida pelo bispo Desmond Tutu se mostrou bastante estruturada frente a uma justareconciliação com o passado, como bem colocou Ricoeur (2007). A missão era coletar os testemunhos, consolar os ofendidos, indenizar as vítimas e anistiar quem confessasse ter

cometido crimes políticos. No caso, a Anistia ali promulgada não passava por uma imunidade coletiva, segundo Ricoeur (2007). A maior inovação dos sul-africanos deve-se a um princípio, o de uma anistia individual e condicional, inversa às anistias gerais outorgadas na América Latina sob a pressão dos militares. Não se tratava de apagar mas de revelar, não de encobrir crimes mas, pelo contrário, de descobri-los.

A experiência sul-africana permitiu um exercício público do trabalho de memória e luto, “ao oferecer um espaço público à queixa e à narrativa dos sofrimentos, a comissão certamente suscitou uma *katharsis* compartilhada” (Ricoeur, 2007, p.490). Desse modo, a comunidade e toda população sul-africana era convidada a sondar suas memória, desde a imprensa, passando pela sociedade civil e estendendo-se a instituições como a Igreja.

A forma como a memória da Luta de Trombas e Formoso vem sendo requisitada pode estar enquadrada a um contexto de discussão política e pública de memória frente aos grandes crimes da humanidade. No Brasil, busca-se investigação, depuração e reparação pelos acontecimentos ocorridos durante a ditadura militar. Entretanto, vislumbra-se uma reconciliação verdadeira com o passado e distante de um processo de espetacularização da memória, no qual se estandardiza mas pouco resolve o problema da memória. O dever de memória tem a ver com um passado colocado no presente, o qual, muitas vezes, requer um processo de reconstrução, sobretudo, quando grupos reivindicam participação na história e reclamam a falta e a ausência de suas narrativas.

Compreendo a conclusão deste trabalho como o fim de uma etapa, já que o tema da pesquisa está longe de esgotar-se. A partir das reflexões e discussões aqui realizadas, abre-se a possibilidade para novas perspectivas de trabalho perante a insuficiência de aprofundamento em algumas questões que, aqui, foram levantadas ou ainda deixadas de lado durante o processo, mediante a falta de tempo e espaço para se abordar a grandiosidade de aspectos e conteúdos possíveis de estudo dentro da temática da memória desse evento político. A influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) sobre a construção narrativa dos próprios narradores da memória da Luta de Trombas e Formoso, por exemplo, seria um deles. Perante os aspectos de subalternização do Outro camponês conduzido pelo PCB, acredita-se que o Partido, de alguma forma, determinou sobremaneira na forma como essa história deveria ser contada no presente.

Este trabalho dá indícios deste fato, sobretudo, quando apresenta, no último capítulo, a influência do PCB na construção da pessoa política de José Porfírio ou, na verdade, quando o partido reivindica destaque nesse processo. Em termos narrativos, pode-se considerar que as versões que predominam, sobretudo em meios acadêmicos e institucionais hoje, são os

cunhadas pelo Partido, mesmo que abafadas por anos de ditadura militar. Essas questões deverão ser melhor aprofundadas em uma outra oportunidade.

Outro ponto a ser considerado e que pode vir a ganhar corpo em uma pesquisa futura estaria na abordagem de outros tipos de escritos literários e não-acadêmicos sobre a Luta de Trombas e Formoso, a fim de trabalhar em uma interpretação narrativa dessas obras. Durante o trabalho de campo e a pesquisa de arquivos, me deparei com um grupo de obras sobre o movimento de Trombas e Formoso, bastante interessante, de caráter literário e que agregava livros, poemas de cordel, hinos, obras de historiadores locais e ainda literatura com certo viés jornalístico.

Obras como *O caminho de Trombas* do escritor José Godoy Garcia, um romance que ficcionaliza a narrativa mas ainda assim está preocupado com a construção histórica do evento; *Trombas: A rebelião do campo em Goiás* de Lucínio Barbosa (2007) e *De Zé Porfírio ao MST: a luta pela terra em Goiás*, de Sebastião Abreu (2002), sendo este relato de uma testemunha ocular, como ele mesmo se declara; além do cordel *ABC de Formoso* de Paulo Nunes Batista, o hino da cidade de Formoso, criado por um dos interlocutores desta pesquisa, Edson Moreira, o Dedé, e ainda alguns livros escritos por moradores das cidades de Trombas e de Formoso. Entender as narrativas construídas nessas obras abarcaria o máximo do universo memorialístico do evento.

Desse modo, encerro esta etapa apresentando uma etnografia da memória do evento político de Trombas e Formoso a partir das narrativas escritas acadêmicas do movimento camponês e dos depoimentos dos atores sociais a ele ligado, abordando os complexos níveis de memória que perpassam a narrativa e contribuindo para discussões relativas às políticas de memória e à memória da política; às questões sobre os significados do silêncio, do ressentimento, do medo e do trauma, assuntos de grande interesse na contemporaneidade por parte de historiadores orais e antropólogos. Partindo-se, portanto, do reconhecimento de que há uma continuidade de narrativas que se desdobram e reconstituem temporalmente o evento, ligando-se a ele de diferentes formas, recriando leituras, construções, desconstruções, manipulações e invenções.

Neste trabalho reconhece-se o valor simbólico, cultural e memorialístico da Luta dos camponeses de Trombas e Formoso, reafirmando seu protagonismo social e político e dentro de um quadro de autonomia que destoa das caracterizações dadas a grupos camponeses, que o diminui e o subalterniza em categorias que oscilam do primitivo ao pré-político, passando pela classificação de *sem-história*. Assim, retomar e compreender as narrativas e memórias desse evento se torna fundante, pois estas se apresentam como a história de um movimento

camponês “vitorioso”, ou melhor, de que “ o camponês pode e tem condições de ser vitorioso”, como disse Dirce Machado - militante do PCB e uma das enviadas à região para ajudar na organização - em depoimento ao documentário *Trombas e Formoso: Memórias de uma Luta*.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaina. **Eu quero ser uma pessoa: Revolta Camponesa e Política no Brasil** (Mimeo), 1993.

_____. **O Cervantes de Goiás**. Revista Nossa História, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Ano 1, n° 2, p. 28-33, dez. 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo - Rio de Janeiro - Campinas. Editora Hucitec- Anpocs – Editora Unicamp, 1992.

ABREU, Sebastião. **De Zé Porfírio ao MST: A luta pela terra em Goiás**. Brasília: André Quicé Editor, 2002.

BERTAUX, D. e THOMPSON, P. **Family myth, models, and denials in shaping of individual life paths**. In Daniel Bertaux e Paul Thompson (org.), *Between generations: family models, myths, and memories*. Oxford : Oxford University Press, 1993, pp. 13-38.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** - lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994 [1973].

BOYARIN, Jonathan. **Polish Jews in Paris: The Ethnography of Memory**. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

BRANDÃO, Carlos R. & RAMALHO, José R. **Campesinato Goiano**. Goiânia: Editora UFG, 1986.

BUTLER, Judith & SPIVAK Gayatri Chakravorty. **Quien le canta al estado-nación?** Lenguaje, política, pertenencia. Buenos Aires: Paidós, 2009.

CASTILLO, Lisa Earl. **Entre a oralidade e a escrita: A etnografia nos candomblés da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2008.

CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-Limite e Memória: A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001.

CHATTERJEE, Partha. **The Nation and Its Peasants**. IN: *The Nation and Its Fragments Colonial and Postcolonial Histories*. Princeton University Press, 1993, pp158-172

CHAVES, C. A. **Eleições em Buritis: A pessoa política.** IN: Série Antropológica, Brasília, 1996.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Aconteceu Longe Demais: a luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964).** São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. **Redescobrimdo a história: A República de Formoso e Trombas.** São Paulo: Cadernos AEL, n. 7, 1997.

DA SILVA, Luiz Sérgio Duarte. **A construção de Brasília: modernidade e periferia.** Goiânia: Editora UFG, 1997.

DE CERTEAU, Michel . **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. **Nas trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964) uma resistência ampliada.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os Nuers: uma descrição do modo de subsistência e das instituições de um povo nilota.** São Paulo: Perspectiva, 1993.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado.** In: cadernos de campo n.13: p.155-161, 2005.

FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.) **Antropologia e poder - contribuições de Eric R. Wolf.** Trad. de Pedro Maia Soares. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Unicamp, 2003.

FERNANDES, Maria Esperança Carneiro. **A Revolta camponesa de Formoso e Trombas.** Goiânia: UFG, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 2010.

FREIRE, Marcius. **Jean Rouch e a invenção do Outro no documentário.** São Paulo, 2006.

FRENTRESS, James & WICKHAM, Chris. **Memória Social, novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Teorema, 1992.

GARCIA JR. A. **Terra de trabalho**: trabalho de pequenos produtores rurais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **O Sul**: caminho do roçado. Brasília: Editora UNB, 1990.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: UNICAMP, 1999.

GOLDMAN, Marcio. **Uma categoria do pensamento antropológico**: a noção de pessoa. IN: GOLDMAN, Marcio. *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

GUHA, Ranajit. **La prosa de la contrainsurgencia**. En: *Pasados Poscoloniales*. CEEA, Centro de Estudios de Asia y Africa/ El Colegio de México, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

KIDRON, Carol A. **Toward an Ethnography of silence**: the lived presence of the Past in the Everyday Life of Holocaust Trauma Survivors and Their Descendants in Israel. In: *Current Anthropology*, vol 50, Nº 1, 2009.

KOFFES, Suely. **As pedras e o arco**: os estudos de comunidade e a atualidade de antigas questões. In: M. I. L. Faleiros; R. A. Crespo (orgs.) *Humanismo e Compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

KONSTAN, David. **Ressentimento**: história de uma emoção. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.

KRISCHKE, Jair. **Comissão Nacional da Verdade e a prática de “fazer não fazendo”**. Entrevista especial com Jair Krischke. Instituto Humanitas Unisinos. 14 nov.2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/525636-comissao-nacional-da-verdade-foi-usurpada-entrevista-especial-com-jair-krischke>. Acesso em: 26 jan.2014.

LEMOS, Renato. **Anistia e crise política no Brasil pós-1964**. Rio de Janeiro: Topoi, 2002.

MACEDO, Danilo. **Comissão da Verdade terá até dezembro de 2014 para concluir trabalhos**. Brasília: Agência Brasil, 2013. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-12-26/comissao-da-verdade-tera-ate-dezembro-de-2014-para-concluir-trabalhos>. Acesso em : 26 jan.2014.

MAIA, Cláudio. **Os Donos da Terra: A disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – A Luta dos Posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960**. Goiânia: UFG, 2008, 275 p. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **A caminhada no chão da Noite: Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais do Campo**. São Paulo, Editora Hucitec, 1989.

_____. **Expropriação e Violência**. São Paulo, Editora Hucitec, 1991.

_____. **Fronteira – A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo, Editora Hucitec, 1997.

MAUSS, Marcel. **Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa**. In: Mauss, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosaf&Naif, 2003.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

POLLAK, MICHAEL. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val di Chiana** (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & abusos da História Oral*. 5o ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p.103 -130.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**. São Paulo: Vozes, 1976.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Cintya Maria C. **Águas aos olhos de Santa Luzia**: um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sítiantes em Nazaré Paulista-SP. Campinas-SP: editora Unicamp, 1999.

_____. **Literatura e Espacialidade**: experiências e narrativas de escritores. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990 [1985].

SAID, E. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Sem autor, 1964, “A subversão e a convivência oficial” em O Estado de São Paulo (São Paulo).

SEYFERTH, Giralda. **As contradições da Liberdade**: Análise de representações sobre a identidade camponesa. Artigo sem referencial tirado da internet

SILVA, Maria Aparecida D. da. **Raízes do latifúndio em Goiás**. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

SIRINELLI, Jean-François. **A geração**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos & abusos da História Oral. 5o ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p.131-137

SOUZA, Renato Dias. **Fazia Tudo de Novo**: Camponeses e Partido Comunista Brasileiro em Trombas e Formoso (1950-1964). Goiânia: UFG, 2010, 250 p. Dissertação(mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, 2010.

TROMBAS e Formoso: **Memórias de uma Luta**. Direção: Magnifica Mundi. Goiânia, 2010.1 DVD (18'53'') NTSC, color. Disponível em : <http://vimeo.com/21406095>. Acesso em: 22 nov. 2012.

WOLF, Eric. **As guerras camponesas do século XX**. São Paulo: Global, 1984.

_____. **Europa y la Gente sin Historia**. Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1994.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo-Brasília: Hucitec-Edunb, 1995.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguecia**: o campesinato como ordem moral. Brasília: Anuário Antropológico 87, 1990.

VASCONCELOS, Adirson. **A mudança da capital**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

_____. **O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro**. América Latina (Rio de Janeiro), v.12, n.1, p.96-104, 1969.

_____. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo – Rio de Janeiro, Difel, 1976.

ANEXOS

ANEXO 1 – Reportagem da revista “O Cruzeiro”



Está correndo sangue no futuro Distrito Federal



Uma das faces de um problema nacional: negociações com terras

As negociações para a aquisição de terras para o futuro Distrito Federal estão em andamento. O governo federal está em contato com os proprietários das áreas necessárias para a construção da nova capital. O processo é complexo e envolve a compra de grandes extensões de terra em áreas rurais e urbanas. A expectativa é que a nova cidade seja construída em um local estratégico, longe da atual capital, para promover o desenvolvimento regional e aliviar a pressão sobre a infraestrutura de Brasília.

As negociações estão sendo conduzidas por uma comissão especial do governo federal, que está avaliando as propostas dos proprietários e buscando soluções para a aquisição das terras. O processo é transparente e envolve a participação dos interessados. A expectativa é que a nova cidade seja construída em um local estratégico, longe da atual capital, para promover o desenvolvimento regional e aliviar a pressão sobre a infraestrutura de Brasília.



O CRIZURO com o cheiro "realista"



O Crizuro, um produto desenvolvido para melhorar a qualidade da vida em áreas rurais, está sendo promovido como uma solução realista para os problemas de saúde e bem-estar. O produto é baseado em princípios científicos e oferece benefícios significativos para a população. A campanha de marketing do Crizuro enfatiza sua eficácia e sua natureza acessível, tornando-o uma opção viável para muitas famílias. O produto é distribuído em áreas rurais e urbanas, garantindo que todos tenham acesso a essa importante ferramenta de saúde.



ANEXO 2 – Mapa da Região de Trombas e Formoso, Norte Goi no



ANEXO 3 – Documento de Emancipação de Trombas

LEI Nº 10.436 DE 09 DE JANEIRO DE 1988.

Dispõe sobre a criação do Município de TROMBAS e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica transformado em Município, com o topônimo de Trombas, o atual Distrito de Vila Dourada do Município de Formoso, deste Estado, dentro dos seguintes limites, divisas e confrontações:

I – COM O MUNICÍPIO DE FORMOSO

Começa na Serra Dourada, na cabeceira do Ribeirão Sapato, segue pelo Ribeirão Sapato até a sua barra no Rio Santa Tereza;

II – COM O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA

Começa no Rio Santa Tereza na barra do Ribeirão Sapato desce pelo Rio Santa Tereza, até a barra do Rio do Ouro;

III – COM O MUNICÍPIO DE PORANGATU

Começa na barra do Rio do Ouro, no Rio Santa Tereza, desce pelo Rio Santa Tereza até a barra do Ribeirão Capivara;

IV – COM O MUNICÍPIO DE PEIXE

Começa na barra do Ribeirão Capivara, no Rio Santa Tereza, sobe pelo Ribeirão Capivara até a sua cabeceira, daí, segue em rumo certo à cumeeira da Serra Dourada;

V – COM O MUNICÍPIO DE MINAÇU

Começa na cumeeira da Serra Dourada, no ponto confrontante com a cabeceira do Ribeirão Capivara, segue por esta Serra até a bifurcação da Serra das Trombas;

VI – COM O MUNICÍPIO DE CAMPINORTE

Começa na Serra Dourada, na bifurcação da Serra das Trombas, segue pela Serra Dourada até a cabeceira do Ribeirão Sapato, ponto inicial destas divisas.

Art. 2º - O Município criado pela presente lei será instalado com a posse do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores eleitos simultaneamente com os dos Municípios já existentes, ressalvado o disposto no § 1º do art. 15 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Para a instalação do Município a que se refere este artigo, os Poderes Executivo e Judiciário tomarão as providências que se fizerem necessárias, devendo o mesmo ter como sede o Distrito, com o título de Trombas.

Art. 3º - A Câmara de Vereadores do Município de Trombas será composta de 07 (sete) Vereadores.

Art. 4º - O Município criado pela presente lei pertencerá à Comarca de Formoso.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, Goiânia, 09 de janeiro de 1988, 100 da Republica.

HENRIQUE ANTÔNIO SANTILLO

Valterir Leite Guedes